

VOL. 3 N. 1

# ÂNDÉ

CIÊNCIAS E HUMANIDADES



# Revista Âandé – Ciências e Humanidades

---

## Editores

Prof. Dr. Leonardo Freire de Mello

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Paula Priscila Braga

## Equipe Editorial

Sara Aparecida de Paula

Hugo da Silva Carlos

Isabela Nogueira Ambrosio

## Conselho editorial

Presidente: Prof. Dr. Marcos Vinícius Pó

Vice-presidente: Profa. Dra. Paula Braga

Prof<sup>ª</sup> Dra. Fernanda Graziella Cardoso - Bacharelado em Ciências Econômicas

Prof<sup>ª</sup> Dra. Mônica Schoreder- Bacharelado em Ciências Econômicas

Prof. Dr. Bruno Nadai - Bacharelado em Filosofia

Prof. Dr. Victor Ximenes Marques - Bacharelado em Filosofia

Prof<sup>ª</sup> Dra. Carolina Moutinho Duque de Pinho - Bacharelado em Planejamento Territorial

Prof<sup>ª</sup> Dra. Vanessa Lucena Empinotti - Bacharelado em Planejamento Territorial

Prof. Dr. Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo - Bacharelado em Políticas Públicas

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Luiza Levi Pahim - Bacharelado em Políticas Públicas

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Tatiana Berringer de Assumpção - Bacharelado em Relações Internacionais

Prof. Dr. Antonio Marcos Roseira - Bacharelado em Relações Internacionais

Prof<sup>ª</sup> Dra. Marília Mello Pisani - Licenciatura em Filosofia

Prof. Dr. André Luis La Salvia - Licenciatura em Filosofia

## Capa

Snapwire

## Parcerias



# Sumário

v. 3, n.1, Nov/2019

Nota dos editores .....	4
<b>Paula Priscila Braga, Leonardo Freire de Mello</b>	
<hr/>	
A fome na exclusão social em são paulo nos anos 2000 .....	5
<b>Arquias Sófocles Guimarães Soares Cruz</b>	
As origens do movimento nacionalista no Japão: ressurgimento no século XXI e seus impactos para as relações do leste asiático .....	17
<b>Ayana Hanashiro De Moraes</b>	
Antropoceno e felicidade: uma primeira abordagem teórico-conceitual .....	29
<b>Daniela Zago, Leonardo Freire De Mello</b>	
Repressão e sexualidade: aspectos psicossociais da ascensão nazista .....	43
<b>Fellipe Souza Sena</b>	
Participação dos coletivos de cultura da zona sul da cidade de São Paulo na formulação da lei de fomento à cultura da periferia.....	60
<b>Graciela Rivera Guillén Medina</b>	
Entre arte, política e mercado na cidade de São Paulo: relatos e vivências .....	69
<b>Livia De Tommasi, Leandro Dias Castro, Vinicius Defillo Pintor, Victor Borges De Couto, Julia Souza Reis, Gabriel Fernandes Da Cunha, Paula Rafaela Ferreira Barbosa</b>	
O sofrimento nos períodos da grande indústria e do pós grande indústria .....	96
<b>Lucas Mathias Ribeiro</b>	
A homogeneidade de uma doutrina: uma breve análise do governo Eisenhower na Indonésia e no Líbano (1950-1958) .....	105
<b>Renato Billota da Silva</b>	

## Editorial

Íandé: Ciências e Humanidades, 2019, vol. 3 n. 1

Uma pesquisa começa com uma pergunta. Algo no mundo incomoda, intriga e assim impulsiona o pesquisador a ir a campo ou a ler sobre assuntos que possam responder à dúvida original. Surgem alguns vislumbres de respostas – as hipóteses – e a partir daí o aprofundamento da pesquisa encontra sua meta: desenvolver uma argumentação que comprove a validade da hipótese.

Não é fácil ter uma pergunta. Às vezes o sentimento de incômodo com uma situação nos engolfa em mal-estar difuso. Pesquisar, então, torna-se um alívio, porque dá forma à nuvem de consternação, dominando-a e transformando-a em dados, análises, descrições, redes de causalidades e, finalmente, em proposições.

Por isso, cada edição da Revista Íandé é uma amostra das perguntas sobre o mundo que jovens pesquisadores elegeram responder. Na edição que se segue, muitas dessas perguntas abordaram os rumos da cultura no Brasil, como no artigo de **Graciela Medina** sobre coletivos de cultura e nos relatos de vivências em espaços culturais da cidade de São Paulo tão distintos quanto uma roda de samba, um cabaré, uma ópera, um festival de anime, entre outros espaços visitados por estudantes de graduação da **Profa. Livia de Tommasi**. Em uma época de censura e restrição de fomento público a propostas culturais libertárias, não é exagero enfatizar a riqueza desses relatos como prova da diversidade de experiências que o setor cultural da sociedade já provê, para que cada um procure livremente o que vivenciar, sem tutela.

A questão da liberdade também incitou as perguntas de **Fellipe Sena** sobre a repressão à sexualidade durante o governo nazista na Alemanha, e aparece nas reflexões de **Daniela Zago** sobre os danos sociais e ambientais da sociedade do consumo, que culminam no sofrimento por privações básicas analisadas por **Arquias Cruz** em um estudo sobre a fome em São Paulo e no artigo de **Lucas Mathias** sobre sofrimentos físicos e mentais do trabalhador na era da uberização.

No contexto das relações internacionais, o nacionalismo no Japão estudado por **Ayana de Moraes** e a análise feita por **Renato Bilotta** das doutrinas de política externa dos EUA nos anos Eisenwoher, adaptados a interesses momentâneos de um governo, tanto investigam casos específicos quanto nos alertam para perigos que nos espreitam.

Ler a Íandé é uma forma de compreender as intuições da juventude sobre as dúvidas contemporâneas. Boa leitura.

---

Paula Braga  
Leonardo Freire de Mello  
**Editores**

# A fome na exclusão social em São Paulo nos anos 2000

Arquias Sófocles Guimarães Soares Cruz\*

## Resumo

A fome é um problema social que afeta milhões de pessoas no Brasil, mas muitas vezes faltam discussões sobre sua dimensão política no contexto histórico da América Latina. Nesse sentido, os estudos sobre a fome devem envolver mais questões do que apenas renda, por se tratar de uma questão multidimensional, levantando a questão das várias opressões sofridas pela população excluída da sociedade. Na perspectiva decolonialista de Quijano, o artigo analisa a relação entre exclusão social e fome no Estado de São Paulo na década de 2000, período de considerável desenvolvimento social. Tentou-se discutir alguns fatores políticos relevantes para a compreensão da fome como um processo social, por exemplo, a colonialidade do poder na América Latina. Para isso, os dados utilizados foram o Índice de Vulnerabilidade Social do IPEA e algumas estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Segurança Alimentar 2004/2009) do IBGE. Conclui-se que existem padrões semelhantes no comportamento dos dados e que há recorrência de alguns temas, como desigualdades de gênero e raça, embora os índices gerais tenham apontado avanços sociais ao longo da década. **Palavras-chaves:** colonialidade do poder, exclusão social, fome.

## Abstract

Hunger is a social problem that affects millions of people in Brazil, but there is often a lack of discussions about its political dimension in the Latin American historical context. In this sense, studies on hunger should involve more questions than just income, because it is a multidimensional issue, raising the question of the various oppressions suffered by the excluded people in society. From the decolonialist perspective of Quijano, the article analyses of the relationship between social exclusion and hunger in the State of São Paulo in the 2000s, a period of considerable social development. We sought to discuss some political factors relevant to the understanding of hunger as a social process, for example the coloniality of power in Latin America. For that, the data used were the IPEA Social Vulnerability Index and some statistics from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Food Security 2004/2009) of the IBGE. It was concluded that there are similar patterns in data behaviour and that there is a recurrence of some themes, such as gender and racial inequalities, although general indices have pointed to social advances during the decade. **Keywords:** coloniality of power, social exclusion, malnutrition.

---

\*Bacharelado em Ciências e Humanidades na UFABC - contato: arquiassofocles2@gmail.com

## Introdução

Quando se discute sobre os problemas sociais na América Latina, é preciso considerar as estruturas sociopolíticas presentes ao longo da história da região. Isso nos permite uma compreensão contextualizada dos processos sociais para, então, analisarmos os seus índices. Entre os problemas que afetam a América Latina, a fome mostra-se como um dos mais relevantes por comprometer não só a qualidade de vida das pessoas, mas também a própria sobrevivência delas.

Trazendo o tema à realidade do nosso país, é chamativo que o Brasil deixou de aparecer no Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em 2014 e, no entanto, já encontra-se ameaçado a voltar a essa situação crítica desde 2017<sup>1</sup> no contexto da crise econômica e política, que reduziu as políticas sociais que haviam sido implementadas desde o início dos anos 2000. Desse modo, é importante discutirmos a dimensão política da fome e o seu cenário na primeira década dos anos 2000, na qual houve uma redução de seus índices nacionais. Segundo Josué de Castro (1952), um dos autores clássicos no tema da fome no Brasil, há uma forte relação entre a fome orgânica (entendida não só como a aguda ou extrema, mas numa escala de subnutrição com impactos variados sobre o corpo devido a carências de vitaminas, por exemplo) com a dimensão sociopolítica das epidemias de fome.

Josué de Castro (1952) analisa as causas desse processo social no cenário de desigualdades e de conflitos em meados do século XX. O autor nos mostra como este debate das fomes orgânicas dialoga com aspectos marcantes da estrutura social e produtiva brasileira, que é de uma matriz colonial. Décadas após as contribuições do autor, a fome tem persistido como um problema de grande escala para a população brasileira, pois, mesmo no período no qual houve grandes políticas públicas para combatê-la, não foi possível erradicá-la.

Evidentemente, a primeira década do século XXI representou um avanço socioeconômico imenso aos países da América Latina. O crescimento econômico, durante o período de “inflexão à esquerda”, gerou aumento produtivo, redução das desigualdades e melhoria social através de políticas públicas (ZANATTA, 2017). De acordo com dados da FAO, a prevalência da subalimentação no Brasil diminuiu em aproximadamente um quarto no período dos anos 2000. Mas, o número total permaneceu alto, atingindo 5 milhões de pessoas ao final de 2010 (FAO, 2016-2019).

Na literatura sobre o assunto, é comum encontrarmos estudos apontando que um dos seus principais fatores contemporâneos é a falta de renda para a compra de alimentos. No entanto, isso não é suficiente para se explicar a fome como um processo social. Apesar do debate ter superado, em parte devido às contribuições de Josué de Castro, as perspectivas que naturalizaram a fome ou reduzem-na à dimensão biológica, ainda é preciso analisá-la como um processo fruto da história da sociedade brasileira, conforme mencionado acima.

Nesse sentido, também se recorre à obra de Aníbal Quijano, um dos principais autores da perspectiva decolonial, uma corrente nas ciências sociais que discute sobre as consequências da colonização para a trajetória dos povos colonizados e para a

<sup>1</sup> Conforme a entrevista dada ao Jornal Nexo pelo economista Francisco Menezes, da Action Brazil. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/23/Como-o-Brasil-saiu-do-Mapa-da-Fome.-E-por-que-ele-pode-voltar>.

forma como elas se perpetuaram nos sistemas político-econômicos dessas sociedades desiguais.

Quijano (2005) explica sobre a colonialidade do poder, um padrão de poder mundial que representa as consequências coloniais na estrutura social e que emergiu da convergência de dois processos históricos: o capitalismo mundializado e o racismo nas Américas. Com isso, consolidou-se o capitalismo colonial/moderno no qual a ideia de raças (usada pelo eurocentrismo para “justificar” a colonização) gerou uma classificação social que hierarquizou os grupos e as identidades e estabeleceu uma sistemática divisão racial do trabalho.

As relações de dominação de raça (e de gênero, que, para o autor é uma questão mais antiga que a dominação racial e que a capitalista) desse período se reproduziram mesmo após as independências. Uma das suas marcas no Brasil pós-colonial é a desigualdade profunda entre pessoas brancas e negras. Conforme a concentração de riqueza evidencia uma estrutura retrógrada e segregatória, percebe-se que há uma exclusão social condiciona diversos problemas sociais.

Partindo da questão sobre a fome no contexto social brasileiro, este artigo pretende relacioná-la à exclusão social no Estado de São Paulo. Por isso, pergunta-se: como compreender a situação de fome no Estado de São Paulo diante da exclusão social na década de 2000? A hipótese apresentada é a de que o quadro da fome no Estado de São Paulo foi (e é) condicionado por estruturas sociais desiguais presentes historicamente no Brasil. Desse modo, para se analisar a dimensão social da fome, deve-se entender a sua relação com a exclusão social e seus marcos conceituais, já que essa exclusão reproduz uma partilha e aquisição desiguais aos alimentos.

A pesquisa empregada trata-se de uma tentativa exploratória de abordar o tema sob a perspectiva decolonial. Ela teve natureza aplicada, visando descrever o panorama da fome em São Paulo e buscando, na medida do possível, apontar a sua interface com a exclusão social. Nesse sentido, a metodologia consiste em uma pesquisa descritiva que é bibliográfica e ex-post-facto, mesclando elementos qualitativos com quantitativos na análise de dados secundários do IBGE.

Além desta introdução, o artigo divide-se em outras três seções. Na segunda seção, se abordará a discussão conceitual sobre a exclusão social e se discutirá sobre os dados do Estado de São Paulo. Na terceira seção, haverá uma definição dos termos do debate sobre a fome e, em seguida, se descreverá e se analisará dados sobre a fome no cenário da exclusão social de São Paulo. Por último, haverá uma síntese dos resultados com algumas questões pontuais para futuras discussões.

## 1 Discutindo a exclusão social no Brasil

Conforme mencionado, a perspectiva decolonial de Quijano nos remete para as especificidades históricas das relações de dominação e exclusão na América Latina. O autor discute principalmente sobre o conceito de classe, categoria relevante para se pensar exclusão social. Na sua concepção, a classificação social moderna tem raízes no colonialismo. Critica o método do materialismo ortodoxo que privilegia a concepção econômica como monolítica de análise, pois, nas trajetórias das populações oprimidas, tem havido uma heterogeneidade histórico-estrutural das dominações/explorações existentes. Dessa maneira, entende-se que a dimensão econômica no conceito de classe e exclusão social não tem uma primazia em relação a outras estruturas exclu-

dentes como as raciais e de gênero. Contudo, os três eixos de classificação social na colonialidade do poder - raça, gênero e capital/trabalho - teriam a dimensão econômica como a “articuladora” e a mais constante, dada a colonialidade do poder, que se pauta na divisão racista e machista do trabalho (QUIJANO, 2011).

Isso mostra a relevância do acesso à renda na questão da fome, porém não se mostra suficiente para explicar a totalidade desse processo nem da exclusão social. Embora, na literatura sobre a exclusão social, haja abordagens diversas, pode-se apontar algumas noções subjacentes a esse conceito. Uma primeira noção é a de que a exclusão ressalta as desigualdades da sociedade e faz um contraste com as pessoas que usufruem da inclusão social (ou participação, os termos voltam-se ao acesso aos bens sociais<sup>2</sup>). Nisso, há uma outra noção: a exclusão contrapõe-se à ideia de cidadania e a ênfase passa a recair sobre a privação de direitos. A não efetivação da cidadania é um assunto que necessário para não se reduzir a questão somente à dimensão legal ou ao estudo sobre a aplicação de normas (REIS, SCHWARTZMAN, 2002).

Já para Sposati (1999), a exclusão surgiu como um conceito que denuncia o não respeito ao ideal de cidadania do Primeiro Mundo na época do Estado de Bem-Estar Social, na qual o Estado deveria promover a integração social e garantir a universalidade dos direitos aos cidadãos. No entanto, a autora critica tal noção, pois considera que a exclusão é uma marca inerente ao processo de produção capitalista, e que tem afetado o Terceiro Mundo de maneira ainda mais intensa (SPOSATI, 1999). Nesse sentido, a autora afirma que,

no caso brasileiro, este patamar de universalidade da cidadania não foi ainda consagrado nem na sociedade nem no Estado. Resalto bem na sociedade, em primeiro lugar, e no Estado, por consequência. [...] Aqui, a exclusão é uma condição genérica da “não elite”, ou a inclusão na sociedade se dá perversamente, através da presença da exclusão como uma condição indigna e desqualificada de vida humana. É este o padrão de convívio hierarquizado vigente (SPOSATI, 1999, p. 4-5).

Desse modo, nota-se como a discussão sobre exclusão foi, em certa medida, “importada” do contexto dos países centrais, o que não condiz com a realidade do Sul Global, já que a pauta do pertencimento ou participação políticos nunca se aproximaram de uma efetivação para a grande maioria da população. Nessa importação do debate, deve-se evitar a reprodução do eurocentrismo e da falsa universalidade (que põe como regra geral o que foi a experiência para um sujeito dominante socialmente) (PERONA, 2001). A globalização econômica afetou as sociedades de maneiras distintas, sendo mais desigual nas periferias.

Por fim, uma última noção refere-se à relação com a pobreza, o que destaca novamente a relevância da dimensão econômica. O debate sobre exclusão está relacionado ao de pobreza (e de marginalidade), crescendo após a década de 1980. Ambos os conceitos foram se modificando e adquirindo tons mais multidimensionais rompendo com o “reducionismo” econômico<sup>3</sup>. Contudo, nos estudos sobre exclusão social

<sup>2</sup> No artigo “A pobreza e a exclusão social: teorias conceituais e políticas sociais em Portugal.” (RODRIGUES, et al., 2017), há uma interessante resenha teórica sobre os marcos conceituais para distinguir a inclusão da integração e a exclusão social das pobrezaas.

<sup>3</sup> Principalmente após as contribuições de Amartya Sen à discussão sobre pobreza e desenvolvimento humano.

no Brasil, tem-se tido um maior foco no desemprego e na concentração de riqueza, mesmo em análises mais históricas sobre os impactos do colonialismo (FRAGOSO, 2002).

Como discutido por Perona (2001), a exclusão social não é um binarismo, mas uma categoria de análise contínua e relativa ao seu contexto histórico e espacial, tendo complemento com o conceito de vulnerabilidade social, e afirma que *“en este sentido el concepto de vulnerabilidad refiere a aquella diversidad de ‘situaciones intermedias’ y al proceso por el cual se está en riesgo de engrosar el espacio de exclusión”* (PERONA, 2001, p.15).

Esses conceitos apontam para o acúmulo de desigualdades que, historicamente, impediram a realização da cidadania (embora seja um parâmetro do Norte Global) no cenário de problemas relacionados à pobreza do Sul Global. Desse modo, considera-se aqui que a seguinte definição pode retratar mais adequadamente algumas relações estruturais na sociedade brasileira: “o conceito de exclusão social hoje se confronta diretamente com a concepção de universalidade e com ela a dos direitos sociais e da cidadania. A exclusão é a negação da cidadania” (SPOSATI, 1999, p. 3).

A exclusão social e a vulnerabilidade requerem uma análise com enfoque econômico, mas também com atenção às outras questões de direitos sociais e de raça e de gênero. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresenta dados relativos a essas categorias em seu site da plataforma do Atlas da Vulnerabilidade Social.<sup>4</sup>

Nesse Atlas, tem-se a comparação entre a situação socioeconômica do Estado de São Paulo entre 2000 e 2010. Para tanto é empregado o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que é medido da seguinte maneira:

O IVS é um índice que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo a 1, maior é a vulnerabilidade social de um município (figura 1). Para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500 são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social” (COSTA; MARGUTI, 2015, p. 18).

Segundo Costa e Marguti (2015), o país conseguiu diminuir a sua vulnerabilidade social em 27% na primeira década de 2000. No Estado de São Paulo, é perceptível a redução da exclusão social através da Tabela 1.

Entende-se, baseando-se nesses indicadores multidimensionais, que a vulnerabilidade e a exclusão social decaíram bastante no período entre 2000 e 2010,

<sup>4</sup> Nessa plataforma, é possível acessar os dados referentes aos indicadores do IPEA para a exclusão e vulnerabilidade social nas escalas dos municípios, dos estados e de algumas regiões metropolitanas. Utilizaram-se dos dados do IBGE de 2000 e de 2010 e seguem uma metodologia própria baseada em três dimensões: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano (com foco em educação e saúde para a inclusão social) e IVS Renda e Trabalho. Usaram de dados sobre analfabetismo, renda, mortalidade infantil, serviço de saneamento básico, de mães chefes de família, sem fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade, taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade, Índice de Gini entre outros tantos que se tratam de diversos fatores socioeconômicos, conforme discutido na conceituação teórica acima.

Tabela 1 – Vulnerabilidade social no Estado de São Paulo

Sexo	Cor	Ano	IVS
Total Sexo	Total Cor	2000	0.388
Total Sexo	Total Cor	2010	0.297
Total Sexo	Negro	2000	0.461
Total Sexo	Negro	2010	0.331
Total Sexo	Branco	2000	0.365
Total Sexo	Branco	2010	0.271
Mulher	Total Cor	2000	0.410
Mulher	Total Cor	2010	0.307
Mulher	Negro	2000	0.471
Mulher	Negro	2010	0.351

FONTE: Adaptação autoral baseada no Atlas de Vulnerabilidade Social (2015).

chegando à categoria baixa. Porém, ao se comparar por raça, nota-se como a exclusão social persistiu em um nível mais acentuado entre a população negra, que já estava na classificação de vulnerabilidade alta (0.461) e passou somente para a vulnerabilidade média (0.331); enquanto a vulnerabilidade entre a população branca teve alteração de média (0.365) para baixa no mesmo período. No caso das mulheres, isso também ocorreu, com mais ênfase nas mulheres negras, que estão na intersecção de opressões de raça e de gênero. Não foi possível comparar com os dados de IVS para homens (“total de cor” ou “branco” ou “negro”) pois não houve registros no site para esse recorte específico. De todo modo, observa que, para as pessoas negras e para as mulheres, principalmente para as mulheres negras, os índices de vulnerabilidade social ainda se encontrava em 2010 no patamar médio, embora a vulnerabilidade geral (“totais”) tenha diminuído para o patamar baixo. Isso pode ser entendido como um indicativo quantitativo das discussões sobre exclusões de gênero e de raça.

## 2 A fome no Estado de São Paulo na década de 2000: dos conceitos aos dados

Novamente, há a necessidade de se diferenciar os conceitos. Na discussão sobre fome, insegurança alimentar e desnutrição, é útil se começar pela diferenciação feita por Josué de Castro (1952) e pelos parâmetros estabelecidos pela *Food and Agriculture Organization* (FAO).

Para o autor, a fome não seria apenas a fome aguda<sup>5</sup>, que representaria a extrema fome ou a sensação de carência ou falta de acesso à alimentação constante. Ele compreende que a fome é algo mais amplo em termos sociais e biológicos. Ela incorpora a subnutrição na forma de “fome oculta”, na qual pode não haver a sensação de fome urgente, mas há a baixa ingestão de nutrientes necessários para o bom funcionamento do corpo. A fome oculta seria a mais difícil de medir e a mais comum,

<sup>5</sup> Para a FAO, o nome desta fome em inglês é hunger, significando a privação de alimentos acompanhada de uma sensação dolorosa. Já malnutrition volta-se ao excesso ou carências no consumo de nutrientes (FAO, 2008).

visto que, mesmo pessoas com acesso a alimentos diariamente podem ser atingidas por ela (CASTRO, 1952).

Já a FAO utiliza mais “segurança alimentar” após os diversos significados atribuídos ao termo durante os períodos de guerra. A concepção atual está relacionada às soberanias, obrigações (pois há o “direito à alimentação”) e capacidades produtivas e comerciais dos Estados-nações de proverem alimentos adequados à sua população. A segurança alimentar abarca quatro dimensões basilares, a saber: disponibilidade física de comida, acesso econômico e físico a alimentos, utilização de alimentos e estabilidade ao longo do tempo das três dimensões anteriores. Para se verificar que há segurança alimentar em uma sociedade, é necessário que todas essas quatro condições estejam contempladas simultaneamente (FAO, 2008).

Nesse sentido, há também a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), empregada nas pesquisas da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que em “edições quinquenais de 2004, 2009 e 2013 utilizou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) [...] A partir dos resultados coletados, a EBIA classifica o nível de insegurança alimentar em quatro graus” (DA SOCIEDADE CIVIL, 2018, p.10).

Os quatro graus incluem segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave. Diante das eventuais dificuldades metodológicas na academia de se medir diretamente o processo da fome, essa abordagem da insegurança alimentar tem oferecido um aporte concreto para a análise por índices.

Comparando-se as PNADs de 2004 e 2009 (IBGE, 2010), observa-se que elas registraram uma queda em todos os graus de insegurança alimentar entre 2004 e 2009 no país, havendo aumento de 4% na distribuição dos domicílios na segurança alimentar para as regiões urbanas. Nas regiões rurais, o seu aumento foi um pouco maior, 8,6% (DA SOCIEDADE CIVIL, 2018, p.11).

Isso talvez possa ser relacionado aos dados de redução da vulnerabilidade e exclusão social apresentados na seção anterior, indicando uma possível correlação entre ambos os processos sociais, já que apresentaram tendências de diminuição um tanto similares e elementos em comum, como a renda e o desemprego, que foram medidos em ambos os índices analisados.

A redução da fome também foi ao nível nacional (FAO, 2019). No entanto, analisando-se os dados específicos do Estado de São Paulo das mesmas PNADs (IBGE, 2010), ficam mais explícitas novamente as diferenças estruturais entre grupos mais excluídos do que outros no tema da insegurança alimentar (Tabela 2).

As mulheres já estavam em maior quantidade em todos os graus de insegurança alimentar em 2004 e permaneceram em 2010, o que pode apontar novamente indícios das opressões e estruturas desiguais de gênero. Outro ponto é uma aparente mudança da quantidade de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada ou grave para a de leve, um sinal positivo apesar da falta de igualdade entre os segmentos de análise.

Já no aspecto racial (Tabela 3), houve proporcionalmente mais insegurança entre as pessoas negras (preta ou parda). Embora haja mais pessoas brancas em domicílios particulares em situação de insegurança alimentar, é notório como as proporções internas em cada população são opostas, ou seja, a grande diferença

Tabela 2 – Segurança e insegurança alimentar no Estado de São Paulo por gênero.

<b>Sexo/Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Com se- gurança Alimentar</b>	<b>Com Insegu- rança Alimen- tar leve</b>	<b>Com Insegurança Ali- mentar moderada ou grave</b>
Homens (2004)	18 920	13715	3258	1940
Mulheres (2004)	20 319	14790	3438	2087
Homens (2009)	20000	15047	3639	1314
Mulheres (2009)	21062	15735	3920	1407

Fonte: Adaptação autoral baseada no IBGE, 2010.

Tabela 3 – Segurança e insegurança alimentar no Estado de São Paulo por raça.

<b>Cor/Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Com se- gurança Alimentar</b>	<b>Com Inse- gurança Alimentar leve</b>	<b>Com Insegurança Ali- mentar moderada ou grave</b>
Branca (2004)	27679	21491	3977	2205
Preta ou Parda (2004)	11084	6598	2676	1806
Branca (2009)	26433	20997	4199	1237
Preta ou Parda (2009)	14010	9231	3304	1475

FONTE: Adaptação autoral baseada no IBGE, 2010.

em quantidades absolutas entre a população branca e a negra reduz muito quando a situação é de insegurança moderada ou grave. Essas análises podem retomar a questão das estruturas históricas que têm impactado mais mulheres e pessoas negras. Por isso, novamente, entende-se que é possível descrever uma forte relação entre os fatores da exclusão social e da fome (ou insegurança alimentar neste caso) no Estado de São Paulo na década de 2000.

### 3 A fome na exclusão social

A primeira década de 2000 no Estado de São Paulo teve dados positivos em termos de redução da exclusão social e da insegurança alimentar. Foi também um período que fez parte da gestão do governo Lula, que elaborou grandes medidas para o combate à fome através do programa Fome Zero, tentando lidar com as principais causas dela: a distribuição desigual dos alimentos, a baixa renda per capita, o custo

inacessível de vários produtos para as pessoas mais pobres e a tendência ao consumo de alimentos de menor qualidade calórica e nutritiva (ARRUDA, 2007; BELIK, W.; SILVA, J.; TAKAGI, M., 2001).

Como é possível constatar pelas análises dos dados, as tendências um tanto similares e as relações metodológicas entre o IVS e índice de (in)segurança alimentar da PNAD nos evidenciam possíveis correlações entre a fome e a exclusão social. Quanto a essa última, analisou-se como uma compreensão mais ampla nos permitiu captar nuances entre as diferentes populações.

Conforme Quijano (2011) entendia, os fatores da estrutura econômica são os mais constantes nos processos sociais no mundo moderno, mas, isolados, não revelam a totalidade de estruturas desiguais. Por isso, também se deve atentar às questões raciais e de gênero.

Outra dimensão a ser aprofundada mais nas discussões futuras é o aspecto territorial das exclusões, já que o território é um locus de reprodução de desigualdades. Em uma formulação mais ampla, o território é “um espaço definido e delimitado por e a partir relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 96). É nele que se reproduzem, concretamente, as estruturas histórico-políticas das sociedades. No caso brasileiro, devemos compreender os impactos do colonialismo e a colonialidade do poder que ainda se mostram presentes na sociedade.

Esse é um movimento similar ao apresentado por Oliveira (2013). A autora retoma a formação territorial brasileira na obra de Caio Prado e Milton Santos e mostra que a situação da fome vem da época colonial com suas relações desiguais e dominadoras, que condicionaram os problemas atuais nas desigualdades socioespacial. Por sua vez, Santos, sintetiza as ideias aqui apresentadas sobre a fome na exclusão social nos territórios brasileiros ao afirmar que,

a fome é um dos fenômenos sociais que mais retrata esta produção desigual do espaço. Ou porque ela convive com a abundância e o desperdício em regiões onde a concentração de renda desenha fronteiras, ou porque ela resulta de um modelo de exploração do espaço que esgota todas as possibilidades de garantir a soberania alimentar de comunidades e minorias. Paradoxalmente, a fome nem sempre é produto de uma impossibilidade geográfica, mas provém, sobretudo, como já nos advertira Josué de Castro (2004), de sistemas econômicos e sociais adoecidos. Esta relação mais estreita entre produção capitalista do espaço e fome fica mais evidente quando consideramos o cenário histórico em que certas estruturas econômicas e sociais se formam (SANTOS, 2008, p.3).

## 4 Conclusão

Foi apresentada uma breve descrição da relação entre a exclusão social e a fome no Estado de São Paulo, buscando explicitar alguns fatores importantes para a discussão: as estruturas históricas da colonialidade do poder, a multidimensionalidade dos conceitos (com suas diferenciações semânticas) e, brevemente, o território como articulador das relações de desigualdade.

Através da análise do IVS e do índice de insegurança alimentar da PNAD, identificaram-se padrões semelhantes no comportamento dos dados e a recorrência de alguns temas, como as desigualdades de gênero e de raça, mesmo com a diminuição

significativa dos índices gerais durante a década. Isso dialoga com a definição adotada de exclusão como negação da cidadania e da ideia de universalidade de bem-estar dos sujeitos, ainda mais numa sociedade que jamais teve a integração social de várias “minorias”.

A análise dos dados também revelou que a diminuição nos índices de vulnerabilidade e de exclusão social coincidiu com a grande redução da fome, o que pode demonstrar um indício da dimensão político-social argumentava inicialmente.

Contudo, é preciso apontar que a correlação estatística que se pretendia não foi alcançada em sua plenitude, pois não é algo tão direto como se poderia descrever. Trata-se de processos históricos que se entrecruzam com outros fatores conjunturais. O que se pode afirmar é que essas problemáticas têm ligação com dimensões econômicas (como o desemprego) e, também, com dimensões sociopolíticas (por exemplo, as desigualdades racial, de gênero e outras).

Portanto, parece haver um caminho fértil para mais pesquisas mistas que explicitem as relações entre a exclusão social e a fome, com enfoques diversos (raça, gênero, idade, território etc.) para se poder compreender as especificidades relacionadas a cada grupo e contexto, assim como para mais pesquisas que relacionem a exclusão social à colonialidade do poder na América Latina.

## Referências bibliográficas

- ARRUDA, I. K. G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*, Recife, v. 7, n. 3, p. 319-326, 2007. Disponível em: <<http://pesquisa.bvs.br/brasil/resource/pt/lil-464735>>. Acesso em: 31 de maio de 2019.
- BELIK, W.; SILVA, J. G.; TAKAGI, M.. Políticas de combate à fome no Brasil. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 119-129. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400013&script=sci_arttext)>. Acesso em: 31 de maio de 2019.
- COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. Relatório. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4381>>. Acesso em: 31 de maio de 2019.
- DA SOCIEDADE CIVIL, Grupo de Trabalho. *para Agenda 2030*. Relatório Luz da Agenda. 2018. Disponível em: <[http://actionaid.org.br/wp-content/files\\_mf/1499785232Relatorio\\_sintese\\_v2\\_23jun.pdf](http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1499785232Relatorio_sintese_v2_23jun.pdf)>. Acesso em: 10 de maio de 2019.
- DE CASTRO, J. *Geografia da fome*. Casa do Estudante do Brasil, 1952.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *An introduction to the basic concepts of food security*. Relatório. FAO, Rome, Italy, 2008. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/al936e/al936e00.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION FAOSTAT. Roma, [entre 2016 e 2019]. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#country/21>>. Acesso em: 31 maio 2019.
- FRAGOSO, J. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Revista Estudos Históricas*, v. 1, n. 29, p. 3-28, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2157>>. Acesso em: 31

de maio de 2019.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: segurança alimentar 2004/2009*. IBGE, 2000. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47241.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

PERONA, N. *Desde la marginalidad a la exclusión social*. Una revisión de los conceptos. *La Sociología en sus escenarios*, n. 5, 2001. Disponível em: <https://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/ceo/article/view/7479>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade\\_do\\_saber\\_eurocentrismo\\_ciencias\\_sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf)>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

QUIJANO. *Colonialidad del poder y clasificación social*. *Contextualizaciones Latinoamericanas*, n. 5, 2011. Disponível em: <<http://revistascientificas.udg.mx/index.php/CL/article/viewFile/2836/2574>>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

OLIVEIRA, M. L. M. *Geografia da fome: A expressão dramática da desigualdade sócio-espacial brasileira*. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12022014-123610/en.php>>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

REIS, E.; SCHWARTZMAN, S. *Pobreza e Exclusão Social: aspectos sociopolíticos*. Versão Preliminar, Relatório, World Bank, 2002. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/exclusion.pdf>>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

RODRIGUES, E. V. et al. A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 9, 2017. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/Sociologia/article/viewFile/2566/2351>>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

SANTOS, L. L. A fome como cerceamento de direito político: comunicação contra-hegemônica e soberania alimentar. *e-cadernos CES*, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1431>>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

SPOSATI, A. *Exclusão social abaixo da linha do Equador*. Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, p. 128-133, 1999. Disponível em: <<http://www.seuvizinhoestrangeiro.ufba.br/wiki/pub/GEC/RefID/exclusao.pdf>>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

SOUZA, M. J. L. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 353, p. 77-116, 1995.

ZANATTA, L. *Uma Breve História da América Latina*. São Paulo: Cultrix. 2017.

# As origens do movimento nacionalista no Japão: ressurgimento no século XXI e seus impactos para as relações do leste asiático

Ayana Hanashiro de Moraes\*

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as origens do nacionalismo japonês e seu ressurgimento com base na postura do atual governo sob a liderança de Shinzo Abe, identificando seus possíveis impactos nas relações com a China e Coreia do Sul. A partir de uma reflexão inicial sobre o conceito de nacionalismo e sua presença dentro do contexto histórico japonês, será possível mapear o histórico cultural daqueles que compõem a administração do governo recente, e que por sua vez tendem a defender medidas como o revisionismo histórico, a reafirmação de valores japoneses e um posicionamento mais assertivo em questões militares e territoriais. Desta maneira, os impactos decorrentes de tal fortalecimento nacionalista podem ser vistos sob uma nova ótica que remete não apenas ao passado de guerras e histórico imperialista, todavia questões delicadas às partes envolvidas, mas também à própria formação da consciência nacional japonesa. **Palavras-chaves:** Nacionalismo japonês, Nacionalismo, Identidade, Consciência nacional, Relações do leste asiático.

## Abstract

The present article seeks to analyze the roots of Japanese nationalism and its resurgence based on the current government position under prime minister Shinzo Abe's leadership, in an attempt to identify its possible impacts on Chinese and South Korean relations. From a brief reflection on the concept of nationalism and its presence within Japanese historical context, it will be possible to map the cultural history background from the members of the current administration, and their promotion of historical revisionism, Japanese values and an assertive stand face territorial and military affairs. Hence, the consequential impacts following this nationalist strengthening can be seen under a new perspective which addresses not only the war period and an imperialist historic, still a very delicate matter for all parties involved, but also the formation of Japanese national consciousness. **Keywords:** Japanese nationalism, Nationalism, Identity, National consciousness, East Asian relations.

---

\*Bacharelada em Ciências e Humanidades na UFABC - contato: ayana.hanashiro@hotmail.com

## Introdução

A força do nacionalismo sobrevive nos dias atuais. Para aqueles que argumentaram que o processo de globalização traria um fim às discussões sobre nação e nacionalismo, depararam-se com uma série de eventos que colocaram em pauta tais noções ainda presentes nas formas de se perceber as relações entre povos, culturas e também identidades. Não é fácil, contudo, fixar tais conceitos e muito menos encontrar uma unicidade dos mesmos – observa-se que não há um único autor que tenha fundamentado o campo dos estudos sobre nacionalismo, por exemplo, assim como fizera Weber no campo da sociologia. Ainda assim, a maior riqueza que tais estudos podem oferecer são maneiras de se entender os indivíduos enquanto partes do coletivo, compreender suas formas de perceber o mundo em meio aos outros. Um mundo que se coloca de maneira cada vez mais complexa e sobre o qual urge uma reflexão histórica.

Neste sentido, as pesquisas sobre o movimento nacionalista japonês têm adquirido certo destaque nos últimos anos. Seja como um caminho para se entender a própria construção da sociedade japonesa, quanto para se observar um comportamento que tem se expressado de maneira mais impositiva por parte das políticas praticadas por seu governo, o fato é que a discussão sobre os ideais japoneses e, principalmente, esta nova defesa de um determinado “Japão”, podem trazer importantes reflexões para os dias atuais. Não por acaso, tal discussão se eleva com maior força ao se analisar o século XXI, sendo melhor observada a partir dos discursos de seu atual primeiro-ministro Shinzo Abe. Tal figura política sintetiza muitas características do desenvolvimento do pensamento político japonês, a partir de declarações e das próprias notas oficiais do governo em relação a seu histórico de guerras, à militarização e principalmente pela forma como tal assunto é levantado perante seus vizinhos que mais lhe contestam, a dizer China e Coreia de Sul.

Este artigo tem como objetivo analisar o movimento nacionalista no Japão a partir de sua raiz, ou seja, quais as características do movimento nacionalista enquanto um sentimento atrelado à ideia de nação, em um diálogo com autores tradicionais dentro da temática; e como tal movimento adquiriu espaço nas motivações da atual administração japonesa. Além de uma retomada histórica, nosso olhar se dirige às instabilidades da atual conjuntura, em uma relação com os elementos da história e cultura japonesa, e que devem ser analisados cuidadosamente.

## 1 O nacionalismo e a abordagem etno-simbólica

Dentro das ciências sociais e políticas, o nacionalismo é associado frequentemente às discussões sobre o processo de formação de Estados, nações e identidade nacional. Dado que estejam estabelecidas tais discussões, relaciona-se o nacionalismo a momentos de conflito entre povos, quando tal elemento é definido como um sentimento que une um determinado grupo em contraposição a um “outro” – tanto inimigo quanto grupo desconhecido. Este elemento pode ser observado, portanto, como um processo de auto identificação de uma coletividade a partir de uma visão gestada em seu interior, e que reage àquilo que não lhe está contido como algo diferente. Neste sentido, a construção da identidade é um aspecto que dialoga com a forma de se pensar a questão de consciência nacional e o conceito de nação, uma vez que o sentimento de pertencer a uma comunidade é a base para se pensar a própria construção dos

Estados.

Para o autor de “Comunidades Imaginadas”, Benedict Anderson (1983), as nações são formadas a partir de comunidades políticas imaginadas (*imagined communities*), pois uma vez que cada membro em sua extensão não é capaz de ter consciência de todas as pessoas que a formam, esta é, portanto, uma comunidade utópica (ANDERSON, 1983). Sua análise, assim como a de Hobsbawm (SMITH, 1999), converge para a importância da modernidade associada à recente formação dos Estados, e concede um caráter político – afinal, fala-se de comunidades políticas imaginadas, delimitadas por um território, uma jurisdição – à noção de nação e nacionalismo. Entretanto, o conceito de comunidade imaginária proposta por Anderson ainda é insuficiente para responder, por exemplo, ao apelo emocional popular produzido pelo nacionalismo como sentimento nacional, à sua força de dominar o interior humano e lhe dirigir ao sacrifício nacional, e que pode ser visualizado claramente sob a imagem de heróis nacionais como um verdadeiro sacrifício pela comunidade.

Neste ponto, parece razoável supor que haveria algo anterior à concepção de nação, um fator antecedente ao período moderno de formação do Estado-nação e que reflete sobre as condições que possibilitaram sua constituição. Tal suposição é levantada com maior ênfase por Anthony D. Smith (1999), que propõe em seus trabalhos uma alternativa etno-simbólica para a discussão. A abordagem de Smith é relevante pois busca investigar as origens mais distantes do sentimento de pertencer a uma nação, onde sua premissa não exclui o argumento de que as nações possuem um caráter adquirido no período de modernidade, mas expõe o peso das culturas pré-existentes e laços étnicos das nações que emergiram na época moderna (SMITH, 1999). Tais nações seriam então determinadas a partir de um território e história compartilhados, onde um povo e uma cultura estabelecem sua própria identidade, mas que antes de constituírem este ente organizado, jurídico e soberano que é o Estado, admitiriam a existência de etnias definidas como coletivos que possuem nome, mito, ancestralidade e sentimentos de solidariedade em grupo (LEOUSSI; GROSBY, 2007), onde os elementos simbólicos – memórias, valores, rituais e tradições – são essenciais para sua própria identificação.

A saída etno-simbólica não é apenas significativa pelos aspectos culturais e étnicos que se propõe a analisar, mas também para a reflexão de como tais elementos simbólicos são reconstituídos a cada geração, ou seja, passam por movimentos contrários que criam condições para superar os novos desafios de cada momento histórico. Segundo Smith (1999), as memórias compartilhadas são responsáveis por formar identidades coletivas, e nesse percurso história e cultura são as razões para conflitos, mas também para solidariedade dentro da comunidade. Ao se observar o nacionalismo como sentimento que emana de um determinado grupo, formado em bases culturais anteriores, mais profundo que uma simples delimitação geográfica ou histórica, percebe-se ao final que este abrange características de uma própria forma de se ver o mundo. Assim, é possível dizer que tal abordagem pode ser uma ferramenta de análise da origem desta força que emana de uma comunidade, onde sua base é constituída a partir dos mitos, símbolos e memórias.

Nacionalismo, definido como um movimento ideológico para alcançar e manter a identidade, unidade e autonomia de um grupo social, no qual alguns de seus membros consideram-no como uma forma atual ou potencial de nação, provou-se um instrumento poderoso para forjar um mundo de nações baseado em laços étnicos

e sentimentos pré-existentes (...). (SMITH, 1999, p.18-19, tradução nossa).

Apesar da ênfase proposta sobre os elementos etno-simbólicos, é importante notar que há diversas maneiras de se refletir sobre o conceito de nação e o consequente sentimento nacional de pertencimento à mesma, sendo essencial para o próprio entendimento do nacionalismo. Assim, também como qualquer abordagem, vale lembrar, o etno-simbolismo não está imune a críticas. Porém, tais reflexões apenas confirmam uma característica a respeito deste campo de estudo, que é a própria inexistência de um conceito geral ou fixo para a ideia de nação, e sobretudo a afirmação de diversos autores que trazem teorias e discussões na tentativa de definir um sentimento que une uma comunidade de pessoas. Mais além, se há ao menos um ponto de convergência dessas diferentes visões, é que em momentos onde tal sentimento esteve presente de maneira exacerbada em um grupo firmemente apoiado ou mesmo estimulado pelo Estado, agregando-se então o elemento político, pode-se observar confrontos entre povos, guerras, e que concederam em última instância espaço à xenofobia.

Ao final, o nacionalismo é um movimento que pode ser analisado sob diferentes perspectivas e gera múltiplas interpretações<sup>1</sup>. É proposto no decorrer deste artigo e nas próximas seções, ao se analisar o nacionalismo japonês, que a abordagem etno-simbólica sirva como uma possível ferramenta na busca de suas origens, mas que para os dias atuais também deve se ater às problemáticas do cenário político e poder dos Estados soberanos.

## 2 O nacionalismo japonês e suas possíveis origens

Para observar o caso do nacionalismo japonês, alguns fatores devem ser levados em consideração, a começar pelos métodos de análise para que não se sobreponham às especificidades do tema em questão. Dito de outra maneira, deve-se tentar ao máximo estabelecer um diálogo entre autores japoneses que estudaram o nacionalismo e suas trocas com autores não japoneses, para que desta forma o nacionalismo possa ser melhor identificado em uma reflexão histórica e cultural onde os possíveis momentos de origem do mesmo não corram o risco de serem generalizados sob um único ponto de vista.

Sannosuke Matsumoto (1971) em seu artigo sobre alguns problemas teóricos para o significado do nacionalismo japonês, já aponta para tal questão e sugere que o nacionalismo enquanto sentimento de um grupo deve ser visto a partir da “construção de consciências de subgrupos existentes dentro da sociedade japonesa, ou seja, da família, comunidade, províncias, entre outros” (MATSUMOTO, 1971, p. 50, tradução nossa). Para Kevin M. Doak (2006), o significado do nacionalismo japonês passa então a ser melhor compreendido ao se levar em consideração a formação histórica do país e sua organização social. Segundo o autor, os diversos grupos que compõem a nação japonesa poderiam gerar nacionalismos distintos, nos quais ele organiza a partir das noções de Imperador (*Tenno*), Sociedade (*Shakai*), Nacionalismo Cívico (*Kokuminshugi*), e Nacionalismo étnico (*Mizokushugi*). Logo, a avaliação de ambos

<sup>1</sup> Além dos autores utilizados neste trabalho para a discussão acerca do nacionalismo, vale lembrar outros como Hans Kohn (1891-1971), Ernest Gellner (1925-1995), Walker Connor (1926-2017) e Pierre Berghe (1933-2019).

autores recai sobre essa estrutura interna que configura as relações dos indivíduos do grupo e que ao longo do tempo adquire algumas características que lhe são marcantes.

Historicamente (MATSUMOTO, 1971) a primeira característica do nacionalismo japonês está diretamente relacionada à sua imagem projetada ao mundo externo, ou à comunidade internacional. Os claros indícios desta consciência nacional japonesa podem ser vistos com a Guerra do Ópio (1839-1842), que recaia sobre seu vizinho chinês, e posteriormente pela pressão mais impositiva dos Estados Unidos em 1856, ao demandar a abertura dos portos japoneses para a realização de comércio com o ocidente – episódio conhecido pela imagem do próprio Comodoro Perry<sup>2</sup>. Até aquele momento a visão japonesa de mundo havia sido influenciada pelo Confucionismo e sua noção de universo, pois trazia uma perspectiva centrada no próprio Japão como superior ao ocidente “bárbaro” (MATSUMOTO, 1971). Porém, após tal experiência, as diferenças em termos de capacidades bélicas mostravam que tal superioridade se transformava em uma posição ameaçada pelo ocidente. Assim, pela primeira vez o nacionalismo japonês era relacionado diretamente à força militar, um militarismo que nascia a partir do contato com o ocidente – também denominado como processo de ocidentalização –, e que ao mesmo tempo era sua fonte de afirmação enquanto povo e nação. Tal movimento nacionalista adquire maior respaldo ao se somar à ideia de homogeneidade racial (MATSUMOTO, 1971), e ao apelo que o Estado japonês passa a exercer a partir da noção de unidade da nação, das tradições, cultura e, principalmente, sob as emoções da população durante seu processo de modernização.

Este primeiro contato nos leva a um segundo momento não tão distante, mas importante para a construção da identidade nacional japonesa, e que para Kevin M. Doak (2006) é dado durante o processo de formação do Estado japonês moderno sob os moldes ocidentais. Iniciava-se o assim conhecido período Meiji (1868-1912), cujo marco é a restauração do poder político imperial japonês, antes nas mãos do shogunato<sup>3</sup>, em uma tentativa de centralizá-lo para poder se relacionar com outros Estados-nações europeus. Tal mudança abalaria o que o autor concebe como nacionalismo étnico, constituído pelos elementos etno-simbólicos apresentados por Anthony Smith (tradições, memórias, e etc.), e que se viam diretamente confrontados pelo Estado ou país que surgia (o *kokka*) junto à sua presença política, produzindo ao final um choque de identidade nacional. É a partir de então que o Estado japonês passa a participar no processo de formação do nacionalismo para seus próprios interesses.

Em consequência, tais características apresentadas tendem a alcançar sua máxima expressão na década de 1930, com o denominado ultranacionalismo que se destaca no período da segunda guerra mundial através da expansão do império japonês. Para Doak (2006), o nacionalismo do período de 1930 pode ser analisado a partir daquilo que Anthony Smith já havia posto em discussão, ou seja, a relação entre Estado (órgão jurídico) e a etnia, o nacionalismo cívico (a partir do conceito de Estado enquanto nação civil, ou *Kokumin*) do nacionalismo étnico (a partir da nação étnica, *Minzoku*). Neste contexto, também são lembradas outras características que fizeram parte do Japão imperialista, como a forte presença do imperador como um símbolo de união da nação e o uso de referências xintoístas para reforçar sua ideia de divindade. Para melhor compreender a diferença de nacionalismos que se contrastavam nesse

<sup>2</sup> Comandante da marinha norte-americana que ficaria conhecido por “abrir” à força o Japão feudal ao mundo

<sup>3</sup> 4 Termo utilizado para se referir ao shogun, líder militar supremo e destaque no período denominado Edo (Edo Bakufu) da história japonesa.

período, observam-se os casos de expansão japonesa em Taiwan e na península coreana<sup>4</sup>. Para o nacionalismo cívico, as pessoas de tais países conquistados poderiam ser incluídas como cidadãos do Estado japonês, neste caso taiwaneses e coreanos após algum processo de assimilação (DOAK, 2006). Por outro lado, o nacionalismo étnico não admitiria tal possibilidade, sendo necessário não apenas uma base jurídica, mas uma série de características étnicas prévias. É neste momento em que o destaque para o nacionalismo étnico (*Minzokushugi*) é observado como uma base política, a dizer do Estado, para que este último encontrasse formas de utilizar a etnicidade como mecanismo de apoio ou mesmo controle de sua população.

Com o final da guerra, a derrota japonesa fez com que o país alterasse seu comportamento, através de uma reflexão sobre os valores defendidos e os acontecimentos históricos até então. A guerra representada sob a figura das duas bombas atômicas foi nesse sentido um divisor de águas para o movimento nacionalista no Japão, pois expôs suas consequências quando apoiada pelo Estado e vinculada ao militarismo. Desta maneira, vários autores (DOAK, 2006) tanto da esquerda quanto direita japonesa realizaram fortes críticas ao modo como o nacionalismo étnico fora utilizado até então, algo que ganhou ainda mais espaço no período do pós-guerra com a ocupação dos Estados Unidos (1945-1952).

Durante o período de ocupação, e que exerceu grande controle da autonomia do Estado japonês, outro debate interessante surgia nos meios acadêmicos. O fato da ocupação norte-americana pressupor o “controle” democrático do país, cuja maior expressão pode ser observada sob a forma de uma nova Constituição (1946), também resultaria em um confronto de visões de mundo. Desta maneira, a ocupação não apenas alterou a forma de organização política do Estado japonês, mas também foi um claro exercício na definição do que era nacional, e assim no que constituía o movimento nacionalista japonês, afastando-se do étnico para aproximar-se de uma base civil. Assim, o nacionalismo cívico (*Kokuminshugi*) voltava-se agora aos ideais democráticos, de cidadania nacional, e por fim à fonte política da ideia de nação.

Tal dicotomia entre nação étnica (*minzoku*) e nação civil (*kokumin*) foi amplamente criticada pelos intelectuais da época (DOAK, 2006), pois colocava a identidade japonesa em uma espécie de balança: se por um lado o *minzoku* fora utilizado pelas elites políticas japonesas na promoção daquilo que resultaria em um ultranacionalismo, e conseqüente posicionamento belicoso, o *kokumin* por sua vez teria formado-se a partir de uma imposição – a Constituição de 1946 somada à ocupação dos Estados Unidos –, retirando a autonomia do país para estruturá-lo com base no ocidente. Como resultado, haveria um embate entre *minzoku* e *kokumin*, o étnico com base nas tradições, mitos, e principalmente cultura japonesa, e o civil ou político proveniente de um exterior que se impunha ao dominá-lo.

No período do pós-guerra (ROSE, 2010) até a década de 1980, o enfoque japonês foi de reconstrução da nação pela via econômica. O país se encontrava em uma posição desfavorável no cenário internacional e alterou tal condição a partir de sua reorganização apoiada, e até mesmo supervisionada pelos Estados Unidos. Neste aspecto a conjuntura internacional também desempenhava um papel importante, pois sabe-se que no período marcado pela guerra fria, a política externa da potência hegemônica norte-americana buscava encontrar zonas de influência, e o Japão se

<sup>4</sup> Durante o processo de expansão do império japonês, Taiwan e Coreia se constituíram como seus principais territórios coloniais.

encaixava em tal plano geopolítico. Para além de político, a aproximação das relações entre ambos os países também significava uma aproximação econômica, e que incorporava o Japão ao bloco capitalista. Desta maneira os ideais ocidentais eram reforçados através da aproximação definitiva entre Estados Unidos e Japão.

Segundo a Constituição promulgada em 1946, o imperador se tornava um símbolo para o país e ao povo caberia a soberania do poder (JAPÃO, 1946). Além disso, um dos fatores que comprometia definitivamente a nação japonesa com relação a uma possível volta de seu expansionismo e militarização pode ser traduzido a partir do Artigo 9 da Constituição.

Artigo 9. Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais. Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito a beligerância do Estado não será reconhecido. (JAPÃO, 1946).

Pode-se dizer, portanto, que se buscou de maneira efetiva impedir qualquer desenvolvimento do sentimento nacional japonês que remetesse ao nacionalismo e à sua expressão mais perigosa de uso estatal e militar, ainda que para tal fosse comprometido sua soberania enquanto Estado-nação. Em outras palavras, revelou-se o *minzoku*, um forte elemento dentro da formação da nação japonesa, fator chave para uma possível origem de seu movimento nacionalista e dos conflitos gerados frente ao choque do poder político estatal.

### 3 O movimento nacionalista no século XXI: ascensão e reflexos para o leste asiático

Em um dos estudos mais recentes publicados em língua portuguesa, Ernani Oda (2018) analisa o nacionalismo enquanto ferramenta do Estado que permaneceu contido pelas estruturas do próprio governo japonês até o final da década de 1980, e que ganharia força na década seguinte. Assim como deixa claro, seu objetivo é tentar explicar por uma análise da estrutura política do Estado japonês, somado aos fatores externos de seu contexto internacional, o que haveria contribuído para o ressurgimento do nacionalismo. Um dos argumentos levantados se refere à constituição partidária do governo japonês, na qual seu maior partido, o Partido Liberal Democrático (PLD), fragmentado em diversas facções, teria concedido maior espaço a grupos de visão mais nacionalista. Com a reforma do sistema eleitoral (ODA, 2018) na década de 1990, e maior centralização do partido após casos de corrupção, os grupos mais moderados tiveram de se aliar aos grupos nacionalistas, e como consequência estes últimos ganharam maior espaço no cenário político.

Uma das reivindicações por trás da bandeira deste novo movimento nacionalista que se lança com maior ênfase desde a metade da década de 1990, é a revisão de elementos que remetem às memórias de guerra, entre eles a reconstrução da história japonesa que é contada de maneira excessivamente negativa desde o final da segunda guerra mundial, e onde surge a proposta de revisão do conteúdo escolar voltado aos elementos positivos de sua história. Ademais do revisionismo, o questionamento de uma postura mais ativa do governo japonês em questões territoriais e militares, ou seja,

um ataque direto ao Artigo 9, também é lançado como fator que impediria uma maior influência do Estado japonês no cenário internacional. Nesse sentido, Oda (2018) deixa explícito que sua análise não é apenas uma visão interna e isolada do surgimento do movimento nacionalista japonês, mas que este encontrou também um contexto propício ao considerar o fim da guerra fria, a bolha econômica japonesa ao final da década de 1990, e no que diz respeito a seus vizinhos mais próximos – China e Coreia do Sul – como os principais contestadores deste nacionalismo e das problemáticas que tal movimento representa para suas relações.

#### 4 O santuário Yasukuni

Desde a década de 2000, um dos tópicos mais controversos dentro da opinião pública chinesa e sul-coreana se refere às frequentes visitas de primeiros-ministros japoneses, no caso Koizumi Junichiro (2001-2006) e Shinzo Abe (em seu segundo mandato, de 2012 até o presente momento) ao santuário Yasukuni, em Tokyo, considerado um local de reverência a inúmeras vítimas de guerra, mas também a diversos criminosos condenados por executarem povos da região asiática durante o período de expansão japonesa.

O santuário Yasukuni é um santuário xintoísta criado em 1869, e desde o período da restauração Meiji foi um local de reverência àqueles que prestavam serviços militares ao imperador. Porém, ao final da segunda guerra mundial e com a ocupação norte-americana, muito se questionou acerca da relação do santuário com o imperialismo japonês, dado os esforços da intervenção dos EUA para levar a democracia e promover a desmilitarização do antigo império nipônico. O santuário então se tornou um problema pois,

a religião xintoísta, o militarismo, e o imperador estavam todos ligados ao status do santuário Yasukuni no período de pré-guerra, e, portanto, o Yasukuni deveria ser reformado também, caso as reformas da ocupação pretendiam ser bem-sucedidas. Mas foi a conexão do Yasukuni com o imperador japonês que de fato o salvou. (SMITH, 2014, p. 63, tradução nossa).

Desta forma ficam evidentes as dificuldades encontradas ao se lidar com tal símbolo que adquiriu maior força no período imperialista japonês, e que eram características que haviam colocado o Japão precisamente no caminho à guerra. Além disso, segundo a mesma autora, a razão pela qual o santuário teria sobrevivido ao período de transição do império teria sido sua própria ligação ao imperador ainda existente no país, e que após a ocupação dos EUA abdicou de seu exercício político, para uma atuação simbólica. O fato do santuário permanecer como um local de reverência àqueles que participaram da guerra, também era uma demanda realizada por famílias que perderam muitos membros no mesmo período, e que reafirmava a importância de sua preservação.

A partir da nova Constituição, as instituições políticas foram dissociadas daquilo que conformava o estado xintoísta, em uma tentativa de separar o âmbito religioso do político. Contudo, ao se observar o próprio significado do santuário Yasukuni, percebe-se que este representa exatamente o oposto a tal atitude, pois combinava o xintoísmo e política sob a forma de um memorial nacional (SMITH, 2014). Ao final da década de 1960 o santuário foi novamente alvo de uma grande polêmica e que apenas

posteriormente se tornou pública: a reverência a criminosos de guerra de alta classe<sup>6</sup>. As críticas rapidamente surgiram não apenas dos governos chinês e sul-coreano, mas também da sociedade civil de ambos os países na década de 1990, e que se acentuou no decorrer dos anos 2000.

Neste ponto, vale a reflexão sobre as diferentes maneiras de se interpretar a história. Se por um lado o santuário Yasukuni “(...) não era apenas um local para honrar os japoneses mortos durante a guerra, mas um local para rejeitar o criticismo estrangeiro de sua história durante o século XX” (SMITH, 2014, p.61, tradução nossa), por outro lado ao ser visitado por importantes figuras do governo tende a reforçar o sentimento nacional principalmente de grupos mais conservadores, e que de maneira negativa obscurece os sofrimentos e perdas das nações invadidas no leste asiático. Tem-se por fim um impasse que ao levantar uma disputa de interpretações de ambos os lados sobre a segunda guerra mundial no leste asiático, também constrói heranças que se perpetuam nos indivíduos e nas relações entre os países envolvidos.

## 5 As mulheres de conforto

A discussão sobre as “mulheres de conforto” pode ser considerada em certa medida ainda mais polêmica que a problemática representada pelo santuário Yasukuni. Não por seu grau de importância enquanto consequência do período de guerras para as relações entre os países do leste asiático, mas definitivamente pela força de mobilização de diversos grupos da sociedade civil, tanto a nível regional quanto internacional.

A expressão “mulheres de conforto” (*comfort women*) se refere às mulheres de nações invadidas pelo exército imperial japonês – principalmente da península coreana (JAPÃO, 1993) –, que foram sexualmente exploradas ao serem obrigadas a prestar serviços sexuais (*comfort services*) às tropas japonesas no período da segunda guerra mundial em diversos “bordéis” (*comfort stations*) dos territórios ocupados. Tais mulheres vieram a ganhar maior reconhecimento na década de 1990 (KIMURA, 2016), quando algumas sobreviventes começaram a revelar suas experiências e levantar ações judiciais contra o governo japonês. Até então o governo japonês negava sua participação no ocorrido, e apenas quando documentos oficiais do governo que mostravam o contrário foram divulgados, é que seu envolvimento passou a ser reconhecido publicamente. Pela primeira vez, em 1992, o problema das mulheres de conforto foi discutido na 48ª Sessão da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (CNUDH), e em 1996 na 52ª Sessão é confirmada a responsabilidade legal do governo japonês assim como a solicitação de compensações aos países envolvidos.

Faz-se importante destacar que neste período em geral, muitos movimentos sociais surgiam, assim como organizações não-governamentais adquiriram maior relevância em âmbito internacional, antes reservado apenas à alçada do Estado. Com a maior influência destes movimentos, e no caso das mulheres de conforto de grupos feministas, pode-se dizer que houve uma ampla conscientização dos direitos humanos das mulheres, assim como a própria resolução de crimes contra a humanidade em casos de violência sexual contra mulheres, como estupro, escravidão sexual e/ou gravidez forçada (KIMURA, 2016).

Com a ascensão da discussão sobre as mulheres de conforto, no decorrer da década de 1990 o governo do Japão organizou alguns programas financeiros (entre

eles o mais conhecido “*Asian Women’s Fund*”, de 1994) para compensar suas vítimas, mas recebeu duras críticas ao ser rejeitado tanto por grupos sul-coreanos quanto taiwaneses. Entretanto, houve casos em que a aceitação do auxílio financeiro ocorreu por parte de algumas vítimas, o que gerou certo desconforto nos grupos que apoiavam as mulheres de conforto.

A análise sob as iniciativas fomentadas pelo governo japonês no que se refere às mulheres de conforto levam a crer que seus programas falharam em grande extensão pois (...) a chave é que os dois governos concordaram na solução (ou seja, o pedido de desculpas e compensação), sem o acordo básico sobre as suas causas raízes (ou seja, pelo quê o Japão estaria se desculpendo) (YI, 2017, *The Diplomat*, tradução nossa). Além disso, o fato de existirem grupos conservadores japoneses, defensores de valores nacionais próprios (ou ultranacionalistas) que questionam a veracidade dos discursos das mulheres de conforto, muitas vezes alegando um caráter “voluntário” destas, também constitui um dos fatores que tendem a dificultar uma resolução definitiva.

Ainda assim, o caso das mulheres de conforto promove um grande debate em torno das relações diplomáticas japonesas com os outros países do leste asiático, principalmente com relação à Coreia do Sul, em que se percebe que tal discussão provocou mudanças consideráveis para a própria imagem do Japão. Desta forma, o problema das mulheres de conforto também “estimulou uma forte demanda de feministas japonesas para o estudo da história a partir de uma maior consciência de gênero, assim como para a construção daquilo que é considerado verdade” (KIMURA, 2016, p. 9, tradução nossa), além de questionar a própria identidade japonesa.

## 6 O nacionalismo e a figura de Shinzo Abe

Assim como foi demonstrado por Ernani Oda (2018), foram questões internas à estrutura política do Estado japonês que possibilitaram a ascensão deste novo nacionalismo inserido em uma determinada conjuntura política internacional. Tal conjuntura, assim como proposto por Sheila Smith (2014), deve levar em consideração a ascensão econômica chinesa e sua influência regional para os vizinhos na Ásia, principalmente aos aliados dos EUA, uma vez que a forte dependência econômica entre China e Japão é afetada pela “alteração na balança de poder, o que tornaria o cenário regional ainda mais competitivo” (SMITH, 2014, p.5, tradução nossa).

O nacionalismo japonês ganha força novamente em um ambiente internacional cuja dinâmica resulta na relação entre política e etnia, ou entre o Estado e os sentimentos que emanam da própria sociedade japonesa, mais especificamente de certos grupos políticos e que tem ganhado apoio progressivamente. Em sua análise de conjuntura, Sheila Smith (2014) aponta também para um dos nacionalismos identificado na análise proposta por Doak (2006), de base etno-simbólica, como pertencente ao nacionalismo cívico e, portanto, um nacionalismo de origem do conflito estatal, imanente do âmbito político. Assim, os problemas de disputa econômica, militar e territorial – como é o caso das ilhas *Diaoyu/Senkaku*<sup>5</sup> –, seriam de ordem política, mas que ao mesmo tempo relacionam-se com problemas de ordem étnica e histórica.

Com o atual primeiro-ministro Shinzo Abe e a ascensão desta ala mais conservadora no governo, compreender o novo movimento nacionalista japonês que avança sob um forte sentimento de afirmação nacional converge para a observação de carac-

<sup>5</sup> Conjunto de pequenas ilhas ao sul do Japão, reivindicadas tanto pelo Japão quanto China e Taiwan.

terísticas de um nacionalismo que questiona uma determinada narrativa histórica. Neste sentido, a imagem representada pelo atual primeiro-ministro não é apenas um sintoma de um avanço conservador na política japonesa, mas pode também ser considerada uma expressão de alguns grupos da sociedade que se encontravam insatisfeitos com a situação econômica e política do país nos últimos anos.

Neste cenário onde o movimento nacionalista se destaca dentro do governo japonês, Shinzo Abe é um símbolo importante para tais grupos. O fato do primeiro-ministro também ser apoiado por uma organização ultraconservadora, a *Nippon Kaigi* (*The Japan Conference*) merece destaque, uma vez que um dos objetivos principais deste grupo é melhorar a Constituição do pós-guerra, e assim como seu slogan “Build a nation with pride” (TAWARA, 2017), a *Nippon Kaigi* defende explicitamente: “*We, the Nippon Kaigi, are a civic group that presents policy proposals and promotes a national movement for restoring a beautiful Japan and building a proud nation*” (TAWARA, 2017, p.5).

Desta forma, a força da agenda nacionalista defendida pelo primeiro-ministro, que inclui a mencionada reformulação da Constituição considerada inadequada para o atual contexto por seu pacifismo, sugere outras alterações nas políticas de educação ao apoiar a promoção de valores japoneses, além do também mencionado revisionismo histórico de livros didáticos. E não apenas nas políticas domésticas aplicadas para atingir tais objetivos, mas a forma como o governo japonês tem se portado ao responder críticas de países vizinhos revela uma forte preocupação da comunidade internacional sobre suas decisões e repercussões.

## 7 Considerações finais

Desta maneira, chegamos a algumas conclusões que permeiam o debate aqui proposto, uma vez que se evidencia a importância de uma análise de conjuntura internacional, assim como as estruturas internas que contribuíram para a alteração do posicionamento do governo japonês para uma tendência nacionalista, perigosamente atrelada ao militarismo. O estudo sobre as origens do movimento nacionalista no Japão sob uma abordagem histórica e etno-simbólica permite concluir que estas possuem bases tanto políticas quanto étnicas, no sentido que sua relação deve ser analisada em conjunto para se compreender as motivações dos indivíduos que compõem a atual administração de Shinzo Abe.

Buscou-se expor através de uma reflexão sobre o papel da abordagem utilizada, que a formação do nacionalismo se encontra sob duas ordens, o nacionalismo étnico (*minzokushugi*) e o nacionalismo cívico (*kokuminshugi*) assim como proposto por Kevin M. Doak (2006). Ambos os nacionalismos estão relacionados a partir do momento em que o Estado se utiliza de um deles, no caso aquele de origem étnica, com o objetivo de alcançar determinados fins e que são influenciados por diversos interesses quando inseridos no contexto político. No caso do nacionalismo japonês que se levanta com maior ímpeto no começo do século XXI, torna-se evidente que tal movimento defendido por membros da atual administração – centralizados sob a imagem de seu atual primeiro-ministro –, possui origens anteriores, e que somente através de uma análise histórica é possível captar um sentimento que se baseia nas tradições, mas principalmente nas memórias do povo japonês.

Sob a atual conjuntura o movimento nacionalista parece ganhar maior desta-

que, e como principais vozes contrárias ao perigo deste nacionalismo japonês estão os países que guardam as memórias de seus resultados. A China e Coreia do Sul, neste sentido, têm se mostrado as mais críticas ao posicionamento japonês, e tal comportamento deve ser analisado em conjunto ao contexto político de ambos os países, algo que não cabe no presente artigo seu devido aprofundamento. Porém, pode-se dizer que os temas mais delicados para as relações destes países, a dizer as visitas ao santuário Yasukuni e o movimento civil promovido pelo debate em torno das mulheres de conforto, também são fatores de importante análise ao se debater o atual movimento nacionalista japonês.

Ao final podemos concluir que o desafio para o Japão consiste neste dilema que confronta sua etnicidade inserida no âmbito de discussão política. Apesar do movimento nacionalista possuir uma origem que remete à ancestralidade e principalmente às memórias de um grupo, os atores envolvidos relacionam-se e provocam efeitos externos, algo que apenas comprova o quão próximos estão os países e seus interesses no sistema internacional. Assim, o ressurgimento do movimento nacionalista japonês no século XXI aponta para uma série de fatores presentes na sociedade contemporânea que chamamos de “global”. Os frutos de um desencanto da globalização produzidos nas últimas décadas resultaram em uma retomada histórica, – e que no caso do Japão significa reavaliar principalmente o período de guerras –, onde as memórias não somente produzem reflexões, como também podem ser utilizadas para a promoção de determinados interesses políticos, moldando a maneira como a própria sociedade japonesa se vê e é vista internacionalmente.

## Referências bibliográficas

ANDERSON, B. *Imagined Communities: Reflections on the origins and spread of nationalism*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DOAK, K. M. A history of Nationalism in Modern Japan: Placing the people. In: *Handbook of Oriental Studies*. The Netherlands: Brill NV, v. 13, 2006.

DOAK, K. M.. Ethnic Nationalism and Romanticism in Early Twentieth-Century Japan. *The Journal of Japanese Studies*, v. 22, n.1, p. 77-103, 1996.

HAROOTUNIAN, H. D. Commentary on Nationalism in Japan: Nationalism as Intellectual History. *The Journal of Asian Studies*, v.31, n.1, p. 57-62, 1971.

JAPÃO. Constituição (1946). *A Constituição do Japão*: promulgada em 3 de novembro de 1946. Disponível em: <https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>. Acesso em: 20 de Novembro de 2018.

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs of Japan. *On the Issue of “Comfort Women”*. Publicado em: 4 de Ago., 1993. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/policy/postwar/issue9308.html>. Acesso em: 3 de Novembro de 2018.

KIMURA, M. *Unfolding the ‘Comfort Women’ Debates: Modernity, Violence, Women’s Voices*. London: Palgrave Macmillan, 2016.

LEOUSSI, A. S., GROSBY, S. *Nationalism and ethnosymbolism: History, culture and ethnicity in the formation of nations*. United Kingdom: Edinburgh University Press, 2007.

MATSUMOTO, S. *The significance of Nationalism in Modern Japanese Thought: Some*

Theoretical Problems. *The Journal of Asian Studies*, v. 31, n.1, p. 49-56, 1971.

ODA, E. Condições estruturais do nacionalismo japonês recente. *Lua Nova* [online], n.103, , p. 11-38, 2018.

PYLE, K. B. Introduction: Some Recent Approaches to Japanese Nationalism. *The Journal of Asian Studies*. v. 31, n. 1, p. 5-16, 1971.

ROSE, C. 'Patriotism is not taboo': nationalism in China and Japan and implications for Sino-Japanese relations. *Japan Forum*, p. 169-181, 2010.

SMITH, A. D. *Myth and Memories of the Nation*. New York: Oxford University Press, 1999.

SMITH, S. A. *Intimate Rivals: Japanese domestic politics and a rising China*. New York: Columbia University Press, 2014.

SUZUKI, S. The rise of the Chinese 'Other' in Japan's construction of identity: Is China a focal point of Japanese nationalism?. *The Pacific Review*, p. 95-116, 2015.

TAWARA, Yoshifumi. What is the Aim of Nippon Kaigi, the Ultra-Right Organization that Supports Japan's Abe Administration?. *The Asia Pacific Journal*, v. 15, n.1, 2017.

YI, J. *The Korea-Japan 'Comfort Women' Failure: A Question of History*. *The Diplomat*. 08 de Fev. 2017. Disponível em:

[<https://thediplomat.com/2017/02/the-korea-japan-comfort-women-failure-a-question-of-history/](https://thediplomat.com/2017/02/the-korea-japan-comfort-women-failure-a-question-of-history/)

>. Acesso em: 4 de Novembro de 2018.

# Antropoceno e felicidade: uma primeira abordagem teórico-conceitual

Daniela Zago\*

Leonardo Freire de Mello, Dr. †

## Resumo

A busca pela felicidade é inerente ao ser humano. Desde os primórdios até a atualidade é em busca da felicidade que, em geral, as pessoas agem. Na contemporaneidade, o conceito felicidade está recorrentemente associado à aquisição de bens materiais e sua reposição após o lançamento de uma nova versão. No entanto, em paralelo à busca de satisfação por meio do consumo, observa-se uma parcela significativa de indivíduos à margem do sistema em vigência, tendo, muitas vezes, direitos básicos – como acesso à água potável e alimentação de qualidade – negados. Assim, este artigo busca avaliar a possível relação entre a busca desenfreada pela felicidade por meio do consumo e a degradação ambiental em discussão na contemporaneidade e que já afeta, com suas consequências, milhões de pessoas e outras formas de vida ao redor de todo o mundo. **Palavras-chaves:** Antropoceno, consumo, felicidade, degradação ambiental, desigualdades socioambientais.

## Abstract

The search for happiness is inherently human. From the earliest times to the present day, people act, in general, in search of happiness. In contemporary times, the concept of happiness is usually associated with the acquisition of material goods, as well as their replacement when a new version is available. However, in contrast to the search for satisfaction through consumption, there is a great number of people forced away from this system, who often have had their basic rights – such as access to safe drinking water, good nutrition and so on – denied. Thus, this paper seeks to evaluate the relation between the search for happiness, which is commonly based on consumption, and environmental degradation, which remains an ongoing debate, as well as the effects of this degradation on millions of people and other life forms all around the world. **Keywords:** Anthropocene, consumption, happiness, environmental degradation, socioenvironmental inequalities.

---

\*Bacharelada em Ciências e Humanidades na UFABC - contato: zagodan9@gmail.com

†Professor Adjunto do Bacharelado em Planejamento Territorial e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC

## Introdução

Na sociedade atual, também conhecida como *sociedade de consumo*, consumir se tornou um ato que vai além de suprir necessidades básicas. Tornou-se uma forma de ‘ser’ no mundo, já que a identidade de cada consumidor é moldada pelo seu padrão de consumo e, até mesmo, pelas suas preferências (BAUMAN, 2007).

O pioneirismo de Freud, no século XIX, perscrutou o ser enquanto indivíduo e deu margem às questões de cunho subjetivas que atravessam os seres humanos. Lacan, já no século XX, ao reler as teorias freudianas, analisou o consumo e a forma como a subjetividade humana se faz presente nele, como bem explica Rosa. Para Lacan, o objeto desejado está no horizonte daquilo em torno do qual gravitam as fantasias das pessoas, ou seja, as fantasias dos sujeitos – suas subjetividades – orientam seu consumo que, por sua vez, é, muitas vezes, incitado pela moda (ROSA, 2010).

## 1 Contextualização – Consumo e suas abrangências

### 1.1 Consumo e Subjetividade

Nesta lógica da subjetividade, Baudrillard, mencionado tanto por Bauman como por Thiry-Cherques, propõe ao consumo um valor simbólico, retirando do conceito de mercadoria a sua concepção clássica marxista de que um produto para ser mercadoria precisa possuir em si, ao mesmo tempo, valor de uso – que contém a propriedade de satisfazer as necessidades do homem – e valor de troca – podendo ser trocadas por mercadorias distintas de si ou, até mesmo, compradas (THIRY-CHERQUES, 2010). Ao propor que o valor simbólico transcende o valor de uso e o valor de troca, coloca-se, então, que não se consome pela necessidade, mas, sim, pelo signo da mercadoria. Na versão lacaniana, signo representa algo para alguém. Sendo assim, o consumo se dá em busca do que tal signo comunica, seja a distinção, a hierarquia ou a posição social estabelecida pela aquisição de tal produto. Seguindo tal raciocínio, Thiry-Cherques (2010) afirma que:

a ideia de que as necessidades primárias governam a sociedade é um mito. Nenhum objeto existe isolado de outros: todo objeto é relacional. A diferenciação é categórica. Na sociedade de consumo, os objetos tornam-se signos, a economia definida pela necessidade é deixada para trás (THIRY-CHERQUES, 2010, p. 7).

Já Bauman (2007) diferencia consumo de consumismo. Para ele, o consumo é uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, enquanto o consumismo ele atribui à sociedade como uma característica que chega quando o consumo assume papel principal em tal arranjo social. Ainda para Bauman (2007), o consumismo associa a felicidade não à satisfação de necessidades, mas ao volume e à intensidade dos desejos sempre crescentes, o que implica numa troca de mercadorias em busca da satisfação de tais desejos.

Zanirato e Rotondaro (2016), por sua vez, afirmam que o consumo é avaliado como um dilema da sustentabilidade, já que o descompasso do sistema econômico capitalista tende a levar as sociedades ao caos, assim como os ecossistemas. Para elas, o consumo se consolidou como o principal critério de distinção social devido à constante busca de novidades que, por sua vez, são pautadas pelas mídias. A publicidade – que é,

em seu formato atual, um advento da sociedade moderna – propõe os moldes pelos quais os indivíduos devem proceder para serem aceitos na sociedade na qual estão inseridos e, assim, os produtos são tidos como direitos e não como resultados do trabalho.

Nesta análise socioeconômica do consumo, as autoras entendem que o ócio – que era utilizado pelas classes mais abastadas como critério de distinção na fase histórica da pré-industrialização – foi substituído pelo consumo como critério de diferenciação social à medida que as cidades se desenvolveram e se densificaram populacional e materialmente. Dessa forma,

o consumo de bens de luxo se estabeleceu como critério de riqueza, tornando-se um item honorífico, capaz de conferir distinção social aos seus consumidores e, inversamente, a impossibilidade de consumir na devida quantidade e qualidade se tornou uma marca de inferioridade e de demérito social (ZANIRATO; ROTONDARO, 2016, p. 78).

Nesta mesma vertente de pensamento, Bauman afirma que “'consumidores falhos' - (...) são pessoas sem dinheiro, cartões de crédito e/ou entusiasmo por compras e imunes aos afagos do marketing” (BAUMAN, 2007, p. 11).

Sob este viés, o consumidor se estabelece no lugar do antigo trabalhador, demonstrando que a mudança estrutural nos modos de produção e de consumo implicam em consequências significativas e comportamentais na vida dos indivíduos (BAUMAN, 2007).

Tal ideia é validada e reafirmada quando, por exemplo, o ex-presidente do Uruguai, José Pepe Mujica em entrevista à BBC, afirma que "consequimos, até certo ponto, ajudar essa gente (pobres) a se tornar bons consumidores. Mas não conseguimos transformá-los em cidadãos" (BBC NEWS BRASIL, 2018).

## 1.2 Consumo baseado no Individualismo como Projeto de Sociedade

Já Barbosa (*apud* PEREIRA DA SILVA, 2007), propõe que houve uma passagem do consumo familiar para o consumo individual e do consumo de pátina para o consumo individualista. Para ela, a tradição familiar que trazia consigo um consumo em caráter coletivo no qual a identidade era familiar e tida em suas tradições perdeu significado, dando espaço às investidas publicitárias que advieram com o individualismo contemporâneo. Segundo a autora, o consumo da moda – que valoriza o novo e a novidade – é um fenômeno da sociedade moderna, a sociedade de consumo, e os padrões sociais impostos pela forma de consumo mudaram frente a força que o indivíduo tomou na contemporaneidade.

Esta nova forma individualista de consumo, fundamentada nos signos dos objetos, atribui seu valor ao sentido que o objeto dá à existência. Desse modo, os objetos adquiridos não são os que os trabalhadores produzem, são as investidas publicitárias produzidas pelo mundo do *marketing* como sinônimo de felicidade.

## 1.3 Consumo e Felicidade

Desde os tempos de Aristóteles, o conceito de felicidade pauta os questionamentos humanos, conforme analisa Ramos (2014). Nesta época, tratava-se de um

assunto próprio das reflexões filosóficas que visavam o bem-estar da *pólis* – a comunidade grega.

Para o autor, o homem é um ser político que age em busca de um fim, que na visão do filósofo, seria um 'bem' – já que, para o ideal grego, ninguém agiria em função de um mal – e, por isso, a vida pessoal deveria ser conduzida pelos interesses da *pólis*. Ou seja, o cidadão grego deveria orientar suas ações de modo a beneficiar a coletividade da qual fazia parte. O objetivo da vida, segundo o pensador, era uma vida feliz, sendo que tal felicidade seria indissociável da vida pública; quer dizer, o cidadão grego deveria agir de forma a fazer sua comunidade feliz e essa seria sua felicidade pessoal. A felicidade, desta forma, era um 'bem supremo' desejado por todos (RAMOS, 2014).

Daí em diante, a felicidade foi, quase sempre, associada à vida sacra, por meio da qual renunciava-se à vida terrena visando ganhar a vida eterna e, conseqüentemente, a felicidade eterna. Com o advento do Iluminismo, as bases sociais mudaram de forma profunda e significativa, fazendo com que a fé fosse orientada à razão e a crença ao progresso. Com tais mudanças nos fundamentos sociais, os valores também mudaram, acompanhando as novas sociedades, que passaram a fundamentar-se nos valores da liberdade individual, no pluralismo e nos Direitos Humanos (FOGAÇA, PEREZ, 2014).

Para Bauman (2007, p. 58), os seres humanos sempre preferiram a felicidade à infelicidade, uma vez que "o conceito 'felicidade' em seu uso mais comum diz respeito a estados ou eventos que as pessoas desejam que aconteçam, enquanto a 'infelicidade' representa estados ou eventos que elas querem evitar".

Além disso, para o autor, "os sentimentos de felicidade ou sua ausência derivam de esperanças e expectativas, assim como de hábitos aprendidos, e tudo isso tende a diferir de um ambiente social para o outro" (BAUMAN, 2007, p. 59).

Já para Fogaça e Perez (2014), a felicidade é polissêmica. Para elas, trata-se de um conceito socialmente ressignificado ao longo da história, sendo que, na contemporaneidade, o conceito de felicidade foi construído ao longo do desenvolvimento da sociedade de consumo e passou a ser argumento de campanhas publicitárias e posicionamento estratégico de diversas marcas. Assim, as autoras avaliam felicidade no âmbito do consumo, fazendo uma análise cronológica, plural e conceitual acerca do tema.

Para elas, quando existe um projeto político social baseado no progresso e na ciência, como propôs o movimento iluminista, a felicidade individual é condicionada às condições de vida e ao bem estar coletivo. No entanto, o projeto de felicidade por meio de mudanças baseadas em lutas políticas falhou, a coletividade mais justa não veio à luz e a igualdade que foi proposta é baseada no sentido apontado por Baudrillard, que iguala as pessoas enquanto consumidoras, afinal todos os consumidores são iguais no quesito comprar (FOGAÇA, PEREZ, 2014).

Desta forma, para as autoras, é o consumo individual que legitima o modo de vida contemporâneo e se traduz como a melhor expressão de felicidade terrena, visto que a sociedade contemporânea ostenta felicidade por meio do consumo. Além disso, os elementos que, para elas, constituem a felicidade na contemporaneidade, são autonomia, qualidade de vida e autoestima. Tais elementos são imperativos numa sociedade que apela a estes atributos como características de sucesso, êxito e, até

mesmo, prosperidade (FOGAÇA, PEREZ, 2014).

Assim, a mensagem que se vende é a de que a felicidade depende da decisão e do empenho de cada um particularmente, sem incluir o contexto social e suas circunstâncias. No entanto, ao desconsiderar questões de cunho social, político, econômico ou, até mesmo, sem refletir acerca de qualquer coisa que seja extrínseca a si mesmo, ajusta-se à ideologia neoliberal atual que, por sua vez, para as autoras, fundamenta a felicidade na individualidade e sua privatização, pois trata-se do bem estar individual, da qualidade de vida com base em decisões pessoais, de como melhorar sua saúde e tomar medidas privadas de melhoria para a própria vida, sem depender do Estado, ou até mesmo, sem querer que o Estado se intrometa em tais decisões (FOGAÇA, PEREZ, 2014).

Para Lipovetsky, citado pelas autoras, “os modos de vida, os prazeres e os gostos mostram-se cada vez mais dependentes do sistema comercial” (FOGAÇA, PEREZ, 2007, p. 225), considerando que o ambiente e suas possibilidades delimitam a liberdade individual. Como o próprio Bauman afirma, “se o povo A passou sua vida em um ambiente sociocultural diferente daquele em que viveu o povo B, seria inútil ou arrogante afirmar que A ou B era 'mais feliz'” (BAUMAN, 2007, p. 59).

A leitura que Hartz Born faz de Lipovetsky, apesar de breve, oferece uma boa base reflexiva ao compreender que, na visão do autor, a felicidade é o ideal supremo e é em busca desta felicidade suprema que se desenvolve o hiperconsumo, podendo este ser associado ao ato de consumir elementos emocionais, ou seja, subjetivos. Além disso, a autora afirma que, “a publicidade ocupa um lugar especial, bombardeia os consumidores, cria necessidades supérfluas, revela imagem de felicidade, promessa de beleza e saúde, sonhos, desejos, modelo ideal de vida” (HARTZ, BORN, 2008, p. 3), apesar de, para ela, Lipovetsky não se atém a tal problematização de forma aprofundada na obra indicada.

#### 1.4 Consumo e a Identidade no Mundo Líquido

Mattia (2012), por sua vez, reflete acerca da construção da identidade a partir do consumo pelo viés da publicidade e produção mediática. Na contemporaneidade, a publicidade se tornou uma representação sociocultural que utiliza técnicas persuasivas visando o incentivo do consumo de produtos.

Tais produtos, como já explicitado, estão relacionados e categorizados com signos que, por sua vez, visam à felicidade, ou à felicidade imaginativa (ROSA, 2010).

Todavia, a promessa de felicidade fundamentada neste ciclo de consumo acaba sempre frustrada porque o objeto que gerou tal realização se torna obsoleto a cada novidade lançada (MATTIA, 2012).

Neste aspecto, pode-se utilizar a reflexão de Fogaça e Perez quando afirmam “que a felicidade é um mote publicitário que rompe com qualquer limite social, de gênero ou de idade” (FOGAÇA, PEREZ, 2007, p. 239), uma vez que, apesar de os apelos publicitários serem direcionados a públicos diferentes, trazem em si, com frequência, o tema felicidade.

De uma perspectiva mais econômica, Abramovay (2012) propõe – entre outras coisas – que a vida que vale a pena ser vivida não está somente associada à renda, afirmando que é possível ter certo nível de satisfação ao adquirir um bem, mas, ao

passo que um sujeito se adapta à satisfação proporcionada pela aquisição de novos bens, a real capacidade desses bens saciarem suas fantasias se torna limitada.

Neste ponto, depara-se com o paradoxo de Easterlin, que afirma que “em determinado ponto do tempo, dentro de uma nação ou entre nações, a felicidade varia diretamente da renda, mas, ao longo do tempo, a felicidade não aumenta quando a renda aumenta” (ABRAMOVAY, 2012, p. 67).

Tal reflexão dá margem a outro paradoxo, citado por Hartz Born (2008), quando, ao expor as reflexões de Lipovetsky, afirma que se as pessoas, de um modo geral, afirmam ser felizes, mas se sentem insatisfeitas com a vida pessoal ou profissional, iniciando-se o paradoxo da contemporaneidade. Com a felicidade sendo mandatória, afirmar que não é feliz é um atestado de fracasso.

### 1.5 Consumo e o Antropoceno

Ainda no viés econômico, Bauman (2007) afirma que a economia consumista, para atender às necessidades impostas pelo mercado, precisa fundamentar-se no excesso e desperdício, o que implica diretamente na intensificação da degradação ambiental que, por sua vez, impacta, direta ou indiretamente, as condições de vida na Terra.

No que tange à degradação ambiental, Porto e Schütz (2012) discutem como gerir o ambiente, local ou globalmente, nas sociedades atuais inseridas no capitalismo globalizado, tendo em vista que se trata de um bem comum e considerando

a agudização dos problemas ambientais na atualidade, que passa a ser caracterizada como crise a partir do consumo sem precedentes dos recursos naturais, da degradação dos ecossistemas, da dramática redução da biodiversidade e do agravamento dos riscos ambientais, em particular os riscos ecológicos globais tais como a destruição da camada de ozônio, a poluição química transfronteiriça e as mudanças climáticas globais decorrentes dos gases de efeito estufa (PORTO; SCHÜTZ, 2012, p. 1448).

Tal discussão se faz necessária tendo em vista as consequências da degradação ambiental para as futuras gerações e levando em conta que as “escolhas de hoje comprometem a oferta de escolhas das novas gerações” (ROTONDARO; ZANIRATO, 2016, p. 77).

Nesta perspectiva, o movimento *School Strike for Climate Change*, liderado pela ativista Greta Thunberg, aparenta objetivar a conscientização dos governos atuais a respeito dos riscos iminentes pelos quais os ecossistemas terrestres estão passando e, conseqüentemente, a população da Terra como um todo. Como Sagan já expôs, demonstrando a interdependência da vida na Terra,

o nosso planeta é indivisível. Na América do Norte, respiramos oxigênio gerado na floresta tropical brasileira. A chuva ácida das indústrias poluentes no meio-oeste norte-americano destrói florestas canadenses. A radioatividade de um acidente nuclear na Ucrânia compromete a economia e a cultura na Lapônia. A queima de carvão na China aquece a Argentina. Os clorofluorcarbonetos liberados por um ar condicionado na Terra-Nova ajudam a causar câncer de pele na Nova Zelândia. Doenças se espalham rapidamente até os pontos mais remotos do planeta (SAGAN, 2014, p. 83).

## 2 Discussão

Sagan expôs os problemas das mudanças que os seres humanos podem infligir ao planeta. Nas palavras do autor, “estamos puxando e esticando o nosso pequeno mundo em direções bem pouco compreendidas” (SAGAN, 2014, p. 82), ao se referir às modificações ambientais às quais a Humanidade se expõe ao avançar tecnologicamente sem medir as consequências de tais avanços. Para o autor, a economia é dominada por combustíveis fósseis que, de sua perspectiva, propiciaram o avanço da civilização tecnológica global (SAGAN, 2014).

Apesar das facilidades proporcionadas pelos combustíveis fósseis, as consequências de sua queima acarretam em problemas dos quais não se sabe exatamente as dimensões. Um dos gases emitidos, em tais combustões, é o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) que, embora seja um gás de efeito estufa e, portanto, essencial para a existência de vida no planeta, é também um dos responsáveis pelo aquecimento médio da Terra, visto que a atmosfera terrestre precisa de equilíbrio entre emissão e absorção de CO<sub>2</sub> e, na contemporaneidade, a civilização tecnológica emite mais gás carbônico do que a natureza consegue absorver (SAGAN, 2014).

Reforçando tal hipótese, uma análise independente da NASA (*National Aeronautics and Space Administration*) e a NOAA (*National Oceanic Atmospheric Administration*), afirmam que “*Earth’s 2015 surface temperatures were the warmest since modern record keeping began in 1880*” (NASA, NOAA, 2016).

A mesma pesquisa informa que “*the planet’s average surface temperature has risen about 1.8 degrees Fahrenheit (1.0 degree Celsius) since the late-19th century, a change largely driven by increased carbon dioxide and other human-made emissions into the atmosphere*” (NASA, NOAA, 2016) – período contemporâneo à Revolução Industrial que teve por inovação inicial a máquina a vapor que, por sua vez, funcionava à base de carvão – um dos combustíveis fósseis ao qual Sagan se referiu.

As alterações ocorridas na superfície do Planeta estiveram em pauta no final do século XIX. Cientistas daquela época se preocupavam em denotar as mudanças ocorridas na superfície terrestre frente a influência que a Humanidade exercia sobre o ambiente; já naquela época existia preocupação em relação ao acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera terrestre (ZALASIEWICZ et al., 2011).

Em face às modificações ambientais ocorridas por influência humana, viu-se a necessidade de reavivar o debate que se iniciou no século XIX e assim, em 2002, Paul Crutzen, químico do instituto Max Planck, propôs o termo Antropoceno para designar o período de transformações da biosfera terrestre causadas pelas ações humanas (ZALASIEWICZ et al., 2011).

Transformações ambientais existem desde os ancestrais hominídeos. Embora, naquela época, seu conhecimento, provavelmente, fosse limitado à observação da natureza e sua aplicação se dava por tentativa e erro. Apesar das possíveis modificações que causavam, não detinham poder transformador suficiente para alterar o funcionamento dos ecossistemas ao redor deles. As mudanças estruturais, às quais o termo Antropoceno se refere, desenvolveram-se ao passo que a humanidade se habilitou “tecnologicamente” (CRUTZEN et al., 2011).

No momento em que o conhecimento humano ultrapassou os limites da simples observação e avançou tecnologicamente, adentrando níveis atômicos, as

alterações na cobertura e no uso da superfície terrestre aumentaram a nível global. O pós-guerra trouxe consigo uma industrialização globalizada, um desenvolvimento tecno-científico mais acirrado devido à corrida espacial travada na Guerra Fria, o crescimento populacional exponencial que demandou novas formas de uso de terra para cultivos e o crescimento econômico acelerado (CRUTZEN et al., 2011).

Desta forma, percebe-se que as mudanças climáticas – causadas pelo excesso de emissões de CO<sub>2</sub> – são apenas a ponta do iceberg. Outras alterações estão sendo feitas pela Humanidade, como as que ocorrem nos ciclos bioquímicos essenciais à vida como por exemplo, as alterações - talvez já irreversíveis – nos ciclos do nitrogênio, do fósforo e do enxofre (CRUTZEN et al., 2011).

Assim, trata-se de um novo conceito que compara as modificações aceleradas que ocorrem na atualidade às outras eras geológicas pelas quais a Terra passou. Em outras palavras, quer dizer que a espécie humana conseguiu, em um período de pouco mais de 10.000 anos, alterar significativamente o funcionamento e a paisagem do planeta, de uma maneira que a natureza levaria alguns milhões de anos de uma era geológica.

As mudanças de outras eras não foram tão rápidas como as que ocorrem no Antropoceno, que está em debate e denota uma nova era geológica para caracterizar as modificações estruturais no uso de terra, nos padrões climáticos, acidificação dos oceanos, modificações genéticas, entre tantas outras alterações. Contudo, sua ênfase se dá na dimensão humana de tais remodelações, particularmente, nas esferas sociais, políticas e econômicas (ZALASIEWICZ et al., 2011).

Sob a perspectiva de Donna Haraway, “*the Anthropocene marks severe discontinuities*,” (HARAWAY, 2016, p. 100), visto que, para ela, o conceito é compreendido como um limite que marca a destruição irreversível de lugares viáveis onde as pessoas e outros seres vivos possam se refugiar, uma vez que

it's more than climate change; it's also extraordinary burdens of toxic chemistry, mining, nuclear pollution, depletion of lakes and rivers under and above ground, ecosystem simplification, vast genocides of people and other critters, et cetera, et cetera, in systemically linked patterns that threaten major system collapse after major system collapse after major system collapse (HARAWAY, 2016, p. 100).

No estudo de Bennet et al., é indicado que as tendências de consumo humano, no âmbito alimentar, são responsáveis pelas modificações que a biosfera terrestre está sujeita. Em tal análise, a proposta é demonstrar que o padrão alimentar a partir de meados do século XX, mais precisamente a partir da década de 1960, criou uma espécie de ave que não evoluiu exatamente do ancestral que, até então, acreditava-se ter evoluído (BENNET et al., 2018).

A análise propõe que a quantidade de animais criados para abate, mais especificamente frangos, supera a população de aves silvestres. Ou seja, há mais aves domesticadas do que aves silvestres na natureza. Tal fato, segundo o estudo, não seria possível sem o avanço tecnológico no setor alimentício, que é baseado na integração vertical que visa, sobretudo, o lucro. Focando na existência dos animais para alimentação, o artigo alega que tais animais não são capazes de viver sem intervenção humana, uma vez que, no mesmo artigo, demonstra-se que esses animais possuem deficiência

no esqueleto e massa corporal que não derivam, exatamente, de seu suposto ancestral (BENNET et al., 2018).

Assim, sugere-se que os frangos da contemporaneidade são uma marca do Antropoceno, já que seria, em tese, uma espécie “criada” exclusivamente pela Humanidade em benefício único dela própria e sem precedentes fósseis de uma população de animais em tamanha quantidade (BENNET et al., 2018).

Apesar da quantidade de animais criados para abate, segundo o relatório de 2018 da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) 821 milhões de pessoas passam fome no Planeta (FAO, 2018). Considera-se, neste ponto, a reafirmação da interpretação que Haraway faz do Antropoceno como algo que “*é muito mais que mudanças climáticas*”.

Na mesma lógica de Donna Haraway, segundo dados da WHO (*World Health Organization*) a cada ano, mais de 5 milhões de pessoas morrem por causa da poluição, seja em ambientes abertos ou, até mesmo, por exposição à fumaça de fogão à lenha (WHO, AIR POLLUTION, 2019).

Considerando a ideia geral que Bauman (2007) aponta a respeito da felicidade, sendo esta relacionada a eventos que as pessoas querem que aconteça, enquanto que a infelicidade se relaciona a eventos que, em geral, as pessoas não querem que aconteça, conclui-se que questões socioambientais podem interferir na sensação de felicidade, visto que nem todas as pessoas estão inseridas no modus operandi citado na primeira parte deste artigo, que propõe a busca da felicidade baseada no consumo e sua significância.

O relatório das Nações Unidas de 2019 para a felicidade salienta a Felicidade e a Comunidade, fazendo um paralelo à felicidade proposta por Aristóteles na Antiguidade, que acreditava só ser feliz quem vivesse de acordo com os preceitos comuns. No referido relatório, o objetivo é compreender como, em mundo cada vez mais veloz e fluido, a felicidade se modifica, considerando que a era atual está relacionada à habilidade tecno-científica citada anteriormente (WHR, 2019).

Tal relatório utiliza seis variáveis para explicar a diferença que existe entre a apreciação da vida entre os mais diversos países, sendo incluída além da variável renda per capita, outras variáveis relacionadas à vida social como generosidade, suporte social, expectativa de vida saudável, liberdade para fazer escolhas e ausência de corrupção. Os países com tais índices elevados são considerados os mais felizes, enquanto os que obtêm tais índices em baixa, são considerados menos felizes (WHR, 2019).

Ademais, o relatório entende um bom governo como sendo aquele que estabelece e mantém uma estrutura institucional que permite que as pessoas tenham uma vida melhor, bem como entende os bons serviços públicos como aqueles que melhoram a vida das pessoas. Assim, o link entre governo e felicidade se dá em mão dupla, considerando que o que o governo faz afeta a felicidade de seus cidadãos e a felicidade de seus cidadãos, por sua vez, em muitos países, determina o tipo de governo que terão (WHR, 2019).

Desta forma, percebe-se que a lógica mostrada no relatório da ONU é contrária à lógica neoliberal que visa o individualismo em uma sociedade na qual o senso de comunidade se perde e, conseqüentemente, a sensação de pertencimento e satisfação se torna cada vez menos compartilhada.

Nas palavras de Amartya Sen,

o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas - talvez até mesmo à maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdades vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 1999, p. 18).

### 3 Considerações finais

Ao longo deste artigo, exploraram-se os conceitos de consumo e felicidade a fim de verificar sua possível associação à degradação ambiental em discussão na contemporaneidade.

O modo de vida atual requer que as ações das pessoas sejam orientadas ao consumo; consome-se o tempo, as coisas e, até mesmo, as pessoas ao redor de si, como se estas fossem mercadorias passíveis de serem aprovadas para, possivelmente, posteriormente serem consumidas (BAUMAN, 2007).

Nesta busca por identidade, coloca-se também a aprovação, fazendo do mundo contemporâneo uma grande vitrine na qual somos todos, ao mesmo tempo, consumidores e mercadorias a serem consumidas (BAUMAN, 2007). Ocorre que neste grande palco do “faz de conta”, os sentimentos humanos não são contabilizados como algo importante, uma vez que na cultura ocidental ser forte e inabalável é uma imagem amplamente aceita e reproduzida como algo venerável. Assim, a subjetividade humana, que é capaz de mover as pessoas para um sentido mais amplo de existência, acaba commodificada pelas necessidades que o mercado propõe.

Nesta lógica de existência por meio do consumo, ou para se utilizar do conceito de Bauman – lógica do consumismo –, uma parcela significativa da população terrestre fica à margem do centro mercadológico por não possuírem as habilidades no sentido proposto por Sen, de que apenas com as liberdades substantivas as pessoas são de fato livres, inclusive, para atuarem nas transações de capitais do sistema capitalista. Em geral, a liberdade se dá quando é possível comprar o que o desejo quer, sem questionar a real necessidade do objeto desejado.

Desta forma, uma parte das sociedades contemporâneas tende a se mover pela superficialidade das compras, como se a vida em si se resumisse a isto ou, ainda mais significativo, como se a vida em si fosse isso: o ato de comprar. Tudo isso em detrimento de uma outra parte da população que além de não ser assistida por serviços básicos, como de saúde, boa educação ou até mesmo boa alimentação, é privada de liberdades elementares, conforme a ideia de liberdade proposta por Sen.

No modo de produção atual, o que se visa, sobretudo, é o crescimento econômico ilimitado. Ignora-se o fato de que os recursos da Biosfera são limitados e cada vez mais escassos, bem como ignora-se os milhões de pessoas que, por decisões políticas e econômicas, são deixadas à margem de tal funcionamento. Como proposto pela primeira parte deste artigo, tal modo de produção é sustentado pela proposta midiática da atualidade que visa manter seu aporte para que se mantenha como é.

Entretanto, há outras formas de se conceber o mundo. Uma delas é pela perspectiva de Latouche, explorada por Rodríguez Arancibia, que propõe o decrescimento econômico como alternativa à “mudança civilizacional, em resposta à crise social, política, econômica e ecológica” (RODRÍGUEZ ARANCIBIA, 2012, p. 193).

Como afirma Rodríguez Arancibia,

em virtude da sociedade que sofre com a exclusão, a desigualdade, a pobreza, a devastação ambiental e os primeiros embates do aquecimento global. É preciso repensar o nosso estilo de vida e atentar para a premente necessidade de construção de políticas públicas mais democráticas e participativas, no intuito de encarar essas problemáticas (RODRÍGUEZ ARANCIBIA, 2012, p. 194).

Tal ideia se dá em contrapartida ao desenvolvimento que só visa ao crescimento econômico, deixando o social negligenciado. Para Latouche, “o verdadeiro crime do ocidente não é ter saqueado o terceiro mundo, mas ter destruído o sentido da vida destas pessoas que agora adoram a miragem do desenvolvimento” (IHU, 2018).

O autor afirma ter perdido a fé na economia quando viveu em Lagos, na Nigéria, e percebeu que o desenvolvimento ocidentalizado colonizaria o imaginário das pessoas daquela comunidade, que até então viviam em outro ritmo, imaginando a vida e sua significância com base em outros princípios.

Para o autor, a mundialização da tecnologia, o advento da internet e seus desdobramentos colonizaram o imaginário das pessoas, criando novas necessidades que são vendidas na televisão como maravilhas de um mundo melhor, como se a vida vivida de uma outra forma, baseada em outros princípios, não fosse digna nem boa o suficiente para ser desfrutada (IHU, 2018).

Repensar a sociedade é, em primeira instância, repensar a si mesmo e por consequência o território ao redor de si. “Qual o tipo de sociedade queremos construir?” deveria ser um projeto político/econômico consolidado que visasse ao bem comum. Devolver o sentido de vida, ou até mesmo criar um novo sentido de vida que não seja fundamentado no consumismo, seria uma forma de reapropriação da existência, no sentido apontado por Latouche.

Como o relatório sobre felicidade da ONU expôs, os países mais felizes são aqueles que possuem fatores sociais, ou seja, fatores comuns e subjetivos transcendendo o quesito renda per capita apenas, incluídos no projeto de nação.

Portanto, conclui-se que Antropoceno, no sentido apontado por Donna Haraway, está associado à degradação ambiental da contemporaneidade, uma vez que apesar de o sistema econômico funcionar, teoricamente, muito bem para alguns, bilhões de pessoas e de outras formas de vida acabam sofrendo as consequências das ações desmedidas daqueles que possuem os recursos de extração dos recursos naturais.

## Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Muito além da economia verde*. São Paulo, Ed. Abril, 2012.
- ARANCIBIA, F. E. R. de LATOUCHE, Serge. Pequeno tratado do decrescimento sereno. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 1 – Janeiro/Abril, 2012.
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadorias*. Zahar, 2012.
- BAHIANA, A. M. Transformamos pobres em consumidores e não em cidadãos, diz Mujica. De Los Angeles para a *BBC News Brasil*, 21/12/2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46624102>>. Acesso em: 23 de Dezembro de 2018.
- BECK, C.G. CUNHA, L. H. H. *As múltiplas faces da comodificação e a constituição da crítica acerca das práticas de consumo contemporâneo*. IFPB – Ciências Sociais Unisinos, 2017.
- BENNET, C. E. et al.. Royal Society Open Science. *R. Soc. Open Sci.* 2018.
- CARCANHOLO, M. D. A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx. *Revista Pesquisa e debate*, SP, v. 9, n. 2, 1998.
- CRUTZEN, P. et al. *The Anthropocene: conceptual and historical perspectives*. The Royal Society, 2011.
- DUNKER, C. Signo, significante e significado | Christian Dunker | *Falando n'isso* 150. 2017. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=MmXfx\\_0Tztl](https://www.youtube.com/watch?v=MmXfx_0Tztl)>. Acesso em: 17 de Maio de 2019.
- FOGAÇA, J.; PEREZ, C. Felicidade adjetivada: Polifonia conceitual, imperativo social. *Intercom – RBCC*, São Paulo, v. 37, n.1, p. 217-241, jan./jun. 2014
- GÁMEZ, L. O desenvolvimento sustentável é um slogan. Entrevista com Serge Latouche. *Revista IHU ON-LINE*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/582239-o-desenvolvimento-sustentavel-e-um-slogan-entrevista-com-serge-latouche>>. Acesso em: 05 de Outubro de 2019.
- TAYLOR, K.; MOHAMMED, A. Z. Global Report on Food Crises 2019. *Conflict, climate, and economic shocks keep acute hunger levels above 100 million*. IFPRI, 2019.
- HARAWAY, D. J. Making Kin Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene In: HARAWAY, D. J. *Staying with the trouble*. Duke University - US, cap. 4, p. 99 - 103, 2016.
- HARTZ BORN, A. M. Em busca da felicidade. *MATRIZES*, São Paulo, n. 2, Abril, p. 227-230, 2008.
- LUKACS, M. Neoliberalism has conned us into fighting climate change as individuals. *The Guardian*. Julho/2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/true-north/2017/jul/17/neoliberalism-has-conned-us-into-fighting-climate-change-as-individuals>>. Acesso em: 13 de Dezembro de 2018.
- MATIIA, N. C. Construção da identidade a partir do consumo. *Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*, v. 5, n. 2, 2012.
- MAXWELL, V. R. *Aristóteles: o bem comum como a 'melhor vida possível'*. PUC-Rio-

Certificação Digital Nº 0210197/CA. P. 42 - 57.

NASA *Climate Kids, Greenhouse Effect: Keeping the Balance*. 2019. Disponível em: <<https://climatekids.nasa.gov/greenhouse-effect-and-carbon-cycle/>>. Acesso em 15/01/2019.

NASA *Climate Kids, Why Is Carbon Important?* 2019. Disponível em: <<https://climatekids.nasa.gov/carbon/>>. Acesso em 15 de Janeiro de 2019.

NASA *Climate Kids, What Causes Air Pollution?* 2019. Disponível em <<https://climatekids.nasa.gov/air-pollution/>>. Acesso em 15 de Janeiro de 2019.

NASA *Climate Kids, What Is Ocean Acidification?* 2019. Disponível em <<https://climatekids.nasa.gov/acid-ocean/>>. Acesso em 15 de Janeiro de 2019.

NASA, NOAA *Analyses Reveal Record-Shattering Global Warm Temperatures in 2015*. 2016. Disponível em: <<https://www.nasa.gov/press-release/nasa-noaa-analyses-reveal-record-shattering-global-warm-temperatures-in-2015>>. Acesso em: 03 de Fevereiro de 2019.

PEREIRA DA SILVA, M. Sociedade de consumo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 432-435, jul./dez. 2007.

PORTO, M. F. S.; SCHÜTZ, G. E. Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios. *Ciência Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1447-1456, 2012.

RAMOS, C. A. Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo. *Kriterion [online]*. Belo Horizonte, vol.55, n.129, pp.61-77, 2014.

ROSA, M. Jacques Lacan e a clínica do consumo- consumismo. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p.157 – 171, 2010.

ROTONDARO, T.; ZANIRATO, S. H. Consumo, um dos dilemas da sustentabilidade. *ESTUDOS AVANÇADOS*, v. 30, n.88, São Paulo Sept./Dec. 2016.

SACHS, J. D.; LAYARD, R.; HELLIWELL, J. F. *World Happiness Report, The Earth Institute*, Relatório, Columbia University, 2019.

SAGAN, C. *Pálido Ponto Azul*. Uma visão do futuro da humanidade no espaço. Companhia da Letras, 1996.

SAGAN, C. *Bilhões e bilhões: reflexões sobre vida e morte na virada do milênio*. Companhia das letras, 2014.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras, 1999.

SS4C - *Students Striking from School for a Safe Climate Future*. 2019. Disponível em <<https://www.schoolstrike4climate.com/>>. Acesso em: 31 de Maio de 2019 .

THIRY-CHERQUES, H. R. *Baudrillard: Trabalho e hiper-realidade*. RAE-eletrônica, v. 9, n. 1, Art. 7, jan./jun. 2010.

THUNBERG, G. *O apelo apaziguador para agirmos agora contra a mudança climática*. TEDxStockholm, November 2018. Disponível em <[https://www.ted.com/talks/greta\\_thunberg\\_the\\_disarming\\_case\\_to\\_act\\_right\\_now\\_on\\_climate?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/greta_thunberg_the_disarming_case_to_act_right_now_on_climate?language=pt-br)>. Acesso em 31 de Janeiro de 2019.

WHO. *Air pollution*, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/airpollution/en/>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2019.

ZALASIEWICZ, J.; ELLIS, M.; HAYWOOD, A.; WILLIAMS, M. *The Anthropocene – A new*

epoch of geological time? The Royal Society, 2011.

# Repressão e sexualidade: aspectos psicossociais da ascensão nazista

Fellipe Souza Sena\*

## Resumo

Este trabalho busca evidenciar as limitações da visão clássica das Relações Internacionais e da interpretação materialista dialética acerca da ascensão nazista. Por meio da articulação dos conceitos da psicanálise freudiana, dos estudos de Foucault, Reich e outros intelectuais, evidencia-se como a institucionalização histórica da repressão sexual, por meio de uma estrutura tríplice composta pela Igreja, Estado e família, instaurou as bases psíquicas necessárias à coesão que permitiu a ascensão do projeto autoritário e eugenista de Hitler. Analisa-se, por meio da contradição entre pulsão e moral, como a esfera subjetiva é um fator cuja importância tem a mesma magnitude de aspectos político-econômicos para a interpretação do movimento, assim como suas incoerências e a perseguição sistemática, pelo crivo da sexualidade, de todos os indivíduos considerados desviantes do padrão ariano pretendido como Ideal.

**Palavras-chaves:** Nazismo, Repressão, Sexualidade, Pulsão, Biopoder.

## Abstract

This paper intends to highlight the limitations of the classical view of International Relations and the dialectical materialist's interpretation of Nazi ascension. Through the articulation of the concepts of Freudian psychoanalysis, the studies of Foucault, Reich and other intellectuals in the field, it exposes how the historical institutionalization of sexual repression, through a triple structure composed of church, State and family, established the necessary psychic foundations for the cohesion that allowed the rise of Hitler's authoritarian and eugenic project. It is analyzed, through the contradiction between drive and morality, how the subjective sphere is a factor whose importance has the same magnitude of political and economic aspects for the interpretation of the movement, as well as its inconsistencies and systematic persecution, through sexuality, of all individuals considered deviant from the intended Aryan standard. Keywords:

**Keywords:** Nazism, Repression, Sexuality, Drive, Biopower.

---

\*Bacharelado em Ciências e Humanidades na UFABC - contato: fellipe.sena8@gmail.com

## Introdução

O nazismo foi um dos fenômenos de maior impacto na história europeia contemporânea; um abrangente movimento de dimensões sociais, econômicas e políticas, cujas causas, desdobramentos e interpretações ainda não foram suficientemente esgotados pelos debates e reflexões acadêmicas. Há, em particular, um aspecto negligenciado, uma esfera analítica que não ganhou o merecido espaço, e que talvez seja um dos âmbitos mais necessários à compreensão das bases da ascensão do projeto nacional-socialista e da adesão profundamente contraditória por parte de amplas camadas da população – desde o campesinato aos grupos de intelectuais e classes abastadas. Tal âmbito, até então considerado menor ou apenas secundário, leva em consideração a enorme importância do aspecto psíquico da população alemã do início do século XX.

A pesquisa de temas que envolvem a dimensão das pulsões, da psique e da mente constitui um campo de estudos pioneiro, que não se vê conformado somente com explicações estruturadas sobre um suposto racionalismo pleno dos indivíduos e à máxima da busca consciente pelo retorno que resulte de ações meticulosamente calculadas e deliberadas. O mito do homem racional munido de uma cosmovisão correspondente foi há muito contestado, embora ainda haja aqueles que se mantêm fiéis a ele. De modo contrário a estes últimos, novas escolas da filosofia, da psicologia, das ciências sociais e mesmo da economia têm progressivamente dedicado esforços para compreender, mais do que os fenômenos em si, o estado mental subjetivo que o faculta e estabiliza; isto é, as esferas da interioridade às quais correspondem suas manifestações externas – pois é a partir de seu reforço recíproco que a ideologia encontrará os meios para sua integração completa.

Dito isto, este artigo encontra-se estruturado em três seções, cuja primeira é responsável por elencar as bases da interpretação clássica do campo de Relações Internacionais e da teoria marxista para o fenômeno nazista. Em seguida, analisar-se-á o desenvolvimento histórico da repressão sexual no Ocidente, como forma de orquestramento dos corpos que forneceu bases institucionais a um modelo mental profundamente utilizado pelo nazismo. Por último, buscaremos elucidar como elementos da teoria freudiana e dos estudos de Reich permitem aprofundar a análise sobre as bases psíquicas do projeto nazista, assim como estas desembocaram em uma perseguição sistêmica que antecedeu o genocídio judeu. Trata-se de encontrar justificativas, que aparentemente fogem à razão, para entender a contradição: Por que o homem, que se declarava no topo de uma nova hierarquia racial, aquele mais evoluído e elucidado na sua percepção de mundo, foi na verdade o que manifestou os atos mais animalescos e bárbaros?

## Para além da visão clássica das Relações Internacionais e do materialismo dialético

Para compreender o processo histórico do fenômeno nazista, é necessário fazer uma breve reconstrução dos antecedentes da Primeira Guerra e analisar os efeitos do conflito sobre o Estado alemão. Ao fim do século XIX, o sistema internacional formado por Estados soberanos esvaziava-se; todos os territórios já haviam sido descobertos, explorados, anexados e clamados sob uma bandeira, fosse ela expressão legítima ou não dos anseios políticos de um povo, de modo que as decisões político-

econômicas e militares tornavam-se deveras mais delicadas e co-determinadas. Se nos tempos das grandes navegações e missões exploratórias havia a possibilidade de se desbravar o Novo Mundo sem que isso automaticamente incorresse no conflito de interesses direto entre nações, esta premissa se torna ultrapassada e inadequada para descrever o mundo do início do século XX. Some-se ainda a forte competição capitalista das sociedades industriais europeias e a união do capital produtivo ao bancário, que deu origem à fase imperialista do capital em fins do XIX, segundo o discurso marxista. Deste modo, com a intensificação da busca e exploração de mercados extraterritoriais, tem-se um cenário no qual qualquer ameaça à soberania econômica das maiores potências, expressamente Grã-Bretanha e França, não seria vista sem reação.

Segundo a descrição de Joseph Nye, para as grandes alterações no campo internacional, é possível estabelecer três níveis centrais de análise: explicações em nível sistêmico, tanto no campo estrutural quanto de processo; seguidas de um nível societário e, por último, da dimensão individual.

Em nível estrutural, o prelúdio do primeiro conflito mundial foi marcado pelo forte avanço da indústria alemã em um mercado polarizado pelo domínio anglo-saxão. Para se estabelecer um termo de comparação, Nye exhibe que enquanto os ingleses detinham 25 % da produção industrial global por volta da década de 1860, a relação caíra para 10 % em 1913, enquanto a participação alemã subira para 15 %. Além disso, o produto interno bruto alemão era o dobro do inglês, e parte desse avanço industrial foi transformado em programas militares de fomento à produção de equipamento bélico. O temor inglês foi traduzido na segunda causa estrutural do processo, uma maior inflexibilidade e rigidez nas alianças continentais, uma vez que houve forte aproximação com os franceses que, por sua vez, criaram laços com a Rússia nas parcerias militares. Vendo-se cercados, os alemães criaram laços com a Áustria-Hungria. As relações variáveis do século anterior, portanto, deram lugar a uma rigidez que dificultou os caminhos da solução diplomática e aproximou o continente de uma nova configuração na distribuição continental do poder. Nas palavras de Nye:

À medida que as alianças se tornavam mais rígidas, a flexibilidade diplomática se perdia. O equilíbrio de poder não era mais caracterizado pelos alinhamentos variáveis que distinguiram o equilíbrio de poder durante a época de Bismarck. Ao contrário, as principais potências se fecharam ao redor de dois pólos (NYE, 2009, p. 89).

Em nível societário, cabem primeiro os movimentos nacionalistas. Fortes movimentos, como o pan-eslavismo, que ameaçavam os impérios multinacionais austro-húngaro e turco-otomano nos Bálcãs, e o ódio nacionalista alemão contra os eslavos, que serviram como elos de coligação dos diferentes grupos do extrato social mais eficientes do que o socialismo para as classes trabalhadoras ou o capitalismo para os banqueiros, e um questionamento interno sobre o porquê, em quaisquer conflitos, “a minha nação é obrigada a perder/ceder diante da outra?”. Este pensamento estava sinergicamente ligado ao surgimento do darwinismo social nos discursos acadêmicos e políticos, sob a prerrogativa de que os mais fortes e aptos, segundo a lei natural, são aqueles destinados a se sobrepor e dominar os demais, a partir do quê, portanto, questiona-se a importância de se ater à manutenção da paz. A combinação de ambos os fatores, o nacionalismo e a nova visão das relações sociais sob um prisma biológico, permitiram a coesão interna e um sentimento de legitimidade na determinação na-

cional diante dos demais povos, agora naturalmente inferiores e, logo, destinados à submissão.

Por último, em nível individual, Nye destaca a falta de maleabilidade e habilidade de barganha dos políticos da época. Em comparação à maestria dos tempos de Bismarck, as lideranças alemãs empregavam uma política vaga, confusa, e que imposta de uma maneira conflitiva, muito mais atenta ao emprego do *hard* que do *soft power*, e que antagonizava com os demais países, implodindo as bases de uma diplomacia capaz de harmonizar os interesses. O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, desta forma, representava apenas o estopim de alterações multiescalares que se conjugavam e caminhavam gradualmente a um conflito de grandes proporções. Mas o que se pretende aqui com esta breve elucidação é mostrar como podemos fazer o esforço de empregar uma análise semelhante, de um campo externo e estrutural, à conjuntura que pressionou o Estado alemão e o tornou suscetível ao florescimento das ideias nazistas, demonstrando com isso as limitações da perspectiva clássica do campo das relações internacionais.

Quanto ao nível estrutural, a assinatura do Tratado de Versalhes em 1919 no lugar dos chamados 14 pontos de Wilson representou um marco que, consensualmente, é considerado pelos principais estudiosos da área um dos principais catalisadores da segunda fase do conflito. Enquanto o modelo do presidente estadunidense propunha uma série de medidas que tratavam da reintegração alemã ao sistema europeu, como fora feito com a França após a queda de Napoleão e a celebração do Congresso de Viena em 1815, Versalhes impunha aos alemães uma condição de quase perpétua subalternização continental e desenvolvimento marginal. A devolução dos territórios de Alsácia e Lorena à França, cujos minérios seriam absorvidos pela expansão industrial, representou uma perda de 65 mil quilômetros quadrados do território. Além das mortes de 7 milhões de homens durante a guerra, o governo alemão foi forçado a reduzir seu exército a uma mísera força militar de 100 mil homens e foi proibido de constituir força aérea. Por último, a famosa “cláusula de culpa pela guerra”, imposta pelos vencedores, culpabiliza integralmente os alemães pela destruição proveniente do conflito, através da cobrança de uma multa de aproximadamente 33 bilhões de dólares, uma soma consideravelmente alta à época, especialmente se considerarmos as debilidades econômicas após os impactos sofridos na estrutura produtiva alemã.

As medidas foram propositalmente empregadas com o objetivo de esvaziar as forças econômicas e militares do Estado alemão, e impedir que voltasse a representar ameaça. Mesmo que se tente argumentar uma tentativa de reintegração com o Tratado de Locarno de 1925, que permitiu a entrada dos alemães na Liga das Nações, a não revogação das medidas estipuladas em Versalhes e a desconfiança da França, que tentara estabelecer alianças preventivas com a Polônia, Tchecoslováquia e países menores, demonstram a iniquidade ainda presente nas relações.

Em referência ao nível societário, pode-se notar a intensificação do movimento nacionalista e de concepções que derivaram da utilização social dos escritos de Darwin. O nazismo deu uma roupagem particular à teoria da evolução, baseando-a aqui em concepções profundamente raciais e eugenistas, a partir das quais delegava-se uma hierarquia racial, comanda pela superioridade ariana, e com a necessária eliminação daquelas que se colocavam como um contraponto ao avanço da espécie (judeus, negros e, à exceção da condição racial, porém igualmente perseguidos, homossexuais). Além disso, a crise econômica de 1929, que desestruturou a economia mundial, teve

especial impacto na sociedade alemã. Uma situação que já parecia alarmante nos EUA, com níveis de desemprego que giravam em torno de 20 % superaram os 40 % no país germânico, e a hiperinflação chegou ao ponto de desvalorizar completamente a moeda e os maços de dinheiro serem deixados para as crianças como brinquedos de empilhar.

Chegando ao último nível, não é possível reduzir o papel exercido por Hitler e sua capacidade de articulação política na construção do novo projeto de nação. Se, nos anos que antecederam 1914, foi a falta de políticos arrojados que ajudou a culminar na guerra, aqui foi justamente a sua presença que também o fez, uma vez que, convicto da superioridade ariana, Hitler foi capaz, por meio da sua eloquência e dos desígnios do darwinismo social, de angariar as energias alemãs rumo à expansão territorial e a um conflito que fez ser aceito como legítimo na busca pela posição germânica internacional de direito. Embora durante muito tempo tenha-se acreditado na teoria do “efeito manada”, segundo a qual em determinados momentos e sob certos estímulos, as massas experimentam um processo de contágio e começam a agir de forma homogênea, como um todo que se move e age em congruência, me parece mais propício e verossímil utilizar a proposta sugerida por Freud a respeito do movimento de horda. Embora o contágio aconteça, a massa não atua de maneira aleatória ou randômica, mas é articulada pela figura de um líder, capaz de orquestrar as prioridades e definir os princípios seguidos por ela a partir de um processo de identificação. Hitler, portanto, foi hábil articulador de um arcabouço sociocultural, político e de frustrações econômicas coletivamente assumidas e identificadas, que foi capaz de direcionar segundo seus desígnios.

Por outro lado, segundo o argumento marxista, momentos de crise se apresentam justamente como aqueles mais propícios ao esgotamento do sistema capitalista e à revolução, comandada pelas forças produtivas que representam a base do corpo social, rumo à superação do sistema de opressão que produz e reforça a divisão assimétrica de classes. Assim, economicamente empobrecidas, as massas desenvolveriam consciência da sustentação que seu labor proporciona a toda a estrutura social, e indignar-se-iam com a situação de opressão e privação à qual estão submetidas. O processo alemão, curiosamente, apresenta o movimento inverso, e alavancou um movimento generalizado de extrema direita, uma clivagem entre a base material e a ideologia política que rompe com o imperativo racional, e através da qual, em vez de melhorar sua condição social, as massas a agravam (REICH, 1972, p. 31).

Fato é que é característico do marxismo tratar a existência social como um todo, no qual há uma relação mecânica de condicionamento direto do pensamento / ideologia à base material, uma superestrutura hermeticamente entrelaçada e dependente da estrutura. Desse modo, foge ao cálculo marxista, essencialmente materialista, o entendimento das tensões e contradições entre ambas as dimensões, não necessariamente correlatas — como o caso alemão exemplifica —, e a ideologia deixa de ser vista como uma força histórica, ou seja, como uma vida psíquica subjetiva que exerce profundas influências na atuação sociopolítica. Talvez por isso, tenha se surpreendido quando, nas eleições de 1932, os partidos de esquerda alemães angariaram apenas 25 milhões de votos, enquanto os nacionalistas e conservadores atingiram a marca de 39 milhões. Somente o Partido Nacional-Socialista, saltou de 800 mil votos em 1928 para 17 milhões em 1933 (REICH, 1988, p. 34). Da mesma forma, a interpretação teórica das RI tradicionalmente aceita restringe-se a considerações do campo geopolítico e econômico, negligenciando as forças subjetivas do comportamento social.

Embora seja inegável que uma condição econômica de miséria, fome e total falta de expectativa para o futuro, ainda mais ligada às humilhações de Versalhes, tenha influenciado fortemente a mentalidade das massas alemãs, sua função não foi de expoente, mas de catalisadora de predisposições psíquicas que, na convergência dos fatores conjunturais, permitiram a gênese de um imperativo social calcado na superioridade da raça, eugenia, controle comportamental e das pulsões primárias e determinação dos “inimigos”, internos e externos, e barreiras a serem superadas para que se retomasse os rumos da prosperidade, soberania e orgulho nacional, culminando em processos de perseguição e genocídio sistemático popularmente apoiados. Isto porque, segundo afirma Carone, “as massas receberam os estímulos porque tinham necessidade psicológica de encontrar bodes expiatórios para descarregar a ira e a frustração diante das misérias de suas vidas, não importando a verdade ou a falsidade de se atribuir a inteira responsabilidade pelo status quo social” (CARONE, 2012, p. 15).

Segundo Adorno, é de um reducionismo perigoso dar-se por satisfeito com explicações puramente político-econômicas do fenômeno, pois estas não suprem os esclarecimentos necessários para compreender como o “embrutecimento do homem” anexou mesmo as classes mais esclarecidas, de intelectuais, médicos e engenheiros, na alavancagem do projeto alemão<sup>1</sup>. Assim, a ideologia e a carga subjetiva adquirem um novo teor qualitativo na força histórica da condução social, fazendo-se necessário o estudo epistemológico das bases de sua formação, aqui enxergado pelas vias da repressão sexual, um dos pontos marcantes para a estabilidade da estrutura nazista. A história da humanidade, afirma Freud, é a história de sua repressão e, portanto, para um entendimento amplo da questão, é preciso buscar as formas pelas quais a repressão, e seus dispositivos, foram historicamente desenvolvidos e operaram no território alemão, pois exerceram uma função psicológica na economia psíquica do povo, sustentando uma forma de personalidade coletiva relativamente permanente, que permitiu tão larga adesão ao seu *modus operandi*.

## A institucionalização da repressão

Estudar os movimentos repressivos demanda um corte espaço-temporal arbitrário, que tem por função fugir de uma indução que se pretenda universalizante, pois as vicissitudes e o amálgama de fenômenos inerentes às diferentes civilizações não podem, e nem devem, ser explicados por uma via única. Para os fins deste estudo, pretende-se dar enfoque às vias da institucionalização da repressão sexual no Ocidente que surtiram forte influência nas bases psíquicas da Alemanha nazista; pois, conforme discutir-se-á posteriormente, a sexualidade é um elemento central na formação do reacionarismo, representando um forte campo de disputa biopolítica ao longo das eras moderna e contemporânea. Por vezes, a repressão se deu de maneira isolada, mas há casos singulares em que edificou verdadeiros projetos de poder, moldados pelas conjunturas da época, que permitiram forte inflexão nos rumos do desenvolvimento social, com consequências tanto na estrutura organizacional das populações, quanto na formulação do seu *habitus*, comportamentos e mentalidades.

Dentre os casos de maior significado para este estudo, começamos pelo papel central exercido pela Igreja Católica a partir de meados do século XVI. Estabelecidas as famosas 95 teses de Lutero em 1517, dava-se o primeiro passo rumo a um fervilhamento político que colocaria em xeque a até então inabalável soberania da Igreja.

<sup>1</sup> 2 Para mais detalhes, ler Educação Após Auschwitz, de Theodor Adorno

Através de suas severas críticas à venda de indulgências, estabelecia os primórdios do movimento reformista protestante, que direcionava suas forças a um dos pilares da concentração de poder econômico cristã. Conforme o movimento se difundia pelo Sacro Império Romano Germânico, membros da nobreza começaram a utilizar suas ideias como prerrogativa para expropriar da Igreja terras que haviam concedido como forma de garantir sua passagem para o paraíso. Diante disto, por volta de 1545, iniciou-se o processo de Contrarreforma, através do qual medidas severas foram empreendidas na tentativa tanto de manter o poder da Igreja e estabelecer maiores vínculos de dependência por parte dos fiéis, quanto de conter o avanço protestante. Com este objetivo, coube a criação da Santa Inquisição, da Companhia de Jesus e do Concílio de Trento, com o estabelecimento das políticas de confissão. Até então, as confissões restringiam-se quase somente às classes altas, público mais cativo dos templos; mas a necessidade de criação de vínculos mais fortes entre os fiéis tornou a prática da confissão um expediente gradualmente estimulado — em meio ao qual a exposição dos pecados e desvios impregnava os indivíduos de culpa e arrependimento. Neste período, conforme relata Foucault:

A extensão da confissão e da confissão da carne não para de crescer. Pois a Contra Reforma se dedica, em todos os países católicos, a acelerar o ritmo da confissão anual. Porque tenta impor regras meticulosas de exame de si mesmo. Mas, sobretudo, porque atribui cada vez mais importância, na penitência [...] a todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual (FOUCAULT, 1999, p. 22).

Assim, projetou-se sobre a população como um todo uma ideia de elevação espiritual muito mais rígida, relacionada a um ascetismo estrutural dos escritos canônicos, que relacionava todo e qualquer prazer, mesmo o pensamento e o desejo, à corrupção da carne e, portanto, ao flagelo do espírito. Incumbiu-se, a partir disto, uma missão da salvação, baseada em uma autoexposição espontânea, no contínuo monitoramento da mente e do corpo que não se restringia apenas a si, mas também aos que pertenciam ao mesmo círculo social. A única maneira de redenção seria por meio do confessor, do arrependimento e, concomitantemente, de uma ligação visceral de dependência para com as palavras de iluminação da Igreja sobre o caminho correto a seguir. Por mais que as indulgências tenham sido anuladas nas práticas eclesásticas, o poder subjetivo conquistado teve um valor muito mais elevado.

Desta forma, o saber sobre a sexualidade não foi condenado ao mutismo, muito pelo contrário, o tema foi sistematicamente posto em evidência, porém condicionado por um discurso cuidadosamente analítico, lastreado no controle das ações e mentalidades, através do qual se esperava efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo (FOUCAULT, 1999, p. 25), pois constranger apenas o agir não era suficiente, era preciso castrar os impulsos mais naturais e primordiais da natureza humana. Incorre disto um estado da mais pura neurose coletiva e de uma profunda contradição entre pulsão e o anteparo social normativo, a ideologia comportamental estipulada como correta, neste caso reforçada pela ideia do divino e do inevitável estado de castigo perpétuo ao qual se seria submetido caso a norma não fosse seguida.

Se, no entanto, nos séculos XVI e XVII a abordagem institucional da sexualidade se dá sobre bases puramente morais, na virada para o XVIII surge uma alteração qualitativa, quando o sexo passa a ser visto por um prisma racional, através de estudos técnicos da teoria econômica, política, jurídica e biológica, na tentativa de conferir à normatividade uma sustentação científica. Trata-se da apropriação do sexo como questão de polícia por parte do Estado como forma de controle do seu projeto de promover uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora.

Com o surgimento dos estudos de demografia neste período, toda uma miríade de novas percepções econômicas era possível acerca da população, como renda per capita, riqueza, disponibilidade de mão-de-obra, natalidade, expectativa de vida, taxa de mortalidade, condições sanitárias, proliferação de doenças, dentre outras, em sua grande parte relacionadas com o sexo, uma vez que, especialmente à época, com Estados modernos ainda em estruturação e expansão, ser populosos era essencial àqueles que pretendiam concretizar um projeto de riqueza e poder. Nas palavras de Foucault:

É a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo. Passa-se das lamentações rituais sobre a libertinagem estéril dos ricos, dos celibatários e dos libertinos, para um discurso onde a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção; passa-se das teses maciçamente populacionistas da época mercantilista, às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista. Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. (FOUCAULT, 1999, p. 28)

Nesta época, proliferam-se, pois, as áreas de estudo sobre a conduta e a sexualidade humanas. A psiquiatria, especialmente, é encarregada de traçar toda uma teia de distúrbios, um cosmos esquematizado de perversões das condutas sexuais que instaura um processo de psiquitrialização do sexo e medicalização dos discursos. Sob o aval das instituições autorizadas pela chancela da “neutralidade científica”, as práticas sexuais tidas como “aberrantes” são enquadradas como patologias, o que resulta na interdição de todo e qualquer desvio da “normalidade”, mesmo nas mais sutis condutas, como um necessário avanço das fronteiras da saúde no corpo social.

O mesmo acontece no âmbito do Direito, onde a patologização da sexualidade acompanha igualmente sua judicialização. Para tanto, são criadas condições para o aprimoramento de uma justiça penal severamente restritiva, ocupada da corrupção dos pudores, dos pequenos ultrajes e que institucionaliza as intervenções e internações compulsórias, terapias corretivas e reclusão.

Juntos, estes dois elementos, orquestrados sob a égide do Estado, desenvolvem toda uma genealogia das condutas sexuais desviantes, consideradas perversas e ameaçadoras ao bem estar social. Nas mínimas fantasias e transbordamentos de um estilo de vida regrado e laborioso, mais uma vez, coloca-se em recorrência o discurso do risco, do perigo e, portanto, a necessidade da vigilância, do diagnóstico e da culpabilidade conspícua dos indivíduos. O cosmos medicalizado instaura uma regularidade

comportamental que cobre da infância à velhice, por meio das normas jurídicas, dos discursos, da separação entre meninos e meninas, da atenção especial quanto à sexualidade infantil e juvenil; tudo para que, desde o início da vida, o indivíduo seja mantido na atmosfera de transgressão ao seu eu. No geral, trata-se de uma política dos corpos que nega os prazeres paralelos, o desfrute da liberdade e da descoberta, o que, em última instância, como discutir-se-á na próxima seção, extingue as índoles revolucionárias e produz indivíduos conservadores e submissos à ordem imposta. Toda essa genealogia, circunscrita a um encadeamento complexo de estruturas que se apropriam implícita e explicitamente da consciência e do *modus operandi* social, dão corpo e forma ao que Foucault chamou “dispositivo de sexualidade”:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1999, p. 244).

Como resultado, tem-se, além da recodificação dos prazeres relegados a um conjunto de normas comportamentais altamente normativas e restritivas que se reproduzem no espaço público por meio da instrumentalização do dispositivo de sexualidade, a formação de novas identidades sexuais psiquiatrizadas, consideradas aberrantes, identificadas como a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso (Foucault, 1976, p. 159-160) – representações sociais explícitas dos alvos do arcabouço repressivo do Estado e de um novo espírito coletivo altamente conservador e reacionário. Foi esse o processo de refluxo das compreensões do corpo e da mente, do indivíduo marcado por uma construção identitária que escondeu e demonizou o sexo infantil como um mal a ser suprimido, posicionou o sexo como uma fonte hereditária da degeneração e que, gradualmente, passou a demonstrar flexibilidade e tolerância das normas sobre certas instâncias dos desvios heterossexuais (adultério, sodomia, sadismo etc) para concentrar forças na repressão nas sexualidades plurais, que passaram a ser rotuladas como fonte de toda a “deterioração social”.

O corpo passa a ser campo de contínua disputa sociopolítica, pois deixa de ser de propriedade exclusivamente individual, para exercer uma função social mais ampla, na qual precisa corresponder a certos padrões comportamentais, para os quais, no entanto, é necessário também fixar estruturas de operação do pensamento. Esta dinâmica moderna de intrusão sobre a esfera particular do indivíduo caracteriza uma nova forma de exercício do poder, intitulada na teoria foucaultiana como “biopoder”. Nesta nova configuração, o poder adquire uma dupla dimensão: a) anatômica, quando o corpo disciplinado, após intenso adestramento ideológico, toma posse, por meio da docilidade inteiramente submissa que a carga restritiva do meio induz, da máxima utilidade da transferência das energias e pulsões para o labor produtivo, tornando-se parte integrante da máquina econômica; e b) biológica, com o corpo visto como suporte orgânico de processos biológicos múltiplos (natalidade, mortalidade, longevidade, reprodução etc) passíveis de regulação, da intervenção terapêutica e do remodelamento de uma “biopolítica” em formação.

Desta forma, pelo processo histórico de institucionalização da repressão das condutas sexuais, cria-se uma nova forma de execução do poder, capaz de induzir o indivíduo a um processo de profunda contradição que, não somente altera seu padrão

de comportamento, como ainda reformula as bases de sua percepção por meio do medo do desvio. Instaure-se uma atmosfera de tensão perpétua que não se resume à vigilância coletiva, mas à sua introjeção pelo próprio indivíduo, sendo ele mesmo um componente do panóptico repressivo. Com isto, cria-se um mecanismo psíquico que se autorreproduz, fortalece e expande, que altera a forma de desenvolvimento da psique de modo a produzir uma massa coletiva acrítica e profundamente predisposta ao reacionarismo autoritário. A próxima seção é dedicada a estudar mais profundamente estes fatores, ligados ao contexto alemão pós-primeira guerra e à forma como foram angariados a fim de edificar o projeto eugenista ariano.

## A construção psicológica nazista

Conforme analisado na primeira seção, tanto a visão tradicional das Relações Internacionais, quanto a interpretação mecanicista do arcabouço marxista são demasiados limitados para interpretar o soerguimento do movimento nazista por negligenciarem as atribuições menos visíveis do aparato psicológico na predileção do agir. Considerar a força intersubjetiva social, em outras palavras, a ideologia, como um elemento dependente e diretamente condicionado pela estrutura material, seria negar sua força histórica como uma vida psíquica interior que, não obstante, exerce profundas influências na atuação sociopolítica dos indivíduos. Bastasse a conjuntura político-econômica, muitos outros nazismos teriam surgido. Assim sendo, tanto o pensamento das Relações Internacionais, quanto o marxismo não são capazes de explicar sozinhos a clivagem da sociedade germânica, a partir da qual, assolada pela crise de 1929 responsável por taxas de desemprego próximas aos 40 % em vez de se voltar a um movimento progressista focado em questões de distribuição de renda e progresso social, fomentou-se o apoio em massa a um movimento eugenista e autoritário de extrema direita.

A ideologia possui uma dupla função: primeiro, a de refletir o processo econômico da sociedade, a forma como as ideias se materializam em uma organização centrada nas estruturas de valor; e a segunda e mais importante, de inserir esta mesma organização nas estruturas psíquicas dos indivíduos, fazendo com que a ela se adequem. Isto permite uma atuação sociopolítica profundamente contraditória, uma vez que, embora a situação material indique uma via lógica de atuação, a ideologia a subverte e toma o controle da ação como uma força ativa, direcionada pelos valores coletivamente instaurados e aceitos. Assim sendo, a ideologia representa o status quo das relações produtivas, introjetando-se em modelos mentais compartilhados, que têm por função manter as massas operando na lógica do sistema social. Mas isso só pode se dar de maneira eficiente quando implementado nas escalas mais primárias do funcionamento da mente, para que se extirpem todas as possibilidades de contravenção – e, aqui, a sexualidade adquire uma função primordial.

Primeiro, é necessário estabelecer os elementos psicanalíticos fornecidos pela teoria freudiana que embasam a ótica deste artigo: embora sejamos seres dotados de racionalidade, o funcionamento da mente humana está muito mais calcado em esferas subjetivas de operação, baseadas em uma estrutura tríplice expressa por ID (impulsos), Superego (moralidade) e Ego (racionalidade) – este último com uma força, embora expressiva, de muito menor proporção do que aqueles. Além disto, Freud ainda nos proporciona em seus estudos lições valiosas: **1.** A criança já possui uma sexualidade ativa, embora haja distinção entre a relação sexual com fins reprodutivos

e a sexualidade em si; 2. A sexualidade infantil é comumente reprimida pelo medo do castigo imposto a atos e pensamentos de cunho sexual. A sexualidade da criança é repreendida e apagada da memória, mas não deixa de exercer sua força, podendo manifestar-se posteriormente na forma de perturbações patológicas da mente; 3. Como já dito, o código moral não é atribuição divina com validade universal, mas uma educação provida pelos pais na tenra infância. O conflito primeiramente travado entre a sexualidade infantil e a restrição imposta pelos pais, mais tarde transforma-se em conflito interno entre impulso e moralidade, que repercute ativamente no comportamento sociopolítico do indivíduo.

Mas afinal, por que a repressão com tamanho enfoque nas sexualidades? Foucault já nos apresentou uma justificativa coerente, relacionada à enunciação do discurso sobre a sexualidade, o estado de contínua vigilância, a medicalidade e a neurose que se instala ao redor do tema. Apesar da veracidade de sua interpretação, ainda falta a ele o estudo da esfera psíquica, muito caro ao funcionamento correto destas instituições, e sobre a qual, mesmo imperceptivelmente, elas operam. Pois, repreender esta pulsão tão primordial do ser, logo a partir da infância, opera de modo a tornar a criança

medrosa, tímida, submissa, obediente, “boa” e “dócil”, no sentido autoritário das palavras. Ela tem um efeito de paralisação sobre as forças de rebelião do homem, porque qualquer impulso vital é associado ao medo; e como o sexo é um assunto proibido, há uma paralisação geral do pensamento e do espírito crítico (REICH, 1988, p. 45).

Sem condições interpretativas, conhecimento ou maturidade emocional desenvolvida, a criança introjeta as limitações que lhe são impostas, como pilares do seu Superego em formação, e passa a reproduzi-las inconscientemente ao longo da vida, uma verdadeira prisão psicológica inserida pela instituição familiar autoritária – que, no entanto, se mantém estável à medida que é diariamente normatizada e engendrada como modelo padrão de operação social. A submissão, o respeito à autoridade e à hierarquia, o não questionamento e a utilização da força, quando dela se dispõe, como meio de satisfação de objetivos, tornam-se elementos tidos como essenciais (e corretos) ao *modus operandi* vigente. Forma-se uma moralidade que comumente cai em contradição, mas que devido a estes elementos, tende majoritariamente à defesa reacionária e irracional do hábito, que é capaz de se perpetuar e manter ativo, e que não é facilmente desconstruído pela lógica, pois cria uma lógica própria de interação com o mundo que apoia todo aparato emocional e subjetivo do indivíduo.

Mas este molde que se cria da formação da estrutura psíquica necessita de uma proximidade, que foge às capacidades da Igreja e do Estado. Assim, esta função é assumida primordialmente pela família autoritária, cujo papel é negligenciado por Foucault, mas ressuscitado pelos estudos de Reich. Tida pela criança com confiança inabalável, a família representa a célula core na qual ocorrem os primeiros contatos com o mundo, sendo constituídos os prismas por meio dos quais deve-se absorvê-lo e interpretá-lo. Mas aqui também repousam as primeiras imposições repressivas, que constroem, vigiam, negam a sexualidade infantil e repreendem qualquer atitude que faça menção a ela. Em outras palavras, a família atua como unidade reprodutora, em menor escala, do autoritarismo do Estado e, em menor escala ainda, da Igreja; uma célula fruto das influências de uma estrutura mais ampla, macrocósmica, mas que

também as reproduz em um microcosmo, gerando um processo de retroalimentação de um dado padrão da atmosfera psíquica. Especialmente no caso nazista,

o objetivo da moralidade é a criação do indivíduo submisso que se adapta à ordem autoritária, apesar do sofrimento e da humilhação. Assim, a família é o Estado autoritário em miniatura, ao qual a criança deve aprender a se adaptar, como uma preparação para o ajustamento geral que será exigido dela mais tarde. *A estrutura autoritária do homem é basicamente produzida — é necessário ter isto em mente — através da fixação das inibições e medos sexuais na substância viva dos impulsos sexuais* (REICH, 1988, p. 45, grifos do autor)

Isto porque, segundo Reich, a privação das necessidades materiais e sexuais possui efeitos distintos. Enquanto a primeira leva à revolta, a segunda silencia as duas formas de rebelião, tornando as inibições uma força de cunho moral que passa a atuar continuamente nas esferas inconscientes. Disso resulta a prioridade no discurso nazista de manter “as tradições familiares, os valores, a integridade da família e dos bons costumes”. Se, por um lado, essa oratória parece convidativa, por outro, ela procura manter as relações repressivas e de profunda privação da liberdade individual, do pensamento crítico e da livre expressão de ideias, de modo que todos os que se opõem automaticamente tornam-se inimigos públicos, pois suscitam a possibilidade de contravenção.

Os preconceitos, os paradoxos e contradições das ações do indivíduo comum nazista foram fruto da conjunção desses fatores e das estruturas psicológicas descritas, da atuação da família na introjeção da repressão e dos ideais do Terceiro Reich, da fragmentação das pulsões revolucionárias e sua relação subjetiva direta com o medo da punição. O discurso fascista correspondeu às necessidades psicológicas de uma estrutura que dispunha muitos Hitleres. Vendiam-se sonhos e esperanças de um futuro próspero, o confronto à humilhação imposta por Versalhes e a reunificação alemã, incluindo os germânicos que habitavam o território polonês, tchecoslovaco e austríaco. Aliada a isso, estava a necessidade de descarregar, de forma legitimada, os impulsos revolucionários contidos em alvos que foram, beneficentemente aos interesses do novo governo, responsabilizados por todas as insatisfações do povo alemão. Foram eles judeus, negros, ciganos, e, num primeiro momento, especialmente homossexuais, pois serviram de bodes expiatórios às necessidades psicológicas do povo alemão de desencadear, por meio da violência, suas pulsões reprimidas.

A distinção das funções sociais entre homens e mulheres descende dos estudos biológicos e antropológicos iluministas, responsáveis por estabelecer um sistema de binarismos que delegou às mulheres o papel de cuidadoras, frágeis, submissas, relegadas à esfera privada e, na sociedade alemã, procriadoras, por meio do culto à maternidade para geração de soldados. Ao mesmo tempo, reservou aos homens o papel de exímios articuladores da esfera pública, fortes, altivos, pensadores audazes e racionais; marcas que se engendraram como os sinônimos imediatos da masculinidade.

No projeto de nação ariana, cabia ao gênero masculino corresponder religiosamente a cada uma dessas atribuições, fazer jus à imagem viril do homem germânico superior, altamente disciplinado – e autoritário, como lhe era inserido na formação psicológica desde a tenra infância. Era óbvio ao projeto de superação da humilhação de Versalhes, a reformulação das forças armadas e a imposição étnica a inevitabilidade

do conflito direto com outras nações. Acontece que qualquer sinalização de fraquezas, fragilidade emocional, delicadeza e/ou cuidado excessivo eram logos ridicularizados e comparados ao “feminino”. Portanto, além da docilização, da submissão, da obediência e da paralisação do pensamento e do espírito crítico que resultam da repressão sexual na tenra infância, a sociedade, por meio da família, articulada pelo Estado e pela Igreja, impunha uma moldura estética e performativa da única via aceitável como Ideal de homem da sociedade que se construía.

Em busca de aceitação, a criança se digladiava em contínua contradição entre pulsões primárias e as restrições morais do meio. A resultante observável é uma atmosfera de neurose e medo, dominada pela necessidade de “se provar”, agir como o modelo que exala masculinidade e que corresponde às expectativas sociais. O mínimo gesto de delicadeza seria uma afronta à sua identidade, e transitar para os atributos que pertencem “naturalmente” ao feminino, um ultraje e ofensa ao homem e sua função social. Para não correr este risco, o Estado alemão recorre à “disciplina”, ou seja, a repressão das pulsões mais elementares, a formação do indivíduo condescendente, adequado psicologicamente e ideologicamente com a hierarquia, com o uso da força e, no fundo, sexualmente sedento. Não por acaso as propagandas de guerra sempre exibiam a visão de mulheres exóticas advindas das terras a serem conquistadas, para atrair a cobiça sexual de homens que estiveram durante toda sua vida privados de qualquer liberdade real, inseridos em uma moralidade estética altamente restritiva e punitiva.

Deste modo, as barreiras impostas desde o início da formação psicológica introjetam-se e germinam no campo inconsciente do aparato psíquico, de forma que o indivíduo assume um comportamento impulsivamente reacionário e violento contra tudo que seja tentação ao desvio. Assim como um animal acuado reage às forças que se impõem contra sua existência, o indivíduo, e o grupo social como um todo, quando posto em situação que identifica como ameaça, transfigura-se em violência como forma tanto de defesa quanto de acobertar suas fragilidades. No indivíduo reprimido, há ainda mais um nível de imersão, pois a contradição entre as pulsões inerentes e o anteparo normativo do meio cria uma tensão existencial perpetuamente ligada à sensação de ameaça. A mínima ruptura com os arcabouços ideológicos e comportamentais impostos para reger sua existência simboliza um passo intransponível contra tudo aquilo que estrutura sua psiquê, quase um suicídio psíquico. Portanto, todos os elementos que contradizem tal estrutura, todas as expressões de liberdade e gozo das pulsões e não submissão ao sistema, são alvo das forças de violência, da verbal à física, em diferentes graus, a depender da conjuntura e contexto, mas sempre lideradas por uma força destrutiva que também é fruto do desejo. Por esta razão, antes dos judeus, os primeiros a serem sistematicamente perseguidos pelo governo nazista foram os homossexuais.

No início do século XX, apesar da ampla medicalidade das condutas sexuais, Berlim apresentava um badalado point de encontro e produção da cultura e estilo de vida homossexual que atraía artistas e figuras intelectuais, além de contar com uma produção editorial dedicada exclusivamente ao público LGBT<sup>2</sup>. No chamado “distrito gay”, bares, restaurante e boates eram frequentados por homens e mulheres que desafiavam todos os padrões comportamentais e estéticos, com composições de maquiagem, roupas e estilos de cabelo andrógenos que tornavam difícil a identificação dos gêneros. A Alemanha foi o país que deu lugar ao primeiro filme de temática LGBT, *Anders als*

<sup>2</sup> Apesar de não existir à época, o termo é aqui empregado por questão de conveniência.

*die Andern*” (Diferente dos Outros), foi palco de um Comitê Científico-Humanitário (*Wissenschaftlich-Humanitäres Komitee, WhK*) focado nos direitos das sexualidades plurais e do Instituto para o Estudo da Sexualidade (*Institut für Sexualwissenschaft*), internacionalmente famoso pela extensão de sua biblioteca, com mais de 12 mil livros, e pelas pesquisas científicas originais e inovadoras.

A perseguição que teve início com o novo projeto alemão, após a ascensão nacional-socialista, não precisou de grandes esforços para encontrar legitimidade legal. Já existia, na carta constitucional de 1871, uma lei que atestava contra as práticas homoafetivas, conhecida como Parágrafo 175, que declarava: “Um homem que cometa atos indecentes e lascivos com outro homem, ou se permita ser abusado por atos indecentes e lascivos, deve ser punido com prisão” (Ministério do Interior do Reich, Reichsgesetzblatt, Parte I, 1935).

Poucos meses depois que Hitler assumiu o posto de chanceler, organizações que lutavam pelos direitos LGBT foram fechadas e seus defensores caçados, batidas em casas e empresas tornaram-se constantes, bares fechados e o Instituto para Estudo da Sexualidade invadido e destruído, com a queima de todos os livros. Além disso, o primeiro campo de concentração foi criado, em Dachau, destinado à prisão dos inimigos do Estado e “raças inferiores”, majoritariamente homens gays.

O cerne do argumento nazista para sustentar tal perseguição, possui dupla dimensão, estético-normativa e demográfico-estratégica, expressa no posicionamento que fizeram acerca dos homossexuais, em 1928:

Não é necessário que você ou eu vivamos, mas é preciso que o povo alemão viva. E ele só pode viver se puder lutar. Viver significa lutar. E ele só pode lutar se mantiver sua masculinidade. Ele só pode manter a sua masculinidade se exercitar a disciplina, em especial em questão ao amor. Amor livre e desvio são indisciplinados. Portanto, nós os rejeitamos, assim como rejeitamos qualquer coisa que fira a nossa nação. Qualquer um que pense em amor homossexual é nosso inimigo. Rejeitamos qualquer coisa que enfraqueça nosso povo e o transforme em brinquedo para nossos inimigos, pois sabemos que a vida é uma luta e que é loucura pensar que homens um dia se abraçarão fraternalmente. A história natural nos ensina o oposto. O poder faz o certo. O forte sempre vencerá o fraco. Vamos cuidar para que voltemos a ser fortes! [...]. (SETTERINGTON, 2017, p. 23-24).

Já foi discutido aqui o revestimento moral que encobre a repressão. Via de regra, a moralidade deve operar em conformidade com o *modus operandi* social. De forma normativa, o discurso sobre a continuidade do povo alemão nada mais é do que a tentativa institucionalizada do Estado de utilizá-la para estimular a autorrepreensão em nome de uma causa maior, que deveria abarcar o “espírito alemão e o projeto ariano” – ainda que este custasse a própria liberdade.

A segunda dimensão do argumento está ligada ao fato de que, para soerguer uma nação, um contingente significativo de soldados é fundamental – especialmente quando já está prevista a presença, cedo ou tarde, de largos conflitos. Ser homossexual incorria na não capacidade de reprodução, e o “amor livre e indisciplinado”, quando não repreendido, permitia que mais homens se assumissem homossexuais e exercessem suas práticas, o que significava menos bebês e, conseqüentemente, menos homens nas linhas alemãs. Em última instância, a baixa natalidade enfraqueceria

quaisquer grandes pretensões germânicas sobre o continente. Portanto, o homem alemão heterossexual estava condicionado a uma rígida disciplina que lhe trazia a carência de suas necessidades, enquanto o homossexual sentia na pele o cruel entrelaçamento de repressões, no sentido foucaultiano, pressionado em direção ao mutismo e à existência clandestina, às sombras da sociedade.

A situação mudou drasticamente após 1938, quando o Parágrafo 175 foi reformulado e permitiu a detenção direta nos campos de concentração. A lei tornou-se tão aberta e imprecisa que pôde facilmente ser manipulada como instrumento de perseguição política aos opositores do regime e inimigos pessoais do alto comando militar. Vizinhos e parentes passaram a se vigiar continuamente, acusações falsas tornaram-se frequentes e não mais era necessário um precedente factual para que homens fossem levados e torturados para revelar o nome de outros homossexuais, e enviados diretamente para campos de concentração. Membros da Igreja, e até mesmo aqueles das forças armadas que não eram totalmente alinhados, tinham seus nomes denunciados, mesmo sendo heterossexuais, pois a possibilidade de homossexualidade servia, na atmosfera de medo e neurose que se formou, como razão suficiente para a reclusão forçada.

Nos campos, os homossexuais recebiam um uniforme que os destacava, com um triângulo rosa invertido costurado no lado esquerdo do peito, identificando-os automaticamente como “bichas sujas”. Eram enviados para trabalhar nas pedreiras, em condições perigosas e insalubres, das quais poucos retornavam. Além disso, foram utilizados como cobaias em experimentos humanos, e como entretenimento para guardas, quando eram devorados por cães, enquanto todos os demais eram forçados a assistir. O amigo mais próximo do próprio Hitler era publicamente assumido homossexual, e fora executado sem a menor clemência. O oficial Ernst Röhm foi um fiel defensor de sua causa, e primeiro líder da SA (*Sturmabteilung*, Seção Tempestade), uma força paramilitar formada por mercenários e arruaceiros responsável por perseguir os inimigos políticos do partido Nacional-Socialista e coibir atentados durante sua escalada de poder. Mas quando perdeu a utilidade, diante do preconceito de oficiais do exército alemão no processo em que este integrava a SA às suas linhas, Röhm e outros oficiais superiores foram mortos a mando de Hitler na chamada “Noite das facas longas”, em 1º de julho de 1934.

Além do artigo 175, outros instrumentos de perseguição foram utilizados, como a chamada “lista rosa”, uma relação de nomes criada desde o início do século, empregada pela polícia em todo o solo dominado pela Alemanha (Portanto, estendida aos países conquistados durante a guerra), com os suspeitos de práticas lascivas. Tais elementos demonstram o poder disruptivo desencadeado pelas esferas subjetivas, um efeito tão destrutivo da formação de massas acrílicas a partir da repressão sistemática e estratégica das pulsões, que gerou movimentos e formas de pensamento cujas resultantes ainda hoje são sentidas e desdobram-se em conflitos que atentam contra a condição humana e as liberdades individuais.

## Considerações Finais

Por meio do estudo histórico, é possível enxergar, em primeiro lugar, as limitações da visão tradicional acerca do movimento nazista. Classificado como um dos mais sombrios momentos da história contemporânea, seu projeto eugenista, autori-

tário e genocida não pode ficar restrito somente a explicações político-econômicas. Para tomar consciência das diversas forças em jogo, é preciso ir além, em um esforço interseccional e interdisciplinar, no sentido de buscar compreender também os efeitos sociais, o impacto da ideologia e as motivações subjetivas como forças históricas combinadas, capazes de realizar articulações próprias, sem as quais o movimento não teria alcançado as mesmas proporções.

Isso se deve a um movimento triplo, representado pela enunciação e produção eclesiástica e estatal da sexualidade, ligando-a à corrupção da carne e à infração do comprometimento com as forças espirituais por parte daquela, trazendo uma base pseudocientífica e patologizante, com o objetivo de classificar comportamentos sexuais “dissidentes” como perversões em relação às normas sancionadas pelas autoridades médicas e legais competentes. Mas nenhum deles teria alcançado tamanha eficiência não fosse a anuência do papel desempenhado pela família – célula core de atuação recíproca, que tanto é influenciada, quanto emprega os valores restritivos e normativos do *modus operandi* social pelas vias da repressão. O resultado é uma profunda contradição entre pulsão e moralidade, que castra a natureza do indivíduo por meio de uma vigilância introjetada que o torna profundamente submisso, acrítico e contrarrevolucionário, pois qualquer conduta ligada ao desvio lhe desperta os impulsos mais destrutivos, devido à perpétua frustração.

Portanto, a reflexão em torno de análises que buscam compreender os modos de operação do nazismo tem imenso valor tanto para elucidar mais profundamente as causas e consequências de seu enorme impacto cultural, social e político, quanto para analisar suas eventuais semelhanças com fenômenos presentes e por vir, uma vez que a disputa dos corpos como campo político tem encontrado um crescimento ascendente em um cenário internacional cada dia mais polarizado, no qual discursos conservadores são ressuscitados para combater movimentos emancipatórios que buscam uma liberdade plena dos indivíduos e a conquista do espaço público. Isso demanda um esforço conjugado no sentido de monitorar suas projeções futuras, tendo por base uma compreensão mais adequada dos aspectos psíquicos que influenciam e, ao mesmo tempo, são influenciados pelos movimentos sociais, diante do alerta do surgimento de grupos e alianças movidos por aspirações semelhantes às do “mito nazista”.

## Referências bibliográficas

ADORNO, T. (1965-1966) Educação após Auschwitz. In: *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 119-154, 1995.

ADORNO. A personalidade autoritária: Estudos frankfurtianos sobre o fascismo. São Paulo: *Revista Sociologia em Rede*, v. 2, n. 2, 2012.

ADORNO. *Arte sob coerção: Moralismo privado no espaço público*. São Paulo: Cult, v. 20, dez. 2017.

FOUCAULT, M. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREUD, S. *Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ADORNO. *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos*. São Paulo: Companhia

das Letras, 2011.

LACQUE-LABARTHE, P; NANCY, J. *O mito nazista*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

MISKOLCI, R. *O corte da sexualidade: A emergência do dispositivo de sexualidade no Brasil*. Estudos de Sociologia. Araraquara, Dep. Sociologia/Pós-Graduação em Sociologia, 2005.

NYE, J. *Cooperação e conflito nas relações internacionais: Uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial*. São Paulo: Editora Gente, 2009.

SETTERINGTON, K. *Marcados pelo triângulo rosa*. São Paulo: Melhoramentos, 2017.

WILHELM, R. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

# Participação dos coletivos de cultura da zona sul da cidade de São Paulo na formulação da lei de fomento à cultura da periferia

Graciela Rivera Guillén Medina\*

## Resumo

O marco da redemocratização brasileira, estabelecido na concretização da Constituição Federal de 1988, abriu portas para a participação social, corroborando uma gestão pública sustentada em pilares democráticos. É pretensão deste artigo a apresentação de um movimento organizado da sociedade cujo objetivo foi a criação e implementação de uma política capaz de dar respaldo às demandas no campo da cultura na periferia da cidade de São Paulo, algo possibilitado pelo cenário da democracia participativa. Ademais, propõe-se uma discussão acerca do conceito de política pública em contraposição à ação pública.

**Palavras-chaves:** participação, cultura, política pública, ação pública.

## Abstract

The framework of Brazilian redemocratization established in the implementation of the Federal Constitution of 1988 opened doors for social participation, corroborating public management based on democratic pillars. This article aims to present an organized movement of society whose objective was the creation and implementation of a policy capable of supporting the demands in the field of culture in the periphery of the city of São Paulo, which was possible by the scenario of participatory democracy. In addition, it is proposed a discussion about the concept of public policy as opposed to public action.

**Keywords:** participation, culture, public policy, public action.

---

\*Bacharelanda em Ciências e Humanidades na UFABC - contato: graciela.medina@aluno.ufabc.edu.br

## Introdução

Em julho de 2016, último ano da gestão Haddad na prefeitura municipal de São Paulo, foi promulgada a Lei 16.496. A Lei em questão foi responsável por instituir o Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo, cuja finalidade é principalmente “apoiar financeiramente projetos e ações culturais propostos por coletivos artísticos e culturais em distritos ou bolsões com altos índices de vulnerabilidade social, especialmente nas áreas periféricas do Município” (Art. 1º da Lei).

O Programa instituído pela Lei prevê editais anuais que têm por finalidade a seleção de projetos e ações culturais surgidos na periferia para serem contemplados por um recurso financeiro, o qual pode ser de 100 a 300 mil reais.

É inegável o fato de que a Lei representa para os trabalhadores da cultura bem como para todos os moradores da periferia de São Paulo uma conquista de caráter essencialmente popular. Considerando a participação fundamental da sociedade civil neste processo, esta reflexão pretende, como apontado pelo título que leva, descrever de maneira sucinta a luta dos coletivos de cultura, aqui representados pelo Movimento Cultural das Periferias. No entanto, o foco será a articulação das mobilizações das quais a zona sul da cidade participou ou ainda protagonizou.

Para além de uma simples descrição dos desdobramentos das ações levadas a cabo pelo Movimento e sua articulação com o governo local, é também interesse deste estudo a observação das políticas públicas para além de sua conceitualização como serviços oferecidos pelo governo, entendendo a existência de uma via de mão dupla e não simplesmente a ação unilateral do Estado. Para isso, será utilizada a ideia de “ação pública” e a sua relação com a noção de “fadiga” do conceito “política pública” (SPINK, 2015). As ideias de participação e poder local serão priorizadas e o caso da Lei de Fomento representa um contexto perfeito para sustentar esta discussão.

Por meio do estudo de um caso prático, a proposta é também colaborar para a produção já iniciada sobre os diferentes significados de um único conceito: política pública. Ademais, entende-se que o conhecimento e, principalmente, o registro das dinâmicas que foram utilizadas pelo Movimento em sua articulação interna e institucional são fundamentais para inspirar e orientar outras lutas.

### 1 A luta do movimento cultural das periferias pela lei<sup>1</sup>

As ações e os eventos de expressão cultural existem já há muito na periferia da zona sul. No entanto, houve um marco na região que representou o início da articulação da cultura com outras pautas da cidade e, posteriormente, com outras regiões, o que motivou e viabilizou a luta das periferias pela Lei de Fomento.

Inspirado pelo Sarau do Binho e pela Cooperifa, o Sarau da Vila do Fundão (no qual aconteciam apresentações culturais nas diferentes linguagens culturais e artísticas), foi fundado em novembro de 2009 por Fernando Ferrari<sup>2</sup> e outros traba-

<sup>1</sup> Toda a informação contida nesta seção é fruto de uma roda de conversa realizada em novembro de 2017 durante o “VII Fórum Social Sul: uma outra periferia é possível, necessária e urgente”, realizado na Paróquia Santos Mártires (Jd. Ângela, São Paulo). Na ocasião, Fernando Ferrari compartilhou com as pessoas presentes parte de sua atuação no Movimento de Cultura e falou bastante sobre as articulações necessárias para que a Lei de Fomento se concretizasse

<sup>2</sup> Trabalhador da cultura e atualmente “co Deputado Estadual” (mandato coletivo da deputada Mônica

lhadores da cultura da região, buscando resgatar as lutas do território, articulando-se com as demandas locais e impulsionar outras mobilizações na periferia na luta pela habitação e também por direitos à cidade em relação à infraestrutura da periferia, organizando-se para solicitar a colocação de semáforos, manutenção de córregos e etc.

Neste contexto de atuação nas questões sociais enfrentadas pela comunidade no nível local, o pessoal do Sarau da Vila do Fundão, entendendo que os problemas ali enfrentados acometiam também outras zonas do município, buscou articular-se com as demais regiões. Assim, o pessoal da Vila do Fundão aproximou-se mais da zona noroeste (Osasco, principalmente) e começou a participar também do Mutirão Cultural das Quebradas, que promovia em espaços públicos shows de música, dança, teatro e poesia. Muitas vezes, a estratégia utilizada era fechar uma rua para que as ações pudessem ocorrer num local acessível para todos. A participação do governo foi nula no Mutirão Cultural. O ato de ocupar os espaços públicos para realizar o Mutirão, inclusive, buscava retratar a denúncia vinda da sociedade civil organizada do abandono ou da presença insuficiente do poder público em relação à cultura na periferia.

Além disso, há um nó de extrema relevância nesta rede que conectava as diferentes “quebradas” (expressão que pode ser utilizada de maneira preconceituosa, definindo as periferias como lugares necessariamente inseguros e violentos; de forma neutra ou ainda carinhosa, utilizada para referir-se com respeito a um bairro da periferia) espalhadas pela cidade foi a articulação com a zona leste. Foi no Fórum de Cultura da Zona Leste em que vários fóruns periféricos se encontraram para discutir questões comuns a todos os trabalhadores da cultura na periferia. Houve o estudo de uma tese acadêmica sobre o sujeito periférico (D’ANDREA, 2013) (o que indica, ainda que em menor intensidade, uma participação da universidade no processo) e o consenso de que as pautas de cada região eram na verdade pautas de todas as periferias da cidade, que conformavam uma só luta. Inclusive com a presença da Rede Popular de Cultura M’Boi e Campo Limpo, se iniciou o “tecimento” do que Fernando Ferrari, trabalhador da cultura e liderança no movimento cultural nomeou de “arco da periferia” e, como desdobramento inicial do processo de articulação das diferentes regiões, iniciou-se a escrita da Lei de Fomento.

Para isso foram criados grupos de trabalho em cada quebrada. Os trabalhadores e coletivos estudaram exaustivamente a legislação já existente para produzir o texto da Lei de Fomento à Cultura da Periferia - o que significa que a lei é de cunho popular. Além disso, o que deu ainda mais força para o Movimento Cultural foi o fato de a periferia ter tido uma forte presença na III Conferência Municipal de Cultura (realizada em 2013), o que colocou a demanda pela Lei como a segunda pauta mais importante no balanço da Conferência.

Após essa conquista de visibilidade que então a luta pela Lei foi além. O Movimento, que já pressionava anteriormente tanto o governo municipal quanto federal<sup>3</sup>,

---

Seixas, junto a Anne Rammi, Chirley Pankará, Erika Hilton, Paula Aparecida, Jesus dos Santos, Claudia Visoni, Raquel Marques e Fernando Ferrari) pertencente à Bancada Ativista (página da Bancada no facebook: <https://www.facebook.com/bancadaativista/>)

<sup>3</sup> A principal estratégia era a produção e entrega de cartas de denúncia aos governantes, em nome de todos os trabalhadores e coletivos da periferia. Isso trouxe muitos avanços para a questão das Casas de Cultura, por exemplo, já que o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, transferiu a responsabilidade da gestão das Casas das subprefeituras para a Secretaria Municipal de Cultura.

passou a articular na Câmara Municipal de São Paulo, demonstrando a diversos vereadores a importância da Lei e reivindicando direitos. Neste processo, além das várias conversas, houve também a ocupação da Câmara. O Movimento resistia diante das dificuldades e dos obstáculos que apareciam na luta.

Foi a partir deste momento que o grupo que participou presencialmente das reuniões na Câmara e na Secretaria Municipal de Cultura representou o Movimento Cultural das Periferias. Foram defendidos os principais pontos da lei apresentando os efeitos da reparação histórica, considerando o fato de que a população periférica vive em uma constante exposição às vulnerabilidades do território. Além disso, foi posto que suas potencialidades são reprimidas devido à ausência de uma distribuição justa do orçamento da cidade (neste caso dos recursos destinados à cultura), que há anos se concentra na região central. Frente à essa realidade, o Movimento exigia que a destinação dos recursos fosse baseada na renda per capita (até meio salário mínimo), além de considerar a área de residência. Outra questão de extrema importância era a priorização do repasse para pessoa física, tendo em conta a dinâmica do Programa, que deveria contemplar moradores e coletivos que trabalhassem com projetos e ações culturais – e não empresas (ainda que tivessem finalidades similares ou até mesmo iguais). Além disso, por questões burocráticas, a obrigatoriedade do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) representava, na verdade, mais um obstáculo no acesso ao fomento.

Para o primeiro edital, foram reivindicados 20 milhões de reais e, após a aprovação da Lei, foram disponibilizados apenas 7 milhões de reais. Apesar de não ter conseguido o valor desejado para o Programa de Fomento, o Movimento, após muita pressão sobre o poder público, conseguiu participar do remanejamento do orçamento da cultura, transferindo do Teatro Municipal para o Transporte Escolar Gratuito - TEG o valor de 12 milhões de reais, o que indica a efetividade da articulação com outras lutas.

A aprovação da Lei 16.496 significou uma conquista enorme para o Movimento Cultural das Periferias, porém é importante destacar que o processo não se resumiu a debates e negociações. Os grupos que compunham (e ainda compõem) o Movimento enfrentaram diversas dificuldades no árduo caminho para a aprovação da Lei, incluindo a insatisfação de algumas necessidades básicas, como a alimentação e, também, o direito de mobilidade na cidade. O resultado da desvalorização do trabalhador da cultura é intensificado quando não havia recurso para o deslocamento dos bairros periféricos até o centro da cidade - onde estão situadas a Câmara Municipal de Vereadores e a Secretaria da Cultura. Segundo Fernando Ferrari, “a Lei foi escrita sangrando”.

## 2 O diálogo com o governo municipal

Para mostrar neste trabalho a perspectiva do poder público em relação a como foi o processo de formulação e aprovação da Lei de Fomento às Periferias, foi realizada uma entrevista com uma profissional do setor público que possui experiência de mais de 30 anos na prefeitura. Além disso, a pessoa entrevistada esteve muito presente precisamente nos diálogos com o Movimento Cultural enquanto faziam suas reivindicações em relação à Lei de Fomento à Cultura da Periferia.

Sua carreira teve início na Secretaria da Habitação, como estagiária durante a

graduação. Desde então, passou por uma Casa de Cultura, pela Câmara Municipal de Vereadores e, também, pela Secretaria Municipal da Cultura. Na Câmara, trabalhou com o vereador Nabil, que fez parte da criação do programa VAI - Valorização de Iniciativas Culturais, o qual subsidia projetos artístico-culturais produzidos por jovens de baixa renda. Assim que terminou o mandato de Nabil, a profissional voltou para a Secretaria de Cultura e trabalhou no VAI por quatro anos. Esta experiência fez com ela pudesse ter ainda mais contato com os movimentos de cultura e, principalmente, com a juventude moradora da periferia.

Ela conta que já no processo de gestação, o VAI recebeu muitas críticas de bancos que questionavam os valores altos de repasse (no início do programa, o recurso destinado a cada projeto era de 15 mil reais) para jovens que nunca haviam tido uma conta bancária – e isso dificultava a abertura das contas, por exemplo. Dessa maneira, a profissional entrevistada afirma que a implementação do VAI foi um verdadeiro desafio para a prefeitura.

Depois de um tempo de existência do VAI, começaram a surgir alguns questionamentos do pessoal já contemplado, uma vez que já não eram mais jovens, não poderiam receber recursos do programa para dar continuidade aos seus projetos. Diante disso, mesmo com a criação de uma outra modalidade do programa, o VAI II, a demanda por valores maiores existia e passava a conformar uma importante pauta dos trabalhadores da cultura, o que motivou a luta pela Lei de Fomento.

A partir da Lei de Fomento ao Teatro (programa pioneiro na questão do fomento e aprovado em 2001), vários segmentos da cultura começaram a se mobilizar, como o da Dança - que resultou na Lei de Fomento à Dança. Inspirando-se nessas duas leis, bem como no VAI, que apoiava quaisquer ações culturais na periferia, isto é, não vinculadas a alguma linguagem específica, o pessoal da música, do circo e da cultura periférica começaram também a sua luta.

Além de lutar pela continuação do VAI, a periferia já se organizava entre os vários coletivos culturais para pautar uma Lei de Fomento destinado exclusivamente à população periférica ou exposta a vulnerabilidades. Além disso, a internet expandiu o alcance da comunicação e a própria modalidade II do programa VAI apoiava os projetos promotores da articulação em rede, o que pode ter fortalecido essa conexão.

Com o intuito de conquistar um programa que, diferentemente do VAI, garantisse a continuidade dos projetos e ações, houve o estabelecimento da Lei de Fomento à Cultura da Periferia como uma das principais demandas na III Conferência Municipal de Culturas.

Na época, a prefeitura não tinha clareza em que a Lei se diferenciaria do VAI na hora de selecionar os projetos contemplados. Neste sentido, o Movimento passou a se reunir para pesquisar a legislação existente e fazer sua proposta. Segundo a entrevistada em 2017, “eles pegaram o melhor de cada edital. O que consideravam legal em cada programa e edital que existia, pegaram e colocaram no texto-base da Lei de Fomento”.

Entre os pontos prioritários que o Movimento considerava mais favoráveis, estavam a multiplicidade de ações, o apoio à pessoa física e o modelo de prestação de contas do VAI, como o formato de eleição, de seleção e dos valores de repasse do fomento. Em 2015, após percorrer toda a cidade para debater essa ideia com todas as regiões, o grupo que se apresentava à frente da luta, agendou uma reunião com a

Secretaria Municipal da Cultura para finalmente apresentar o texto base da proposta de lei.

Criou-se, então, um Grupo de Trabalho na prefeitura, o qual, segundo a profissional entrevistada, tinha o objetivo de tornar a proposta exequível. No sentido de viabilizar a aprovação da lei, o poder público foi sugerindo ajustes para que as chances de passar pelo legislativo fossem maiores. Nesse momento apareceram algumas tensões, visto que havia muitas questões bastante delicadas e, principalmente, importantes para o Movimento e tiveram que ser exaustivamente debatidas.

Uma dessas questões era o subsídio para a pessoa física. O poder público questionava essa pauta com base nos altos valores repassados numa política de fomento. No programa VAI, como os valores são baixos é possível realizar a prestação de contas através de recibos simples. No fomento, isso já não seria possível, o que representava um ponto de discórdia entre o Movimento e o governo.

Para solucionar essa questão, decidiu-se que o repasse aconteceria na forma de bolsa, nos moldes da Fapesp. No entanto, essa bolsa consideraria diferentes níveis de participação nos projetos e ações, o que levaria a uma categorização dos trabalhadores e, por essa razão, feria o princípio de não hierarquização, um dos mais importantes do Movimento. Assim, para manter o repasse para pessoa física, o Movimento Cultural das Periferias aceitou uma prestação de contas mais rigorosa. Havia também uma outra questão: alguns dos critérios obrigatórios para participar do programa propostos pelo Movimento eram muito difíceis de averiguar e checar a sua veracidade, como por exemplo, a obrigatoriedade de residência de pelo menos três anos na área na qual o proponente afirmasse viver.

Considerando o grande número de residências para comprovar e as diferentes estruturas domiciliares que existem nas regiões periféricas, sendo este um requisito difícil de checar, por essa razão, apesar da intenção de garantir que a maior parte dos recursos sejam de fato destinados à periferia, não evita efetivamente que alguns proponentes ajam de “má fé” para acessar os recursos. Essa questão, apesar de ter sido aprovada e constar na Lei, segundo a entrevistada, não foi suficientemente discutida e estabelecer critérios difíceis de acompanhar pode desmoralizar a Lei.

Para o poder público, o processo de aprovação da Lei significou um momento de aproximação da relação governo e sociedade civil organizada. Sobre a zona sul especificamente, a profissional entrevistada comenta que se trata de uma região que desde o começo do VAI destacou-se em relação ao volume de projetos propostos e aprovados. A zona sul já foi considerada extremamente violenta e até hoje muitos dos bairros lá localizados estão expostos a diversas vulnerabilidades. No entanto, ao mesmo tempo se apresenta um boom cultural, mostrando, para além de suas vulnerabilidades, as suas potencialidades.

### 3 Política pública e ação pública

Quando se discute o que é política pública, é preciso observar que não existe uma única verdade acompanhada de um único significado. As noções mais difundidas são normalmente as de Mead (1995), Lynn (1980), Peters (1986) e Dye (1984), todas resumidas exclusivamente ao fazer governamental e, também, a de Laswell, que apresenta a noção de políticas públicas mais como um campo, quase na perspectiva bourdiana (SOUZA, 2006).

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, p. 24, 2006)

No geral, o termo, que tem sido cada vez mais utilizado nos diferentes âmbitos e não somente no campo de públicas, tornou-se sinônimo de qualquer agir governamental (SPINK, 2015). Entendendo que a “política pública” não é a única linguagem do fazer público possível, mas sendo parte de um grupo de linguagens, Spink (2015) propõe a reflexão sobre a “ação pública”, que vai além da ação governamental direcionada à população e que abarca as ações da própria população para a população, que muitas vezes enfrenta seu governo.

Neste sentido, poderíamos considerar a promulgação da Lei de Fomento à Cultura da Periferia como uma política pública dentro dos moldes apresentados por Souza (2009), pois o poder público foi o responsável pela concretização atendendo a uma demanda da população. Não obstante, se analisada a trajetória percorrida pelos diferentes atores envolvidos no processo de criação, de luta<sup>4</sup> e de implementação da Lei, não se trata de uma ação pública? A população beneficiária da ação, que foi além do estabelecimento e vocalização de uma demanda, reivindicou a participação ativa em todo o processo de discussão para a criação e efetivação deste pleito. Além disso, estudou os meios para dar viabilidade e debateu com o poder público para que a Lei fosse promulgada dentro do que fosse favorável para a população - num exercício árduo de negociação e, também, de resistência. Não seria o Movimento de Cultura tão responsável quanto (ou até mais) o próprio governo municipal?

Experiências como esta põe fim à ideia da satisfação das demandas populares como um movimento que vem de cima para baixo. A sociedade deixa de desempenhar um papel passivo para construir, junto ao poder público, um contexto em que todos os atores são ativos. Segundo Spink (2015), a ideia central da ação pública é que “governos não têm o monopólio sobre o público e que o público nunca abriu mão da sua disposição de agir publicamente”.

Ademais, é importante esclarecer que a ação pública nem sempre envolve a colaboração com o governo. Uma ação pública pode estar constituída de forma exclusiva por atores da sociedade civil, como mostrado pela experiência catalã, entre outras, de serviços comunitários sem absolutamente nenhum envolvimento do poder público.

Pensar la gestión comunitaria como puesta en jaque de la dicotomía Mercado-Estado es políticamente útil, un giro interesante

<sup>4</sup> A luta em si, conceito tão utilizado nos movimentos sociais, pode ser pensada como a necessidade que muitos populações encontram de enfrentar seus governos, como explicado por Spink (2015). O “enfrentamento” está dirigido à questão da tensão na reivindicação: muitos grupos têm dificuldade em vocalizar as suas demandas, isto é, a participação, por mais que em uma democracia estejam estabelecidos os meios institucionais para efetivá-la, nem sempre é simples e fácil.

para superar esa doble vía que tanto ha marcado las formas de gobierno de lo que nos es común. El mensaje es claro: hay vida fuera de los muros de lo público-estatal y lo privado-mercantil. (OBSERVATORIO METROPOLITANO DE BARCELONA, 2014)

É preciso cautela para não confundir a expansão da ação pública com a admissibilidade do abandono do Estado em relação ao seu papel como garantidor de direitos. Neste sentido, Dagnino (2014) ilustra com maestria os efeitos da confluência perversa, produto de dois projetos distintos acontecendo concomitantemente no Brasil: o marco da redemocratização com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que estabeleceu fortes preceitos de participação; entretanto com o fortalecimento do neoliberalismo com a eleição de Fernando Collor, acabaram sendo empurradas para a população as responsabilidades do governo.

#### 4 Considerações Finais

Sobre a relação dos coletivos com o poder público na etapa de aprovação da lei, a Secretaria se posiciona realmente como ator que ao contrário de impor obstáculos a esse processo, tinha a intenção de tornar a proposta da lei factível para que a mesma tivesse chances de ser aprovada na Câmara e promulgada pelo prefeito. Portanto, a Secretaria de Cultura concorda que a Lei 16.496 é resultado de iniciativa, mobilização, estudo e luta do Movimento Cultural das Periferias, mas coloca-se como ator fundamental no processo em questão.

Além disso, a Secretaria aponta que apesar da vitória representada pela aprovação, a Lei ainda apresenta pontos que não puderam ser suficientemente discutidos (até mesmo pela questão de pressa em aprová-la). Por isso, seria interessante empenhar mais esforços para promover o amadurecimento dessas questões, o que pode significar outra luta, visto que a atual gestão não se mostra muito aberta ao debate com os coletivos, pois prioriza a “programação para o cidadão” e não para “grupos específicos”; assim, prioriza aspectos individuais em detrimento dos coletivos.

Por fim, observa-se que a participação não se trata de um afetuoso convite do poder público à população para que esta participe ativamente da gestão pública levando adiante propostas que serão efetivamente discutidas e avaliadas quanto à sua viabilidade. Para aqueles que desejam participar, há uma verdadeira luta a enfrentar, pois na conjuntura atual brasileira, verifica-se que os pressupostos da CF/88 relacionados à participação (e todo o resto) não são conquistas permanentes sem possibilidade de revoga. Tudo indica que a luta pela participação será cada vez mais dura e a persistência deverá ser cada vez maior.

#### Referências bibliográficas

Blog Fórum de Cultura da Zona Leste. *Lei de Fomento à Periferia: Histórico e Apresentação*. 2015. Disponível em: <<http://forumdeculturadazonaleste.blogspot.com/2015/07/lei-de-fomento-periferia-historico-e.html?q=lei+de+fomento>>. Acesso em: 21 de Março de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.496, de 20 de julho de 2016. *Instituição do Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo*. São

Paulo, SP, 2016. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L16496.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política Sociedade*, Florianópolis, v. 3, n. 5, p.139-164, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983/1732>>. Acesso em: 24 de Março de 2019.

D'ANDREA, T. P. *A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2013.

OBSERVATORIO METROPOLITANO DE BARCELONA. *Comunes Urbanos en Barcelona. Barcelona*, 2014. Disponível em: <[http://bcncomuns.net/wp-content/uploads/2014/06/Conclusions\\_OMB\\_ESP.pdf](http://bcncomuns.net/wp-content/uploads/2014/06/Conclusions_OMB_ESP.pdf)>. Acesso em: 21 de Março de 2019.

SOUZA C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 20 de Abril de 2019.

SPINK, P. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 18-42, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-71822003000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-71822003000200003&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 21 de Março de 2019.

SPINK, P. Para Além da Política Pública: política pública e as múltiplas linguagens da ação pública. In: *Anais do I ENEPCP*, I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, Brasília, dez. 2015. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/293811328\\_Para\\_Alem\\_da\\_Politica\\_Publica\\_politica\\_publica\\_e\\_as\\_multiplas\\_linguagens\\_da\\_acao\\_publica](https://www.researchgate.net/publication/293811328_Para_Alem_da_Politica_Publica_politica_publica_e_as_multiplas_linguagens_da_acao_publica)>. Acesso em: 21 de Março de 2019.

# Entre arte, política e mercado na cidade de São Paulo: relatos e vivências

Maria Livia de Tommasi \*      Leandro Dias Castro †  
Vinicius Defillo Pintor ‡      Victor Borges de Couto §      Julia Souza Reis ¶  
Gabriel Fernandes da Cunha ||      Paula Rafaela Ferreira Barbosa \*\*

## Resumo

O texto apresenta os relatos de jovens estudantes da Universidade sobre suas experiências de visitação em manifestações artísticas realizadas na cidade de São Paulo. São relatos em primeira mão sobre vivências e experiências juvenis na cidade, que testemunham da diversidade de situações e também da singularidade da condição juvenil numa cidade onde existem fronteiras espaciais e simbólicas que raramente são ultrapassadas. À luz do trabalho de alguns autores, especificamente Walter Benjamin e Jacques Rancière, as reflexões abordaram, de forma geral, a relação entre arte, política e mercado. **Palavras-chaves:** Arte,

Política, Mercado da Arte, Arte ativista, Cultura de Periferia.

## Abstract

The text presents the reports of young students from the University about their experiences of visiting artistic events held in the city of São Paulo. These are firsthand accounts of youthful experiences in the city, which testify to the diversity of situations and also to the uniqueness of youthfulness in a city where there are spatial and symbolic boundaries that are rarely crossed. In the light of the work of some authors, specifically Walter Benjamin and Jacques Rancière, the reflections generally approached the relationship between art, politics and the market. **Keywords:** Art, Politics, Art Market, Activist Art, Periphery Culture.

---

\*Professora doutora na Universidade Federal do ABC - contato: livia.detommasi@gmail.com

†Bacharelado em Ciências e Humanidades na UFABC

‡Bacharelado em Ciências e Humanidades na UFABC

§Bacharelado em Ciências e Humanidades na UFABC

¶Bacharelada em Ciências e Humanidades na UFABC

||Bacharelado em Ciências e Humanidades na UFABC

\*\*Bacharelada em Ciências e Humanidades na UFABC

## Introdução

No âmbito da disciplina Arte, ciência, tecnologia e política que ofereci no segundo quadrimestre de 2019 para alunos de Bacharelado do Departamento de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC, pedi para eles fizessem um exercício de observação numa atividade artística da qual nunca tivessem participado. Cada um tinha que encontrar uma atividade que fosse inédita relatar por escrito suas impressões, sobre o lugar e a vivência. O trabalho era parte das atividades de avaliação da disciplina.

Fiquei positivamente surpreendida com a riqueza dos relatos apresentados. A maioria dos alunos aceitou o desafio de ir conhecer alguma manifestação artística distante de sua realidade cotidiana e, assim, a variedade de experiências e lugares visitados foi muito grande: apresentações de circo, ópera ou concertos no Teatro Municipal e na Sala São Paulo, saraus, roda de samba, batalhas de rima em praças públicas e casas de cultura nas periferias, exposições, museus, cabaré, festas populares, festivais temáticos. Manifestações que ocupam espaços públicos ou que acontecem nos lugares consagrados da arte erudita.

Em seus relatos, os jovens estudantes tinham que dar ênfase à descrição do lugar visitado e de sua vivência nele. Assim, os relatos foram significativos por diversos motivos. Primeiro, porque mostraram a grande diversidade de manifestações artísticas e culturais que acontecem na cidade de São Paulo, tanto no centro como nas periferias. Segundo, porque evidenciaram a diversidade de experiências de vida entre os alunos de uma faculdade pública, uma amostra da grande diversidade de experiências e vivências geracionais entre os jovens brasileiros. Na área de sociologia da juventude, nos acostumamos a falar de juventudes, no plural, justamente para sublinhar a grande heterogeneidade de situações de vida. Essa diversidade se expressou na distância e proximidade que os alunos relataram ter com relação às diferentes manifestações artísticas que acontecem na cidade, que remetem a distâncias e proximidades geográficas e, também, de classe. Se para alguns deles as manifestações da arte erudita e institucionalizada eram já conhecidas, enquanto o desafio era frequentar uma atividade ligada à arte periférica, ou underground, para a grande maioria deles estas últimas faziam parte de seu cotidiano, enquanto seus relatos manifestavam o pouco acesso que a maioria da população tem com relação aos espaços mais elitizados da cidade. Percorrer o trajeto da periferia do ABC paulista até as esquinas do bairro de Jardim em São Paulo para entrar no Museu de Imagem e Som e assistir à exposição interativa da artista islandesa Bjork representou, por exemplo, realizar uma longa viagem, cruzar fronteiras simbólicas, atravessar mundos. A Universidade pública brasileira, nos últimos decênios, a partir do REUNI<sup>1</sup>, abriu as portas para um contingente populacional até então excluído da educação superior pública brasileira, alunos egressos de escolas públicas, negros, indígenas.

Os relatos apresentam também um material interessante com relação a outras questões que dizem respeito à condição juvenil. Relatos sobre mal-estares, dificuldades de socialização, sentimentos de exclusão, necessidade de se sentir pertencer a algum grupo de pares e, também, sobre os desafios da experimentação, característica dessa fase da vida (ABRAMO, 2005).

<sup>1</sup> Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo governo federal na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, através do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007.

Assim, os textos são relatos em primeira mão sobre vivências e experiências juvenis na cidade de São Paulo, que testemunham da diversidade de situações e também da singularidade da condição juvenil numa cidade que oferece muitas possibilidades, mas também opõe muitas barreiras, onde existem fronteiras espaciais e simbólicas que raramente são ultrapassadas. Os trajetos que é preciso fazer para ter acesso às atividades artísticas e culturais são, muitas vezes, barreiras intransponíveis, considerando inclusive o preço das passagens.

Alguns autores guiaram nossas observações sobre Arte, tecnologia e política: os clássicos trabalhos de Walter Benjamin (A obra de arte na era da reprodutibilidade) e Jacques Rancière (A partilha do sensível); as reflexões otimistas da artista e comunicadora Diana Domingues sobre as consequências da difusão das novas tecnologias no âmbito da arte (DOMINGUES, 2003) e outros autores que pesquisaram a arte ativista ou a cultura de periferia (MESQUITA, 2008; TOMMASI 2013). Outros textos da bibliografia do curso foram também citados nos relatos.

Por fim, em nossas discussões em sala de aula ficou evidente que uma questão relevante para refletir sobre arte e política, hoje, é a relação da arte com o mercado, procurando fazer uma leitura dos dispositivos econômicos que produzem as fronteiras entre o visível e o invisível. Assim, nossas reflexões abordaram, de forma geral, a relação entre arte, política e mercado.

## 1 (R)existência da vela<sup>2</sup>

O fogo marca a nossa humanidade e seu controle inspira transformações em nossos modos de vida. Desde o mito de Prometeu, que engana Zeus ao roubar o fogo do Olimpo por amor aos mortais, até a possibilidade de aquecer-se, proteger-se e iluminar a noite escura, o fogo desenha sua magia e técnica de modo abrasador ao longo da história. As velas fabricadas em ceras ou resinas e ativadas pela combustão de um fino pavio estiveram e estão presente nos usos ritualísticos como lembrança de alguma presença sobrenatural, sinal de transformação, trânsito de forças energéticas ou passagem. Ao mesmo tempo em que ilumina, derrete, desfaz-se: a vela é também sinal da passagem do tempo.

A música talvez tenha surgido pela articulação de nosso corpo de modo a produzir sons, palavras ou mimeses do que se pode ouvir vindo das outras formas de vida na Terra. Adquiriu também função ritual, sendo, por vezes, considerada a mais abstrata e sublime das linguagens artísticas, chegando até mesmo a ser considerada próxima às linguagens matemáticas. Na sociedade do consumo de massas, a música perde sua aura e desloca-se por todo cotidiano, através das indústrias fonográficas e de entretenimento. Se antes, para além dos sons e ruídos do cotidiano, o fazer musical restringia-se a momentos de experiência de músicas tocadas ao vivo, por voz ou instrumentos, tanto em ocasiões ordinárias ou extraordinárias da vida, hoje, por meio da reprodutibilidade técnica dos sons, é possível ouvir músicas do mundo todo por meio do uso de smartphones, de modo individual, com fones de ouvido. Experimentar música ao vivo, pela transfiguração de espaço e tempo articulados por meio de uma performance musical, torna-se uma experiência de reencantamento e partilha de

<sup>2</sup> Relato da visita de Leandro Vinícius Dias Castro na Comunidade Samba da Vela – Casa de Cultura de Santo Amaro, no dia 5 de agosto de 2019. Leandro é estilista, graduado em Moda pela Faculdade Santa Marcelina, e aluno do curso de Engenharia de Gestão da UFABC.

sensibilidades (RANCIÈRE, 2009).

Meu repertório musical inclui, inicialmente, o que eu ouvia meus pais ouvirem em casa durante minha infância, principalmente Samba Rock nacional e internacional e algumas artistas de MPB. Durante minha adolescência, por meio da internet e de alguns canais de TV, tive acesso a sons que me marcaram como o Punk e as experimentações consideradas alternativas dos anos 1980 e 1990. Como estudei em uma faculdade de artes que tinha cursos de Música, acabei fazendo alguns amigos, também, como eu, bolsistas do PROUNI que almoçavam comigo diariamente. Esses amigos já me convidaram para fazer seus figurinos e frequentei ensaios e espetáculos de música erudita contemporânea e de MPB. Ao longo da vida, fui algumas vezes a concertos eruditos, a óperas, a alguns shows de bandas que gostava, a *raves*, e, mais recentemente, a casas noturnas *undergrounds* como o Madame Satã que toca sonoridades dos anos 1980 e 1990, música industrial e post-punk. Apesar de nas ruas do bairro onde moro (Cidade Ademar, na periferia de São Paulo) eu já ter tido contato com os sons do samba e morar num país que é por vezes considerado o país do samba (fui a alguns desfiles de carnaval do grupo de base quando era criança), eu não tinha participado, antes do dia 5 de agosto de 2019, de nenhuma roda de samba.

Após entregar uns vestidos que costurei a uma amiga na estação Rebouças fui, sozinho, de trem até a estação Santo Amaro da linha Esmeralda da CPTM, onde fiz baldeação sentido Capão Redondo (onde morei desde meu nascimento até meus 7 anos de vida). Desci na estação Adolfo Pinheiro. Segui andando até a Casa de Cultura.

Lá chegando, recordei das vezes que passava, de ônibus ou de carro, pela Avenida Adolfo Pinheiro, quando era criança, ao me deslocar do Capão Redondo ao centro ou a outras regiões da zona sul. Questionei os motivos pelos quais eu nunca tinha entrado naquela construção. Resolvi adentrar. Cheguei às 21:15, e o samba já estava acontecendo. Passei por uma bancada onde era possível realizar uma contribuição monetária. Avistei a vela que dá nome à comunidade logo ao entrar (a duração do samba se inicia com a ignição da vela e só termina quando esta se apaga). Segui e sentei bem próximo à roda de samba.

Eram vários os corpos e subjetividades que participavam do samba como ouvintes, mas os propositores eram predominantemente homens negros e pardos de cerca de 40 anos (estavam lá também alguns mais jovens, com cerca de 20 anos e também um homem trans). Muitos eram os que usavam cabelos *Black Power* e suas variações, bonés do samba e boinas (os homens acima de 50 anos).

Senti que olhares curiosos me atravessavam e acho que isso se deu por conta da minha branquitude e pelo fato de eu me vestir de preto e ter o costume de usar coturnos. Mesmo um pouco envergonhado, eu estava de peito aberto e queria participar da proposta. Fiquei algum tempo observando o chão e o teto, tentando disfarçar minha timidez. Também percebi as janelas e isso me fez notar que eu ainda não estava em presença no samba, mas o samba começava a entrar em mim. Abri minhas janelas.

Notei que muitas pessoas estavam com folhas impressas nas mãos: eram as músicas que seriam tocadas naquela noite. Também fui notando que a maneira de tocar acontecia quase que improvisadamente. Eram tocadas músicas de pessoas que não estavam necessariamente na roda e que queriam revelar suas criações. Conforme percebi essa disponibilidade para a criação (DELEUZE, 2012), meu incômodo se dissipou. Eram sujeitos que vinham da “plateia” com suas criações escritas em pequenos pedaços de papel; o som era feito na hora, a partir das indicações dos compositores

Figura 1 – Vela acesa sobre a mesa em torno da qual se faz o samba



Fonte: Autores

que iam aparecendo. Seguindo a elaboração de Rancière (2009), sujeitos se tornavam sujeitos falantes. Não havia combinação nem ensaio anterior: a criação dos sambas era pulsante, viva. Para ter seu samba tocado, bastava o compositor escrever seu nome numa lista e aguardar ser chamado.

Como eu tinha chegado um pouco após o início do samba (cheguei às 21:15 e o samba se inicia às 20:30), estava sem nenhum papel escrito com as letras dos sambas que estavam sendo tocados naquela noite. Não ter nenhum papel, me fez perceber melhor as letras e as emoções dos artistas manifestadas em seus corpos. Eram músicas que falavam de amores, de dores e perseverança. Antes de iniciar o samba que iria ser revelado, os compositores se apresentavam, diziam seu nome, de onde vinham e o título da canção. Entre as criações que me encantaram, as mais marcantes foram as de três mulheres negras que falavam de suas vidas, de suas lutas existenciais e de sobrevivência como mulheres, tudo isso em uma roda de samba que contava somente com intérpretes homens.

A prática de escuta e partilha me atravessou, motivando a minha imaginação a respeito de outros modos de compartilhamento das existências e de nossos modos de vida baseados em outro tipo de trocas que não somente as financeiras. Tratava-se de uma atividade aberta, livre, com recepção da criação de quem quisesse lá estar, autogerida, autônoma, de resistência. Ao final da performance, uma artista e pesquisadora japonesa do Chorinho foi convidada a cantar junto aos intérpretes, fato que chamou a atenção pelo interesse de pessoas de outras geografias por uma prática tão especial e tão próxima a mim (eu moro a 8,6km da casa de cultura), e ao mesmo tempo nunca experimentada por mim anteriormente.

Com cantos que soavam como hinos de amor, de encerramento e com todos os participantes da roda de samba de pé em torno da mesa, o som se finalizou. Bati muitas palmas acompanhando as melodias e notei que a força expressiva das pessoas que ali estavam passava por uma corporeidade, por olhos que eram brilhantes graças

ao lustre, tal qual polimento, que a arte dá à nossa existência (DIDI-HUBERMAN, 2011)

Palmas e mais palmas concluíram o fazer musical e após o som foi servido para todos os presentes um caldo quente verde, com couve e linguiça calabresa, aquecendo pelo gesto de generosidade e pelo alimento o coração de todos, fraternalmente. Como não como carne, fiquei um tempo, troquei olhares, mais afetuosos, e fui embora. Saí magicamente encantado. O ato de partilha (RANCIÈRE, 2019) experimentado no Samba da vela é, em tempo de fones de ouvido individuais, um movimento de politização da arte pela transfiguração dos atos corajosos de criação.

## 2 Carlos Capslock entra numas de Omnidisc Showcrazy<sup>3</sup>

A Carlos Capslock acontece há onze anos na cidade de São Paulo, uma festa eletrônica itinerante, majoritariamente techno. Nasceu da iniciativa de um DJ residente de uma tradicional (e cara) boate da cidade que quis organizar um evento mais acessível e experimental fora das paredes dos clubes. No dia 21 de julho de 2019 houve mais uma edição que ganhou o nome de “Carlos Capslock entra numas de Omnidisc Showcrazy”.

O local escolhido para a festa foi a Fabriketa. Situada ao lado da estação do Brás, a Fabriketa é a reutilização do espaço de uma antiga fábrica do império dos Matarazzo. Em São Paulo, é comum esse tipo de locação para as chamadas festas eletrônicas itinerantes, alguns exemplos em outras áreas da cidade são a Funilaria Armênia, no bairro da Luz, e o Nos Trilhos, localizado na Mooca. Tal tendência que vem de outros países, especialmente do hemisfério norte, demonstra haver certo caráter criador e/ou contestatório nesse tipo de eventos. Como escreve Tommasi: “é possível considerar que a cultura techno nasce das cinzas da sociedade industrial” (TOMMASI, 2017, p. 30).

E eu, jovem de família metalúrgica nascido e criado numa região industrial decadente, decidi ir até lá. A caminhada da estação do Brás até a Fabriketa cria a atmosfera de um ambiente urbano que não deu certo. Construções abandonadas e depredadas, sujeira e sujeitos hostis dividem espaço com alguns belos prédios no horizonte: contraste e desigualdade. Chegando próximo ao local se avolumam pessoas e vendedores de diferentes tipos. Há quem venda bebidas, comidas, chicletes ou o que possa interessar aos frequentadores. Dentro do prédio o ambiente é escuro, mas com alguns focos fortes de iluminação. Há duas pistas: uma coberta, no que deveria ser um galpão de produção de manufaturas e uma descoberta, provável pátio da antiga fábrica. Há também o espaço para bares, alguns bancos, uma tenda de venda de comidas veganas e outros produtos considerados alternativos. Os banheiros são unissex.

Claramente o espaço não procura ser usual, nem as pessoas que ali estão. As vestimentas e os adereços dos que chegam à festa faz tudo parecer uma performance. É difícil crer que nos espaços sociais rotineiros as pessoas se produzam e comportem da mesma maneira.

De certa forma ali há uma obra interativa. Segundo Domingues, a arte interativa se contrapõe à arte como espetáculo a ser assistido e interpretado num ato

<sup>3</sup> Relato de Vinicius Defillo Pintor da visita numa festa rave, no dia 21 de julho de 2019. Vinicius é licenciado em Filosofia e professor do Ensino Básico, cursa Bacharelado em Filosofia na Universidade Federal do ABC.

mental, em seu lugar estabelece a necessidade de experimentação do acontecimento. Nela o "espectador" é atuante e a arte só existe na relação obra-espectador, na qual é modificada constantemente em tempo real e responde instantaneamente, uma co-criação. A música techno convoca o corpo e a irracionalidade para uma erupção, a proposta é uma experiência. Ir a um ambiente desses e não dançar é como não ir. Por isso as vestes, os jeitos, há algo de ritual, uma cerimônia. De um lado há a música forte, repetitiva, grave, praticamente uma entidade em si (a presença do DJ é eclipsada pela sua mesa ou pela distância das pessoas da pista) e de outro os corpos respondendo a esses estímulos: síntese. Um não existe sem o outro, no processo as identidades são retorcidas. A performance não é individual, mas em grupo. Provavelmente ninguém se arriscaria naquela pista sozinho, um dá apoio ao outro e como uma massa todos extravasam suas pulsões. Eu também. Revolta corporal, catarse.

Obviamente a consciência precisa ser alterada para que se entre nesse estado. Ecstasy e suas variações são os principais aliados dos que dançam. Além de permitir um desamarrear das travas psicológicas a droga faz o corpo esquecer de suas limitações. Alteração do lidar com o corpo, alteração do lidar com o tempo, são inúmeras horas na pista: não há dia, não há noite, há festa. O nu e o seminú aparecem, comportamentos com conotações sexuais também, muitos homoafetivos e/ou em grupo. Com outra psique há outra moral. Novamente a identidade em crise.

Para Rancière a arte permite que novas vozes, corpos, subjetividades participem do jogo político. De acordo com Rancière a política advém do dissenso e é essencialmente estética. A estética modifica o universo do possível, alterando o que pode ser percebido, pensado e executado. Quando os poderes constituídos estão em crise surgem novos sujeitos, modos de falar, de pensar, de ser. Um regime político só será democrático se estimular uma multiplicidade de manifestações dissonantes.

A maior parte dos que estão na Carlos Capslock já possuem status econômico-social para participarem dos ambientes de construção pública. No entanto, não performam ali o que são no cotidiano. Analistas de TI, operadores de máquinas, professores, produtores de conteúdo digital, motoristas de Uber, constituem outros personagens, ora individual, ora coletivo, para naquele espaço existir. Novas sexualidades, novas posturas, novas morais, novas subjetividades, novos corpos. O que pelo discurso não alcançaria ouvidos e no consenso nunca chegaria se faz presente através da estética e irrompe como dissenso frente às normatividades.

É notório que isso só seja possível da maneira que se dá nas festas eletrônicas pela relação Homem-Máquina. Outro aspecto que aproxima as festividades da arte interativa é esse, ela depende da tecnologia não só como ferramenta, mas como parte constituinte. Se Benjamin temia os efeitos da técnica é porque não esperou que ela pudesse ser apropriada para apresentar o novo dentro da própria estrutura capitalista<sup>4</sup>, inclusive vindo de locais fora da racionalidade – o que mais admirava o filósofo no Surrealismo era o automatismo livre da moral burguesa. O império da máquina como império da razão foi um devaneio moderno já superado.

Também é digno de nota que não há reprodução no executar dos sets de techno. Sempre alguma variação ocorre. Seja uma diferença nos BPMs, nas frequências, uma inserção de distorções ou algo do gênero, sempre a novidade se faz sentir. Há

<sup>4</sup> Benjamin afirma que os potenciais revolucionários das obras de arte na era da reprodutibilidade técnica só poderão ser alcançados caso elas se livrem do domínio capitalista. A estetização da política, alienante, só será substituída pela politização da arte, emancipatória, numa luta anticapitalista

aura na música da festa eletrônica justamente por isso, ela desaparece junto do seu último beat.

Qualquer um que busque repetir a experiência em seu lar se decepcionará duplamente: uma vez pela ausência daquela variação musical promovida pelo DJ durante o set e outra por estar performando seu Eu usual, não aquele adequado ao timbre. Posso atestar que foi excelente me experienciar e ouvir os sons, no entanto jamais darei esse play nos meus fones de ouvido a caminho do trabalho. Fragmentação.

### 3 Cabaret da Cecília<sup>5</sup>

Foi na França, no período da *Belle Époque*, que apareceram os primeiros cabarés. Essa forma de entretenimento, que se caracteriza pelo encontro do teatro, música e dança e se diferencia por sua ambientação única, tinha como público as camadas mais abastadas da sociedade e se popularizou por toda Europa. “Os cabarés eram espaços pequenos e ligados ao submundo das grandes cidades europeias dedicados a shows, fossem eles de dança, teatro, música, contadores de piadas, strippers, enfim, um grande show de calouros onde a fumaça de cigarro nublava os holofotes e enchia as narinas.” (MENEZES 2013, p.1).

Inaugurado em 2017, o bar e centro cultural Cabaret da Cecília recria a ambientação dos cabarés franceses do séc. XX, sediando diversos espetáculos de diferentes naturezas. Ao longo do mês de agosto de 2019 fiz diversas visitas ao estabelecimento e recolhi materiais de divulgação publicados em suas redes sociais.

Figura 2 – Fachada do Cabaret da Cecília



Fonte: Cabaret da Cecília, 2019.

O Cabaret da Cecília se situa na zona central de São Paulo, no bairro de Santa Cecília. Sua localização estratégica, próxima à estação de metrô Santa Cecília, facilita o acesso de seu público, extremamente específico. O bairro, hoje deteriorado pelo

<sup>5</sup> Relato do Victor Borges do Couto que visitou o Cabaré da Cecília em agosto de 2019. Victor é aluno do bacharelado em Políticas Públicas na Universidade Federal do ABC.

tempo, foi um dos primeiros bairros nobres de São Paulo, onde se instalaram mansões e residências dos fazendeiros de café, ocupadas quando esses vinham à capital a negócios. Com a transferência do polo de negociação para a Avenida Paulista, o bairro foi abandonado e a maioria dos casarões e mansões ou foram derrubados para dar lugar a condomínios ou transformados em cortiços. Habitando um desses casarões restaurados, o Cabaret da Cecília cria uma atmosfera semelhante aos cabarés franceses do séc. XX.

Figura 3 – Primeira sala do andar térreo



Fonte: Cabaret da Cecília, 2019.

Em uma rua escura, com poucos estabelecimentos noturnos, a pequena entrada de muro amarelo se destaca. Mesmo sendo extremamente difícil saber do que se trata o ambiente apenas observando sua fachada, a estética incomum intriga e é convidativa. O estabelecimento se divide entre dois ambientes. O andar térreo onde se localizam espaços de convivência, mobiliados com móveis antigos, o caixa e um balcão em que são servidas as bebidas e os pratos da culinária francesa e brasileira. E um porão, onde se encontram o palco, diversas mesinhas e um bar. No andar térreo, que se divide em duas salas, pequenos grupos que preferem conversar ao invés de presenciar os espetáculos se acomodam nos sofás e nos bancos encostados no balcão do bar. O som constante de Jazz, Samba e MPB, em um volume que permite conversas, junto à luz baixa e amarelada criam um ambiente aconchegante. As mobílias antigas e os diversos quadros renascentistas criam uma experiência imersiva que te transporta para o passado.

Descendo uma escada estreita de madeira, encontra-se a área principal do estabelecimento. A primeira coisa a se notar ao descer os degraus em direção a escuridão é um forte cheiro de incenso, esse ambiente é muito mais escuro que os anteriores e a pouca luz presente se torna turva pela fumaça de incensos, uma clara referência aos cabarés franceses que eram nublados pela fumaça de charutos e cigarros. Havendo neste porão apenas um bar, o pequeno palco e algumas mesas e cadeiras, além de algumas reproduções de pinturas renascentistas e fotografias. É nesse pequeno palco que as mais inusitadas performances ganham vida.

Figura 4 – Andar subterrâneo, palco de atrações



Fonte: Cabaret da Cecília, 2019.

O Cabaret da Cecília conta com um público muito específico. Em sua grande maioria homens, com uma faixa etária superior a 30 anos, o público é composto majoritariamente por homossexuais. Em minhas visitas, pude perceber também que é amplamente frequentado por casais ou grupos de amigos. Não há um código de vestimenta específico, mas há uma pluralidade de estilos. Muitas das pessoas que frequentam o estabelecimento optam por ir montadas<sup>6</sup> de DragQueen, se tornando parte da atração mesmo sem oficialmente participar dos shows.

O Cabaret da Cecília se define como um espaço cultural de arte transgressora que hospeda música, arte, humor e erotismo. Minha principal motivação para visitar o local foi sua atmosfera única, a possibilidade de conhecer mais sobre as performances Drag e o fato deste ser um dos poucos lugares em que ocorrem apresentações de Neo Burlesque na cidade de São Paulo. Entre as principais atrações do estabelecimento encontram-se bandas de Jazz, apresentações de Neo Burlesque, encenações teatrais, saraus, exposições, shows de dragqueens e, eventualmente de dia, o curso sobre política, sociologia e filosofia, ministrado pela Dragqueen Rita Von Hunty.

Aparentado à dança Can Can, popular nos cabarés franceses, o Neo Burlesque oscila entre o sensual e o cômico e é normalmente performado por mulheres. Geralmente associada a strip-tease e a músicas antigas, a dança burlesca se utiliza de trajes tradicionais que remetem a vestimentas de época, apresentando muitas plumas e alguns acessórios recorrentes como o leque e o tapa-seios.

O Público do Cabaret da Cecília é composto, majoritariamente, por homens gays de idades diversas. O que faz com que as performances Burlesque, apesar de o seu teor erótico, não sejam performadas ou assistidas com intuítos sexuais. O ponto central, então, se torna a estética presente na dança e a relação de aceitação da dançarina

<sup>6</sup> Se montar é o termo usado por DragQueens para o ato de se caracterizar como seu personagem, geralmente envolve usar perucas, se maquiar e usar enchementos que moldam o corpo à figura feminina.

Figura 5 – Andar subterrâneo, palco de atrações



Fonte: Cabaret da Cecília, 2019.

Figura 6 – Cartaz de divulgação do curso revolucionário de Rita Von Hunty

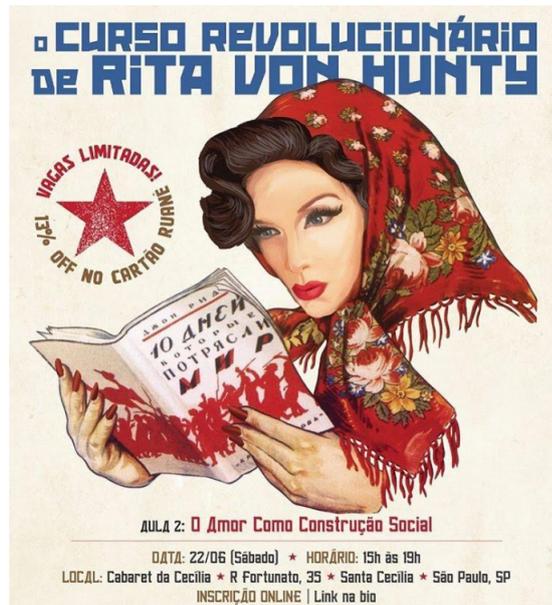


Fonte: Cabaret da Cecília, 2019.

com seu próprio corpo. Outro fator que corrobora essa teoria é a diversidade de tipos físicos das dançarinas que, na maior parte das vezes, se afastam dos padrões de beleza. Diferente de um recital de Ballet, em que há, perceptivamente, uma aura de sagrado ligada à dança, o Burlesque traz em si uma sensação oposta, mundana e jocosa. O próprio nome, Burlesque, tem origem na palavra latina burla, que significa zombar, ridicularizar.

Benjamin, em outro contexto, teorizou sobre a perda da “aura sagrada” das

Figura 7 – Cartaz de divulgação do curso revolucionário de Rita Von Hunty



Fonte: Cabaret da Cecília, 2019.

Figura 8 – Elsie Diamond, Cabaret da Cecília



Fonte: Cabaret da Cecília, 2019.

obras de artes e chegou à seguinte conclusão: “[...] no instante em que a escala da autenticidade não mais se aplica a produção da arte, então toda função social da arte transformou- -se radicalmente. No lugar de sua fundação no ritual, deve surgir sua fundação numa outra práxis, a saber: sua fundação na política.” (BENJAMIN, 1994, p.173). Traçando um paralelo entre as análises teóricas de Benjamin e a dança, podemos especular que, não contendo essa aura, o Burlesque busca fundação na práxis política, podendo atuar como arte ativista, carregando mensagens como “Todo corpo é belo”, “Qualquer um pode dançar”, “Qualquer um pode ser sensual”.

Figura 9 – Jelly Maciel, Cabaret da Cecília



Fonte: Cabaret da Cecília, 2019.

Outro tipo de apresentação constante no palco do Cabaret da Cecília são os shows de DragQueens. Drag (ou Dragqueen) vem do acrônimo em inglês para a frase “*Dress as girl*”, ou em português, vestido de garota. O termo foi cunhado no teatro quando, por conta da exclusão de mulheres na atuação, homens tinham que se vestir de mulheres para atuar em papéis femininos. Com o passar do tempo, a performance Drag foi adotada pelo público LGBT+ como meio de expressão e como uma forma de questionar os de gênero.

Figura 10 – DragQueen Verona Moon, Cabaret da Cecília



Fonte: Cabaret da Cecília, 2019.

A DragQueen Rita Von Hunty, em entrevista à revista Carta Capital, definiu Drag como um movimento artístico que traz à cena conceitos de performance de gênero, pois se vale de signos estigmatizados que a partir de uma performance são ressignificados. Então, por exemplo, salto, maquiagem, espartilho que são símbolos de destituição do conforto feminino em nome do “ser bela”, são ressignificados por meio da performance Drag e carregando uma nova mensagem.

A maioria das performances de *Dragqueens* envolve dublagem, mas essa arte performática também se vale da dança, do teatro e do canto para entreter. Além, obviamente, da construção conceitual presente no desenvolvimento do personagem (que recebe um nome diferente do nome do artista) e da criação da estética aplicada no figurino e na maquiagem.

Figura 11 – DragQueen Bee Xaphina, Cabaret da Cecília



Fonte: Cabaret da Cecília, 2019.

A população LGBT+ sempre foi sistematicamente excluída dos debates políticos e sociais, sem o poder para reivindicar direitos básicos. Essa população não era reconhecida como um interlocutor e foi por meio da expressão artística que eles conseguiram demarcar seu local de fala. Nesse contexto, se valendo das teorias de Ranciére, podemos afirmar que Drag é uma cena de dissenso. Essa linguagem artística se vale de Imagens que impactam e chocam, rompendo e provocando rupturas na unidade daquilo que é dado e na evidência do visível. Drag transforma o que é percebido de maneira fixa e imutável, pois atribui ao sexo masculino símbolos que são considerados exclusivamente femininos. Quando isso ocorre, se opõem dois mundos comuns, fazendo surgir sujeitos falantes que até então não eram considerados como interlocutores.

## 4 Ópera Rigoletto<sup>7</sup>

Sou uma jovem de classe média baixa que sempre viveu no grande ABC. Minha família nunca teve carro, então pouco me deslocuei para regiões mais distantes, como o centro de São Paulo. Mesmo existindo trens, ônibus e metrô, o acesso nunca foi fácil, pois além da distância cansativa havia o valor das passagens, o valor da alimentação, da atração, etc., então com minha família nunca tive um contato muito próximo com as artes visuais. Em minha casa sempre ouvimos muita música, então essa foi a arte com quem mais tive e ainda tenho contato.

Nunca fui uma pessoa que frequentava os lugares das artes consideradas “cultas”, como exposições, teatros, museus. Não por falta de dinheiro e disposição – apesar da distância para esses locais e a condição social não serem as mais favoráveis – mas principalmente por uma falta de interesse e de “pertencimento” aos lugares. Eu nunca entendi muito bem sobre esses conteúdos, nunca tive acesso na escola (estudei em escola pública estadual) e em casa também pouco se fala sobre, e assim eu sentia que se fosse a esses locais não iria entender o conceito, ia interpretar de uma forma totalmente errada, não iria aproveitar o conteúdo da maneira “correta”.

Depois que eu saí do ensino médio e ingressei no cursinho pude abrir minha mente para reconhecer que eu tenho o direito de ocupar esses locais que “não são pra mim”, o que incluiu a universidade pública. Dentro dos cursinhos populares que frequentei – MedEnsina, cursinho da medicina USP e a EPUFABC, cursinho da UFABC – ganhei um conhecimento maior sobre a vida de forma geral, não somente o vestibular e as matérias comuns.

Assim que ingressei na Universidade e tive acesso ao passe livre de ônibus, frequentei alguns lugares como o MASP, Japan House, Livraria Cultura, até mesmo a Sala São Paulo, mas nunca tive uma afinidade tão grande com esse segmento de arte. Em 2017, no meu primeiro ano na UFABC, tive contato com a bateria universitária e através dela pude conhecer a Mocidade Unida da Mooca, uma escola de samba onde toco atualmente. Dentro dessa escola, pude obter um contato mais direto e prático com as artes musicais, além de conhecer mais sobre Samba, Carnaval, etc.

Um amigo que trabalha na Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo ocasionalmente ganha alguns convites para eventos culturais. Um desses convites cortesia foi para uma prestigiada ópera que aconteceria no Teatro Municipal de São Paulo, localizado no centro velho da cidade. Meu amigo, talvez por falta de amigos que genuinamente se interessassem por ópera, me fez o convite para assistir com ele, totalmente gratuito. Confesso que não estava tão empolgada, mas quando pesquisei o evento e vi que os ingressos estavam quase esgotados, além de ser uma ópera famosa e com vários dias de exibição, fiquei mais curiosa, e a gratuidade do evento e oportunidade de ver um amigo que não via há algum tempo também foram incentivos.

Rigoletto é uma ópera em três atos de Giuseppe Verdi, inspirada em uma peça de Victor Hugo, a ópera faz parte de uma trilogia romântica de Verdi. Estreou em Veneza em março de 1851 e cinco anos depois foi montada no Rio de Janeiro, e em 1876 em São Paulo. A ópera também foi escolhida para celebrar o centenário do Teatro Municipal de São Paulo, em 2011, e nesse mesmo local já foi exibida 41 vezes.

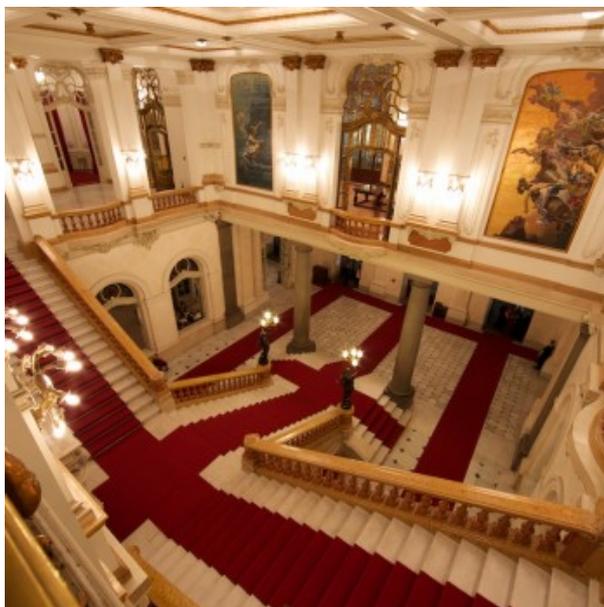
<sup>7</sup> Relato da visita de Julia Souza Reis no Teatro Municipal para assistir a ópera Rigoletto, no dia 24 de julho de 2019. Júlia é aluna do Bacharelado em Ciência e Humanidades e do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC.

A peça de inspiração foi motivo de polêmicas e censuras por parte da Monarquia francesa, o que fez com que Verdi alterasse elementos da peça, como o nome de alguns personagens; o local da ação, que ao invés da França se passaria na Itália; o Rei, que foi substituído por um Duque; e o título que foi alterado algumas vezes. A partir dessa relação entre arte e política, é possível lembrar-se do texto de Mesquita: “o significado de uma obra não reside em si mesma, mas é formado através de sua relação com o exterior, contribuindo para agenciar discussões e polêmicas de ordem social, cultural e de poder” (MESQUITA, 2008, p. 101).

A ópera reúne e mistura temas como assédio, vingança, poder e maldição, com um enredo que se passa no século XVI e trata da vida libertina de um duque de Mântua, na Itália, que tem como companheiro o bobo da corte “Rigoletto”, um corcunda sarcástico e sem papas na língua. A filha de Rigoletto, Gilda, esta proibida de sair de casa pelo pai, tendo permissão apenas para ir à missa. Em uma dessas idas à missa, Gilda conhece o Duque, que mente sobre a sua identidade. Os homens da corte para se vingarem do bobo sequestram a pobre filha, dando início a uma trama cheia de surpresas e tragédias. Além de ser por si só uma obra aclamada, Rigoletto também conta com um elenco de renomados e experientes cantores líricos nacionais e internacionais, diretores e maestro.

Ao chegar no Theatro, a fachada impressiona. Iluminada, com uma estrutura antiga, porém conservada e bonita. Mesmo já tendo passado em frente algumas vezes, quando vamos até o lugar com o objetivo de entrar, nossa visão muda. Ao adentrar no espaço, me impressiono ainda mais. Um interior totalmente de mármore, com lustres, pinturas e um tapete vermelho enorme que vai da entrada até as escadas. As cores neutras e em tons quentes dão um ar de “nobreza” ao ambiente.

Figura 12 – Hall do Theatro Municipal de São Paulo



Fonte: Ricardo Kleine

No interior do teatro, havia uma grande quantidade de pessoas. A faixa etária predominante era de adultos acima de 40 anos, porém também era possível encontrar jovens e crianças. Ao receber o convite para assistir à ópera, de imediato pensei sobre

a roupa que usaria. Não frequento teatros, principalmente o famoso Municipal, muito menos óperas de renome, então optei por ir com um traje “esporte fino”, para que não fosse tão “normal”, nem tão “extravagante”. As pessoas mais velhas se vestiam de trajes que iam de social até de “gala”, com mulheres vestindo roupas que mesmo para pessoas leigas como eu era possível perceber de marcas da alta costura. Anexo ao hall de entrada existe um restaurante que serve drinks e alimentos. Havia pessoas bebendo cerveja, vinho e champanhes. Não me atrevi a olhar os valores, mas acredito que não eram acessíveis.

Andei pelos corredores com um pouco de pressa, pois a ópera começaria em alguns minutos, mas tudo me deslumbrou. O mármore, a “solidez” e grandiosidade da arquitetura encheram meus olhos, os detalhes em “ouro” (ou apenas tinta dourada), os quadros com pinturas em cores vivas, as portas, as pilastras e colunas, os espelhos, etc. Quando entrei na sala, continuei impressionada com o tamanho, pois de fora não é possível perceber que a sala é tão grande. O palco e o órgão são imensos, as cadeiras pequenas, mas confortáveis, e seguranças na frente de cada porta.

No início da peça, me impressionei com o cenário tão perfeito e rico em detalhes: realmente parecia estar no local representado. As roupas com muito pano, características da época, eram muito bonitas. A ópera é como se fosse um “musical” de cantos líricos. Ela é cantada em italiano, o que dificulta bastante o entendimento, apesar de ser uma língua de origem latina como o português, mas acima do palco havia uma tela eletrônica com a tradução simultânea em português.

Figura 13 – Cenário da ópera “Rigoletto”, assinado por Nicolás Boni



Fonte: autores

A presença da tecnologia me lembrou do texto da Domingues: “Novas espécies de imagens, de sons, de formas geradas por tecnologias eletrônicas interativas e seus dispositivos de acesso permitem um contato direto com a obra” (DOMINGUES, 2003, p.5). Apesar da visualização não ser das melhores – era necessário olhar pra cima e desviar o foco do palco – e a atuação ser bem explícita quanto ao enredo, ter os diálogos traduzidos ajudou muito para a compreensão da trama.

Figura 14 – Desenho de um dos cenários projetados por Nicolás Boni para a ópera Rigoletto



Fonte: autores

Durante o III Ato, em uma das cenas mais dramáticas, é possível reconhecer uma música, uma das mais famosas do mundo da ópera. “La Donna È Mobile” é uma *ária* que até os mais ignorantes sobre os cantos líricos podem se recordar de já tê-la ouvido alguma vez na vida, principalmente na voz de Luciano Pavarotti, um dos maiores cantores de ópera que inclusive já interpretou Rigoletto. Para mim, esse foi um dos melhores momentos, pois ao reconhecer a música pude ter um maior sentimento de pertencimento ao local e à obra.

Foi uma experiência única e surpreendente para mim. Confesso que fiquei receosa sobre me sentir insegura e deslocada no local, mas ao conseguir entender a obra e reconhecer alguns elementos dela, me senti mais confortável. Estou ansiosa para estar ali novamente.

Uma das coisas que notei foi a pequena presença de pessoas negras no Teatro, tanto no elenco, como na plateia. A maior parte das pessoas negras eram funcionários. Infelizmente, óperas são elitizadas, sendo apenas uma sorte do destino eu poder frequentar esse espaço. André Luiz Mesquita escreveu: “a arte não está fora das situações sociais que a cerca e seu público não é universal e autônomo, mas formado por sujeitos privilegiados de classe e de raça.” (2008, p. 100).

## 5 Mega Caf (Campinas Anime Fest)<sup>8</sup>

No domingo 18 de agosto de 2019, tive a oportunidade de ir pela primeira vez no Mega CAF, que é a versão expandida do evento de anime e cultura japonesa “Cam-

<sup>8</sup> Relato da visita de Gabriel Fernandes da Cunha. Gabriel é Graduando do Bacharelado em Ciência e Humanidades e do Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC; pesquisador bolsista de Iniciação Científica PIBIC e membro do Grupo de Estudos 3PAC/CNPq (Política, Políticas Públicas e Ação Coletiva).

pinas Anime Fest”. O evento sempre traz personalidades/pessoas importantes para a comunidade geek, como jogadores importantes do cenário de e-sports, dubladores, cosplayers famosos, entre outros. Tudo aqui se une, já que não se encontram somente produtos japoneses, mas também comércios das mais diversas marcas (de alimentos, videogames, vestuário) e pessoas das mais diversas tribos. Para chegar até o local do evento, que foi realizado no Liceu Nossa Senhora Auxiliadora Baronesa Geraldo de Resende, em Campinas/SP, precisei pegar o trem em Santo André, o Metrô no Brás, um ônibus no Terminal Rodoviário do Tietê e um uber da Rodoviária de Campinas para o Liceu. Fui acompanhado de dois amigos da infância que já tinham frequentado eventos como este.

A principal motivação que me fez querer ir no CAF foi o desejo de conseguir participar da comunidade *geek* de maneira mais ativa. Eu sempre me considerei parte dessa tribo, sempre preferi os quadrinhos, videogames e animes aos momentos de esporte, descontração e lazer que outros grupos escolhiam. Durante todo o ensino fundamental eu sofri muito bullying, devido a vários motivos: por ser gordinho, por sempre um bom aluno, mas também por ser “nerd” e gostar de coisas que os “funkeiros descolados” achavam patéticas e dignas de um perdedor. Eu só fui agora por que não é nada barato arcar com todos os custos dessa experiência, são gastos altos com transporte, alimentação e consumo no evento, sem contar o preço do ingresso. Como agora estou um pouco melhor financeiramente (mesmo com os cortes fatais nas bolsas socioeconômicas e de pesquisa), me dei o presente de realizar esse sonho da infância. Com meus dois amigos durante toda nossa infância/adolescência sonhávamos em partilhar um dia juntos num evento de anime. Passamos noites inteiras em claro jogando Playstation, ou algum outro jogo no computador, pensando nisso e até pensamos em fazer um cosplay conjunto, de personagens de um jogo chamado Hotline Miami que jogávamos nas tardes ensolaradas de verão, que tem uma temática *CyberPunk* dos anos 80.

O espaço é em uma escola bem tradicional de Campinas, fundada em 1897 pelo primeiro Bispo da Cidade de Campinas com o objetivo de abrigar os órfãos e sobreviventes da epidemia de febre amarela que assolava a cidade naquele período. Com o passar dos anos, o espaço foi se consolidando como uma escola cristã que procura formar através da ética e da moral, produzindo “bons cristãos e cidadãos”. Eu não sei se o lugar foi escolhido para sediar o evento por acaso ou por um alinhamento de valores, uma vez que eu observo que a comunidade *geek* é permeada por muitos preconceitos e conservadorismo (discriminam as pessoas LGBT’s, mulheres, negros) mas, ao mesmo tempo, aponta o dedo alegando ser segregada na sociedade.

A estrutura do Liceu é bem grande, mas quem acessava o evento só podia permanecer num pátio gigante, com um espaço verde (algumas árvores e um extenso gramado), um palco onde acontecem apresentações diversas como os campeonatos de *k-pop*, *cosplay*, entre outros, e uma área coberta, com bancos e corredores longuíssimos onde ficam os inúmeros vendedores. A presença do mercado aqui é bem voraz, pois o público que frequenta é composto por adolescentes e adultos de classe média, já que o ingresso de 50 reais não permite que pessoas da periferia possam pagar. Estão presentes empresas de grande porte como a *Ubisoft* (com a barraca do *Just Dance 2020*, fazendo um mini campeonato para os *geeks* dançarinos), *Sony*, *Microsoft*, *EA Games* e pequenos comerciantes que vendem de tudo: camisetas temáticas, agasalhos, gorros de personagem, pelúcias, *cards*, jogos de tabuleiro e muito mais. Tem também a loja de mangás (quadrinhos japoneses) de uma grande editora, a única autorizada

a vender esse produto no evento, tornando a coisa bem monopolística e, por fim, os comerciantes de alimentos que vendem comidas japonesas, pastel, coxinha, sucos e Mupy (um tipo de iogurte feito pela empresa Agronippo, de descendentes de japoneses). Geralmente esses vendedores representam algum grupo ou associação, sendo o evento uma maneira para arrecadar fundos.

Como mencionei anteriormente, não se pode fazer nada sem dinheiro. O evento dura horas, então a alimentação se torna mais um gasto obrigatório, já que não se pode entrar com alimentos, pois existe uma revista rigorosa na entrada. Os comércios em geral são muito barulhentos, é como estar em uma feira onde quem vende sempre está gritando para promover seus produtos.

Fiquei incomodado com a forte presença de símbolos religiosos, já que o ideal para esse tipo de situação é promover um espaço totalmente laico, porque são milhares de pessoas que vão e algumas podem se sentir constrangidas.

As pessoas que frequentam são demasiadamente diferentes entre si: crianças, pai/mãe, adultos, adolescentes e idosos. Quem está ali busca aceitação, se sentir pertencer a uma tribo que importa; a grande maioria são adolescentes que devem estar passando agora pelo que eu passava alguns anos atrás durante o ensino fundamental, aquele sentimento de segregação e solidão. Nesses breves momentos de evento se torna possível se sentir parte de algo. Também não acredito que participar ou gostar de tudo o que essa cultura envolve seja coisa de crianças, muito pelo contrário, tem muito adultos que participam ou que ganham muito dinheiro com disso.

Havia algumas tribos que consegui reconhecer: os *otakus/otomes* (são as pessoas que gostam de animes, desenhos japoneses, quadrinhos, tudo o que tem a ver com a cultura pop do Japão), os *cosplayers* (que são os que se vestem como personagens das animações, quadrinhos e jogos, tanto japoneses quanto não japoneses), os roquistas (é um termo que eu uso no meu círculo de amigos para nomear aqueles jovens adolescentes que estão entrando agora em contato com a música - e nesse meio *geek*, o rock geralmente é o primeiro gênero musical em que se é inserido, pois é um gênero “dahora”, em contrapartida com a música pop, que é banalizada). Todas as pessoas não necessariamente participam somente do seu grupo, muitas vezes são participantes de mais de uma dessas subtribos.

Os *otakus* são aquele estereótipo de adolescente (mas não somente) que gosta de coisas japonesas, munidos geralmente de sua camiseta de personagem dos gorros temáticos (muito vendidos aqui) são os que mais se emocionam com tudo isso, talvez por ser a primeira vez que podem ir desacompanhados dos pais e viver sua fantasia nesse local de capitalismo feroz que é o evento de anime. São bastante atraídos pelos convidados especiais, pois são o público principal que consome seus produtos. Dentre esses convidados, destaco: a dubladora da Cinderela (Natali Pazete), Tixinha (comentarista oficial e *streamer* de *League of Legends*), Mylon (jogador profissional de *League of Legends*), entre outros. Acredito que esses adolescentes são o grupo mais carente, é muito comum vê-los eles carregando plaquinhas com a escrita “abraços/beijo grátis” por aí, não por achar que alguém esteja precisando de um abraço, mas por ser uma oportunidade de serem aceitos ou conseguirem um beijo no festival.

Os *cosplayers* são aqueles que se vestem de personagens para performar e andar por aí como eles. Acredito que esta seja a forma de arte mais autêntica nos eventos como esse, pois é o uso do recurso constante da atuação - não é só o exterior, a roupa, mas conseguir absorver as práticas, à personalidade e o ser do personagem

em si, é como um teatro ambulante. Existem claras distinções entre quem faz isso: existem os amadores, no geral adolescentes, mais perceptíveis pela falta de recursos para confeccionar melhor suas roupas - os profissionais, adultos que competem por prêmios nos mais diferentes eventos de temática japonesa/geek (para o CAF, foi feita uma seleção prévia para a competição de *cosplay*, então só os mais profissionais podiam participar) - e existem também os *sword fighters*, que são *cosplayers* especiais, que se vestem somente com roupas medieval e não incorporam nenhum personagem específico, enquanto o objetivo deles é se atacar no meio do gramado munidos de suas espadas, escudos e armaduras, simulando as cruzadas - visto que no meio *geek* existe uma grande exaltação do medievo por causa da idealização dos cavaleiros, princesas, dragões e fantasia.

Na minha opinião, os *otakus* e os *cosplayers* são os que mais representam uma tentativa de partilha do sensível para o evento em si. Eles tentam das mais diversas formas mostrar que estão ali, que suas vozes precisam ser ouvidas, que suas visões de mundo precisam ser incorporadas a algo maior, porém receio que não conseguem inserir essas percepções do sensível na comunidade em geral, se inserir no debate da cultura pop, ou serem respeitados como admiradores de um tipo de arte, fazendo com que suas contribuições fiquem sendo reproduzidas somente entre si. Não existe aqui, como Rancière aponta, a força de quebrar as barreiras e estruturas que segregam, condicionando-os a permanecer como pessoas sem voz no cenário artístico. O mais difícil é conseguir passar a mensagem que essas formas artísticas - tanto a animação, mangá e *cosplay* - não são coisas de crianças, são tão dignas quanto outras expressões artísticas.

O último grupo de pessoas que eu observei foram os *rockistas*, que são geralmente os adolescentes que estão tendo o primeiro contato musical nesse período da vida e que evoluem para os *roqueiros* - também presentes no evento. A vestimenta aqui é aquele *look* pretinho básico da cabeça aos pés: camisetas de bandas (*Metallica*, *Slipknot*, *Guns and Roses*, *Bon Jovi*, *Nirvana*, *System of a Down*, entre outras), pulseiras de espinhos, munhequeiras, bandanas, lápis preto no olho, calça preta e tênis da marca *All star*. O sentimento grupal aqui é bem forte, eles interagem mais entre si, são um pouco mais velhos que a maioria dos *otakus*, então para se divertir preferem fazer outras coisas, como juntar seus grupos para bater papo no gramado e não tanto ficar perambulando entre as programações do evento. Eles, diferentemente dos outros, não parecem buscar a aceitação de ninguém, são mais seguros e parecem aceitar melhor sua identidade.

Sobre as obras de arte que acontecem posso destacar: os cosplays, os grupos de dançarinos de k-pop, os mangás (diferentes traços de desenho japonês) e o *taikô*. Os grupos de k-pop estão cada vez mais presentes no cenário da cultura asiática e também no nível global, pois a indústria cultural coreana invade cada vez mais lugares e o CAF não tem escapado disso.

A última expressão artística que presenciei aqui foi o *taikô*, que é uma arte musical japonesa que utiliza tambores para criar performances rítmicas bem interessantes. Deu para observar que os instrutores são muito rígidos com os jovens e crianças que se apresentaram - a perfeição das batidas com o *timing* bem marcado, com certeza, exigiu muito esforço e dedicação para ser aprimorado.

Enquanto eu observava todas estas diferentes tipos de artes e os diferentes estilos das pessoas que frequentam o lugar lembrei da discussão de Benjamin, uma

vez que nada possuía aura própria, a questão do sagrado, da unicidade da arte, da capacidade do artista em criar algo totalmente original se perdeu com os tempos. Agora a única coisa que resta são as manifestações massificadas: são os estilos das pessoas produzidos por influência do capitalismo e a evolução dos mercados (como os *otakus* e *rockeiros*), as diferentes formas de mercantilizar os quadrinhos (histórias de entretenimento de massa - vide os "Vingadores" por exemplo, olhando para um paradigma ocidental) - tudo isso se configura como modos de controle de populações, não existem identidades que sejam únicas, especiais. Enfim, tudo ali é um pouco superficial, efêmero e sem muito conteúdo, o "sagrado" se perdeu há muito tempo.

Eu fiquei muito contente de participar do evento, já que era um sonho de criança. Pude ter contato com pessoas diferentes, olhar os cosplayers dos personagens que eu gosto e até mesmo imaginar de me vestir de alguma coisa no futuro - ali eu sabia que não seria discriminado pelas coisas que eu gosto, estava em casa, na minha antiga tribo que ainda faz parte de mim. Era como se, naquele espaço, nossa visão de mundo fosse a norma e que os vindos de fora é que deviam lutar para ter sua voz ouvida; é bem aquele sentimento de pertencer a algo que, pelo menos, no evento é valorizado, eu tinha voz no meio dos meus. Acho que a coisa que observei mais decepcionante foi a presença extrema do mercado (de todos os tipos) - mesmo que no fundo eu sabia que seria assim, é muito triste ver que tudo precisa ser pago, já não basta a entrada caríssima. Se eu pensar nos adolescentes que juntam seus poucos rendimentos para vir e nem tem o que comer, a tristeza bate mais forte, porque poderia ser eu se tivesse vindo alguns anos atrás.

Pensando racionalmente percebo que nada ali é puro, nada é aura, são artes de entretenimento vazias se consideramos o estilo das pessoas como formas de expressão artística, pois são literalmente produtos da indústria cultural capitalista de massa. Outro elemento para a análise é pensar na "idolatria/adoração" de itens culturais produzidos no exterior - eu sei que aqui no Brasil nós também fazemos uma idolatria dos ícones artísticos americanos e europeus, mas creio que às vezes esses jovens rejeitam tudo o que vem de dentro (odeiam o MPB, o funk e os ritmos e símbolos do Brasil), para amar e colocar num pedestal essas referências orientais que talvez não façam sentido no nosso cotidiano. O que mais me impressionou também é a maneira como os organizadores deste grande evento atraem pessoas através dos meios de comunicação, da tecnologia e das mídias para fazer o evento *bombar*. Não aconteceu aqui o que a Diana Domingues previa, uma humanização da tecnologia pela arte, mas sim uma mercantilização das tecnologias, atrações e eventos na vida real, que só podem ocorrer graças aos avanços da técnica que liga todas as pessoas numa mesma rede - nada dentro da rede ou durante o evento possibilitou uma construção em conjunto de expressões artísticas e participativas (a tecnologia mais presente no evento eram as barracas de videogame).

## 6 Bjork digital: Uma experiência entre arte e tecnologia<sup>9</sup>

A evolução da tecnologia acompanha a história da arte desde os primórdios. Entre a técnica e a reprodução, a arte sempre procurou adotar os meios necessários e disponíveis. Computadores, internet, o avanço da nano e biotecnologia, já ultrapas-

<sup>9</sup> Relato da visita de Paula Rafaela Ferreira Barbosa na exposição digital de Bjork no MIS, em 9 de agosto de 2019. Paula Rafaela é graduada em Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do ABC e aluna do curso de Políticas Públicas da mesma Universidade

saram os limites do laboratório e se tornaram parte do cotidiano. Essa incorporação da tecnologia à vida impôs novas realidades: desde o aumento da expectativa de vida, incremento da produtividade até novos modos de relacionar-se, pensar o mundo e produzir práticas artísticas inovadoras e criativas. Essas características puderam ser exploradas, a partir da análise de uma experiência de visita a exposição “Björk Digital”.

A exposição ocorreu entre os dias 18 de julho a 18 de agosto, no Museu de Imagem e Som (MIS). Localizado no Jardim Europa, bairro nobre da zona oeste da cidade de São Paulo, com casas e lojas grandes, cercadas e rodeadas de câmeras já indicariam o público que frequenta o local. O Museu, bem isolado, possui um restaurante, uma loja para venda de livros, discos e camisetas, e outras exposições. Ao chegar, foi possível encontrar grupos de pessoas de idades variadas - desde crianças, adolescentes e adultos, brasileiros e estrangeiros e em sua grande maioria brancos.

Além do local afastado - foram necessárias duas conduções para chegar ao local, saindo do centro da cidade - o valor do ingresso pode limitar ainda mais o acesso à exposição. Por trinta reais, ou metade do valor para estudantes, a pessoa tem acesso durante 90 minutos. Embora às terças-feiras o ingresso seja gratuito, pelo sucesso da exposição até nos dias pagos houve esgotamento de ingressos.

Enquanto alguns pesquisadores defendam que a arte tecnológica não está mais a serviço das camadas dominantes e que seu acesso ficou mais democrático, espaços como este evidenciam que seu acesso ainda é restrito à população mais abastada. Inclusive, embora haja relação entre o uso de tecnologias e democratização do acesso à informação, vemos nesse caso um exemplo de uma exposição em realidade virtual produzida internacionalmente, exposta num bairro nobre da capital paulista, isolado, que limita seu acesso. Isso provoca outras indagações: quais as produções artísticas digitais estão sendo realizadas no Brasil? Por quais artistas? A tecnologia chega nas mãos dos artistas, ou está disponível apenas para indústria e o mercado? Quem consome essa arte?

A grande demanda de ingressos pode ser explicada pela proposta de realidade virtual e de elementos audiovisuais de interação. O uso de óculos de realidade virtual e controles de interação foi um convite para uma experiência completamente inédita para mim. Conhecer a cantora e suas músicas não se mostrou um pré-requisito necessário para fruir a experiência.

Ao fazer o *check-in*, o público é orientado a guardar todos seus pertences nos armários do museu. Fotografias e vídeos são proibidos, a pedido da artista, da produção e em respeito à própria experiência. Essa orientação é crucial para aproveitar cada minuto da experiência.

Björk é uma multiartista de 53 anos. Suas músicas misturam batidas de diversos gêneros e estilos musicais. Além de cantora e compositora, ela também atuou em diversos filmes. Performática, a artista se destaca por utilizar em suas obras uma espécie de pós-tecnologia digital, transcendendo o corpo e o clichê. A exposição é um exemplo prático dessa sua característica.

A experiência ocupa dois andares do MIS. O primeiro é dividido em cinco espaços com visita guiada e uso de óculos de realidade virtual que acompanhará seis faixas do álbum *Vulnicura* (em português, “cura de feridas”), feito após o término do casamento de 13 anos da cantora. No segundo andar, o visitante pode ter um acesso mais livre, em uma área educativa e uma sala de exposição de outros clipes da artista.

Todos os cliques são assistidos em realidade virtual, num espectro de 360°.

Ao chegar na primeira sala, o grupo é orientado a colocar os óculos e fones de ouvido e se sentarem num banco rotatório. A primeira imagem exposta nos óculos é o videoclipe da música Stonemilker. Nele a cantora aparece nas areias escuras de uma praia vestida de amarelo e canta diretamente para o espectador deixando explícito o principal tema da obra: a ferida aberta em seu peito após o fim de seu casamento.

No segundo espaço, o público ainda com os óculos de realidade virtual entra no clipe de Black Lake, composta quatro meses depois da separação, onde a artista faz sua performance numa caverna escura e com goteiras. Nesse momento, já é possível perceber que o relacionamento acabou e que a irlandesa sofre. A aproximação do espaço do clipe com o espectador produz uma sensação de realidade. A artista é projetada em uma intensidade que parece que ela está a poucos centímetros de distância. Além disso, o envolvimento tridimensional traz ao público uma intimidade e a sensação de pertencer à obra. Essa situação é bastante explorada por Domingues (1997), ao considerar que a “arte tecnológica está explorando uma outra natureza onde o corpo humano e os sistemas artificiais estão numa estreita simbiose do tecnológico/artificial/natural interfaceado ao físico/real e virtual/digital”.

Na terceira sala, o público assiste dois cliques da cantora: Mouth Mantra e Quicksand. No primeiro, a experiência é feita dentro da boca da artista e faz referência ao problema nas cordas vocais que levou a cantora a realizar uma cirurgia. O seu sofrimento é literalmente explicado pela incapacidade da cantora em cantar e se sentir ouvida. O público por estar imerso na realidade virtual, tem a sensação de estar na boca da cantora. O segundo clipe passa logo em sequência e mostra uma apresentação ao vivo da cantora em Tóquio, trazendo a cantora dançando ao redor do espectador com elementos gráficos e visuais muito intensos.

Na última sala do primeiro andar o grupo é dividido em duplas e levado a uma pequena sala escura; todos estão munidos de óculos e fones de ouvido. O que diferencia essa experiência é a presença de um controle remoto onde o espectador ao apertar um botão vê seu braço projetado na imagem, podendo interagir com a imagem da cantora e tentar ajudá-la a curar sua ferida no peito, a ferida em formato de vulva é a maior representação do processo de renascimento, reconexão da cantora consigo mesma e da cura. Nesse momento, Björk se mostra em processo de recuperação, evoluindo para forma de mariposa. É bem visível nesse momento o distanciamento da melancolia e da escuridão, onde a interação com o espectador é muito mais dinâmica e dançante.

Desta forma no primeiro andar da exposição é visível o uso da tecnologia na performance da arte, o que Domingues (1997) nomeia como “corpos tecnológicos, amplificados na sua totalidade física e psicológica, onde comandam ou são comandados por dispositivos de interação”.

No segundo andar já não há mais realidade virtual. Na primeira sala, chamada de Biophilia, o visitante tem acesso a um tablet com um aplicativo criado pela própria artista em parceria com diversos cientistas. É o primeiro álbum-aplicativo e nele é possível criar e interagir com as músicas - expressas numa constelação:

Ao tocar nas estrelas, que são as canções, o usuário é redirecionado a uma constelação, em que poderá ter experiências diversas que combinam a interface 3D da galáxia com arte, música, jogo, interatividade, criatividade, tecnologia, animação, notação musical,

karaokê, entretenimento, produção musical etc. Trata-se de artefatos que unem a produção alternativa às convencionais do mercado e representam um modo inovador de se produzir e consumir música em um ambiente completamente tecnológico e midiático, de aprendizado e entretenimento, ao explorar recursos multimídia com as tecnologias móveis e interativas da contemporaneidade. (TRASFERETTI, 2017)

Na última sala há uma representação da arte mais tradicional: o cinema. Numa tela simples e em uma sala escura há uma apresentação de 32 clipes da cantora, apresentados durante duas horas em looping, convidando o público a se aconchegar nos pufs espalhados e assisti-los quanto quiser.

É bem visível aqui a distinção entre uma exposição tradicional a que foi relatada aqui. Além dos elementos eletrônicos, visuais e tridimensionais incorporados à arte, a interação se coloca como ápice da experiência. Mas, além disso, a ruptura com o tradicional vai além do processo criativo e da forma de expressão: os museus e galerias também tiveram que se reinventar para receber esse novo tipo de exposição. A arte manifesta o imaginário da sua época (LEMOS, 1997). A arte contemporânea expressa as infinitas possibilidades do uso da tecnologia, das mídias digitais e dos canais de comunicação. No caso da experiência relatada acima, foi possível perceber que tecnologia renovou a maneira de se fazer arte: a interatividade, a conexão e comunicação, deixam de lado a mera contemplação estática para uma vivência pautada na imersão.

A instalação da exposição é a materialização da evolução da tecnologia digital e da cultura midiática, no século XXI. O desenvolvimento da tecnologia revolucionou o mercado da indústria, principalmente na área fonográfica e no processo de produção (TRASFERETTI, 2017). As inovações tecnológicas trouxeram diversas mudanças na indústria cultural, ao gerar por meio da cibercultura alterações na fronteira entre artista, produto, obra e público. Domingues (2003) deixa isso explícito em seu texto, ao considerar de maneira otimista a incorporação da tecnologia na arte e sua relação direta com a vida. Ela defende que a difusão das tecnologias irrompeu no cenário das últimas décadas do século XX, onde as antigas técnicas tradicionais como a pintura e o desenho perderam espaço unido a os conceitos de arte como mercadoria, fundada no belo, na individualidade e subjetividade, para dar lugar a novas formas de produção artísticas condicionadas pela tecnologia onde os artistas não estariam mais limitados à sua produção individual, mas seriam conscientes de seu papel transformador na sociedade.

Na exposição da artista islandesa é visível que há uma grande aproximação com o público e uma preocupação de fato em trazer a comunicação e a interação entre obra e espectador. No entanto, isso não afasta a artista das relações de mercado. A obra de arte ainda está condicionada a um processo de venda e de curadoria e sua visibilidade apenas ganha representatividade ao estar inserida nesse meio. Conforme defende Trasferetti (2012), as tecnologias se tornaram uma necessidade contemporânea, para que os artistas, produtores e gravadoras a utilizem como uma alternativa para se manter e conquistar o mercado. Além disso, pode-se perceber o caráter de reprodutibilidade da obra, que para Benjamin reforçaria o caráter mercadológico das obras, superando a unicidade dos objetos e destruindo a aura da obra. Embora ele tenha razão no que se refere à tendência do mercado, podemos falar que neste caso a aura é recriada ou ainda, incorporada, através da tecnologia, onde o conceito e a essência da obra é a sua própria capacidade de se conectar e interagir com seu público,

no caso dessa artista, de forma original.

A arte nesse caso não é um produto individual, de um autor solitário, mas sim um trabalho conjunto de informáticos, engenheiros, matemáticos, técnicos e também a das máquinas. Deixando de ser apenas uma expressão do artista e um elemento de mera contemplação para o público, é um evento comunicacional de interação e relação (DOMINGUES, 1997).

## Referências bibliográficas

ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CABARET da Cecília. Disponível em: <<https://www.instagram.com/cabaretdacecilia/>>. Acesso em: 08 de Agosto de 2019.

DELEUZE, G. *O que é o ato de criação?* Palestra de 1987, republicada em *O Belo autônomo: textos clássicos de estética*. Rodrigo Duarte (org.). Belo Horizonte: Autêntica; Crisálida, 2012.

DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Ufmg, 2011.

DOMINGUES, D. A Humanização das Tecnologias pela Arte. In: DOMINGUES, D. (Org.) *A Arte no Século XXI: a humanização das tecnologias*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

Folha de São Paulo. *'Rigoletto' leva trama de assédio, vingança e poder ao Theatro Municipal de SP*. 19 de julho de 2019.

Fundação Theatro Municipal de São Paulo. *Ópera Rigoletto estreia em julho no Theatro Municipal de São Paulo*. Disponível em: <<https://theatromunicipal.org.br/2019/06/07/operarigoletto-estrea-em-julho-no-theatro-municipal-de-sao-paulo>>. Acesso em: 10 de agosto 2019.

LEMOS, A. *Anjos interativos e retribalização do mundo*. Sobre interatividade e interfaces digitais, 1997. Disponível em: <<https://facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/interativo.pdf>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2019.

MACHADO, A. Tecnologia e arte contemporânea: como politizar o debate. *Revista de Estudos Sociais [En línea]*, 2005. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/revestudsoc/22781>>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

MENEZES, M. A. Cabarés: História e Memória. XXVII *Simpósio Nacional de História*. Natal, RN. 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1362017982\\_ARQUIVO\\_CABARES.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1362017982_ARQUIVO_CABARES.pdf)>. Acesso em: 08 de Agosto de 2019.

MESQUITA, A. L. *Insurgências poéticas*. Arte Ativista e Ação Coletiva (1990-200). Universidade de São Paulo, 2008.

MAY, R. *A coragem de criar*. 11 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

PUTTI, A. Um professor de política drag queen? Conheça Rita Von Hunty. *Carta Capital*,

2019.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo, SP: Exo Experimental, 2009.

*RESUMO* da Ópera. 31 – Verdi, o maior, 10 – Rigoletto, II Trovatore. Disponível em: <<http://resumodaoopera.blogspot.com/2009/11/verdi-o-maior-3.html>>. Acesso em: 10 de agosto 2019.

TOMMASI, L.. Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político. *Política Sociedade*, v. 12, 2012.

TOMMASI, L. *Juventude e Cultura*. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2017.

TRASFERETTI, Rodrigo. *Hibridismos e inovações tecnológicas na música: o álbum-aplicativo biophilia, de björk*. 2017. Tese (Doutorado) Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2017.

Disponível em: <[http://repositorio.uscs.edu.br/bitstream/123456789/1031/2/DISSERTA%  
c3%87%c3%83O%20-%20RODRIGO%20TRASFERETTI.pdf](http://repositorio.uscs.edu.br/bitstream/123456789/1031/2/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20-%20RODRIGO%20TRASFERETTI.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2019.

# O sofrimento nos períodos da grande indústria e do pós grande indústria

Lucas Mathias Ribeiro\*

## Resumo

Trata dos aspectos do trabalho nos contextos de Grande Indústria e de Pós-Grande Indústria, em específico, discute-se as diferentes formas de sofrimento impostas ao trabalhador, que vão de males físicos, como exaustão, condições insalubres, e acidentes de trabalho, até problemas mentais, que variam de transtornos mentais menores a depressão e suicídio. São abordados os malefícios da questão da uberização, da terceirização, e outras formas de flexibilização do trabalho trazidas por novas tecnologias e métodos gerenciais, que aumentam a incerteza do trabalhador quanto ao futuro, enfraquecem a solidariedade, e colocam uma nova aparência que mascara as relações de classe por meio de termos como “empreendedor de si”. As incertezas e a falta de solidariedade que são colocadas contribuem para o aumento das doenças mentais relacionadas ao trabalho, um problema invisibilizado que aflige boa parte dos trabalhadores intelectualizados no mundo do trabalho da pós grande indústria. **Palavras-chaves:** trabalho, depressão, suicídio, uberização, superexploração do trabalho.

## Abstract

Deals with work aspects in the context of Large Scale Industry and the Post-Large Scale Industry, specially the different forms of suffering imposed to the workers, ranging from physical ailments such as exhaustion, unhealthy conditions, and work-related accidents, to mental problems ranging from minor mental disorders to depression and suicide. An approach is taken on the harms of the issue of uberization, outsourcing, and other forms of labor flexibility brought about by new technologies and managerial methods, which increase the worker's uncertainty about the future, weaken solidarity, and put on a new appearance that masks relationships of class by means of terms like "self-entrepreneur". The uncertainties and the lack of solidarity that are put together contribute to the increase in mental illnesses related to work, an invisible problem that afflicts many of the intellectualized workers in the post-large scale industrial world. **Keywords:** work, depression, suicide, uberization, overexploitation of work.

---

\*Bacharelado em Ciências e Humanidades na UFABC - contato: lucasmathias22@hotmail.com

## Introdução

A superexploração do trabalho<sup>1</sup> e as condições precárias para sua realização são problemas que se observam no modo de produção capitalista e que têm causado sofrimento desde o seu surgimento. Diversos exemplos foram dados por Karl Marx em sua obra, *O Capital*, a respeito dos abusos desmedidos cometidos pela classe burguesa contra o proletário em meados do século XIX: crianças que possuíam jornadas de trabalho de 15 horas já aos 7 anos, taxas alarmantes de óbitos ocasionados por doenças pulmonares que acometiam os oleiros, empregados da manufatura de palitos de fósforo (muitos deles com menos de dez anos de idade) sendo acometidos por tétano, entre outros exemplos de notável morbidez. Além disso, havia também a adulteração de alimentos como o pão, que possuía “certa quantidade de suor humano, misturada com supurações de abscessos, teias de aranha, baratas mortas, e fermento podre alemão, além de alume, arenito e outros agradáveis ingredientes minerais” (MARX, 2017, p. 323).

Tais condições são colocadas pela classe burguesa a fim de expandir o máximo possível o trabalho excedente. A jornada de trabalho é estendida ao máximo, gerando mais-valia absoluta, enquanto que o barateamento da produção de alimentos e a precarização da vida geram a desvalorização real da força de trabalho e uma consequente mais-valia relativa<sup>2</sup>.

Muita coisa mudou na vida da população trabalhadora desde a revolução industrial, e da passagem dos períodos de grande indústria para o pós grande indústria, Marx dá o exemplo da conquista por parte dos trabalhadores de uma jornada normal de trabalho, fixada por lei; há o advento da democracia representativa; a conquista de um salário mínimo, e outros direitos trabalhistas existentes hoje. Mas se engana quem pensa que os ganhos políticos, o progresso técnico, e o avanço das tecnologias de informação e comunicação vieram para superar os períodos de sofrimento. Embora Guy Standing (2011) conjecture a respeito da emergência do “precariado” como nova classe, parece que a desorganização e a vulnerabilidade são elementos presentes na vida da classe trabalhadora desde o nascimento do capitalismo.

Em seu ensaio “Sobre as possibilidades econômicas de nossos netos”, de 1931, John Maynard Keynes especula sobre os impactos que o progresso tecnológico traria nos próximos cem anos, e prevê a inauguração de uma nova era para a Inglaterra na qual o problema econômico, isto é, a questão da subsistência, estará resolvido, podendo então o homem se ocupar do lazer. O autor meramente cita o fato de que alguns países irão sofrer por “não estarem na vanguarda do progresso”, o desemprego tecnológico e ganância se resolveriam por meio de fortes suposições que fogem do escopo deste ensaio. Além disso, ele repudia “o pessimismo dos revolucionários, que acham que as coisas são tão ruins que nada pode nos salvar exceto uma mudança violenta”.

<sup>1</sup> MARINI (1973) identifica três mecanismos que determinam a superexploração do trabalho: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário para que o trabalhador reponha sua força de trabalho (ou seja, a redução do consumo). Por meio de tais mecanismos é imposto ao trabalhador um dispêndio de força de trabalho acima do normal, junto de uma retirada do consumo que lhe é indispensável para manutenção de sua força, o que significa que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor, o que corresponde à superexploração.

<sup>2</sup> O mecanismo pelo qual se dá esta geração de mais-valia é descrito nas seções III, IV e V de Marx (2017)

Na década de 1980 ganhou força no universo acadêmico essa ideia de um capitalismo automatizado, que não necessitasse de trabalho humano para a produção das mercadorias. As mais diversas mudanças de aparências vividas no capitalismo levaram Keynes e os demais acadêmicos a imaginarem um futuro de superação do “problema econômico”. Observa-se, no entanto, que nesses países centrais onde a massa trabalhadora conquistou direitos, a maneira de explorar a força de trabalho se adequou às novas exigências, e o antigo método de superexploração da mão de obra foi exportado para o terceiro mundo.

O presente artigo tem como objetivo fazer, dentro de seu limitado espaço, uma discussão tanto a respeito destas novas formas de exploração no mundo do trabalho pós industrial, quanto a respeito o sofrimento daqueles que se encontram fora da assim chamada “vanguarda do progresso”. Para isso haverá uma primeira sessão na qual se falará a respeito de exemplos de sofrimentos mais contemporâneos causados pela superexploração na grande indústria, mostrando que, embora o foco aqui seja as novas formas de sofrimento, os males da grande indústria continuam atuais e não devem ser negligenciados, esta sessão será seguida de outra que compreenderá o foco deste trabalho, que é o sofrimento do trabalho dito “intelectualizado”, presente no pós grande indústria. Por último, haverá as Considerações Finais a respeito do tema.

## 1 Mazelas do trabalho na grande indústria

Para Marx (2017, cap.13), no período de grande indústria ocorre uma revolução do modo de produção que se dá através da transformação da ferramenta em máquina, essa transformação ocorre quando a ferramenta é transferida do homem para um mecanismo, este mecanismo, a máquina, se apropria do trabalho do homem, que passa a servir apenas como mera força motriz, e como vigia do trabalho da máquina (mudança definidora da Revolução Industrial). Estas novas máquinas se tornam meio de utilizar trabalhadores com menos força muscular, podendo transformar em trabalhadores todos os membros de uma família, essa absorção de toda a família desvaloriza o valor do trabalho, pois reparte entre seus membros um valor que antes deveria ser necessário para manutenção de toda uma família, e passa a ser o suficiente apenas para a manutenção de si.

Estas novas formas de produção colocadas pela Revolução Industrial foram sendo impostas, em diferentes datas, nos mais diversos países, por meio da divisão internacional do trabalho, e foram levando consigo a superexploração do trabalhador. Essa superexploração se dá por conta da necessidade crescente da burguesia de aumentar a massa de valor produzida no intuito de compensar a tendencial queda na taxa de lucro, e é mais frequentemente observada no terceiro mundo, cuja economia é primariamente exportadora e, portanto, vê a realização de sua produção ser efetuada no mercado externo. Estando separadas as esferas da circulação e da produção, a realização do produto passa a se dar independentemente do consumo individual dos trabalhadores nacionais, o que resulta, segundo Marini (1973, p. 14), em uma tendência de “explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha”. Ainda segundo Marini (1973, p. 4), a grande indústria moderna teria sua criação obstaculizada sem o papel desempenhado pelos países dependentes como fornecedores de matéria prima e produtos agrícolas, pois isto permite a especialização das sociedades centrais na atividade industrial e a redução do valor real da força de trabalho, permitindo que o aumento de produtividade

se tornasse taxas mais altas de mais-valia.

O desenvolvimento das relações de trabalho desde a Revolução Industrial tem sido ambíguo, de um lado os trabalhadores têm conquistado direitos, sobretudo nos países centrais do sistema capitalista, de outro a classe burguesa tem encontrado novas formas de realizar a superexploração do trabalho, por meio de novos métodos gerenciais e técnicos, ainda podendo se observar casos muito semelhantes aos descritos por Marx (2017, p.323). Ricardo Antunes (2018) dá exemplos disso: indústrias de tecidos com jornadas de doze horas em locais de trabalho degradantes na Índia; o trabalho feminino marcado pela opressão, demissões, condições sub-humanas e assédio na Coreia do Sul; o trabalho dos funcionários da Samsung sendo marcado pelos adoecimentos e contaminações; Minas de carvão chinesas onde o trabalho se dá sob altas temperaturas; além do modo de funcionamento do capitalismo das transnacionais neste país, que recebe empresas de terceirização de montagem de produtos eletrônicos. Só na Foxconn (empresa de terceirização de montagem que atende Apple, Nokia, entre outros) 17 jovens trabalhadores tentaram suicídio nos primeiros oito meses de 2010, tendo 13 conseguido (NGAI, CHAN, SELDEN, 2013), a produção de eletrônicos empregava nesse período 1,4 milhão de pessoas (ANTUNES, 2018), que trabalhavam mais de dez horas diárias por salários irrisórios.

Durante o período da Ditadura Militar a precariedade das condições de trabalho se acentuou no Brasil com a opressão de organizações de trabalhadores. Vendo os direitos trabalhistas como obstáculos ao progresso, o governo golpista acabou com o sistema de estabilidade do trabalho, o que gerou forte pressão salarial para baixo (por conta de passar a haver a possibilidade de demissões em massa), a perda do poder de compra fez com que, em 1974, o trabalhador tivesse que trabalhar mais que o dobro do tempo que era necessário, em 1959, para comprar a mesma quantidade básica de alimentos (DIEESE, 1979 apud ALVES, 2005); as idas ao banheiro eram controladas e a produtividade tinha de aumentar sempre, sem que isto tivesse alguma contrapartida de aumento dos salários. Segundo Silva (2015, p. 156):

De modo geral, a elevação da produtividade física do trabalhador brasileiro durante a ditadura militar não foi resultante apenas de investimentos em tecnologia mais avançada, mas, sobretudo, das mudanças nas relações de trabalho impostas pela coerção política, instabilidade, arrocho salarial, carestia e rotatividade da força de trabalho.

A terceirização no Brasil também é um elemento que tem levado à precarização e à intensificação da jornada de trabalho, associando-se a novas tecnologias e métodos gerenciais que buscam uma aceleração intensa da atividade laborativa, gerando sobrecarga de informações sobre o trabalhador; intensificação das atividades, pressão sobre o tempo e o ritmo de trabalho, altas exigências de mobilidade e flexibilidade, além da insegurança de manutenção do emprego, elementos que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (2012), são os principais causadores de estresse no ambiente de trabalho.

Toda essa pressão se torna possível porque a terceirização divide os trabalhadores, tornando mais difícil a sua organização sindical, desmantelando a resistência contra tais abusos (ANTUNES, 2011), o que levou ao aumento da prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, como as Lesões por Esforços Repetitivos (LER), também denominadas como Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT).

Segundo Alex Gomes, representante da comissão interna de prevenção de acidentes (Cipa), na fábrica da GM de São José dos Campos:

Esse aumento dessa pressão interna na fábrica, o trabalhador com medo de ser mandado embora, ele trabalha o tempo todo com esse pavor na cabeça, que é um clima de terror. A gente vive um clima constante de terror. Depois de 2011 só se agravou. O cara entra todo dia na fábrica achando que vai ser demitido. Isso tira a atenção dele na hora de fazer o trabalho, aumenta a incidência, isso gera um risco maior de acidente. (PRAUN, 2014, p. 72)

No campo, as relações de trabalho são marcadas por estarem à margem da lei, contando com contratação de mão de obra temporária, emprego de crianças e adolescentes, chegando ao caso de uso de mão de obra escrava (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001, p. 19). Além disso, em muitos setores a remuneração está atrelada à produção realizada, o que leva o trabalhador a exaurir suas energias buscando condições para a sobrevivência da própria família. Isto aumenta o lucro, o mais-valor, e também os acidentes, mutilações, e mortes no trabalho, tendo como caso emblemático o setor sucroalcooleiro no Brasil (ANTUNES, 2018).

Os ganhos de produtividade causados pelas novas formas gerenciais já citadas geram inúmeros trabalhadores excluídos do processo produtivo e desvalorização, um desemprego estrutural que barateia a mão de obra destes excluídos e que faz surgir o chamado “novo proletariado de serviços”, que contrasta com o tradicional proletariado de serviços (médicos e advogados) pela sua baixa qualificação: são os trabalhadores e trabalhadoras de *callcenters*, *telemarketings*, supermercados, empresas de *fastfood* etc.

Naturalmente, à medida que suas populações se especializam e a produção é mandada para outros países, a mão de obra desqualificada nacional se desvaloriza (o exército de reserva agora se apresenta como algo global), sendo assim, o Primeiro Mundo não fica de fora das observações a respeito da superexploração do trabalhador: a norte-americana Walmart remunera seus trabalhadores nos patamares mais baixos, explorando as populações já estigmatizadas no mundo do trabalho: mulheres, jovens, negros, e deficientes, com o objetivo de pagar salários reduzidos. Na França são dados exemplos da construção civil e da mineração, áreas de atuação perigosas e violentas. “Acidentes, contaminação, devastação do corpo produtivo, mortes, tudo isso ocorre na sociedade dos que imaginaram que as tecnologias da informação eliminariam o trabalho mutilador” (ANTUNES<sup>3</sup>, 2018, p. 20).

## 2 Mazelas do trabalho no pós grande indústria

A reestruturação do capital produtivo, iniciada na década de 70 por conta das novas tecnologias de informação e comunicação que foram desenvolvidas, por um lado acentuou a informalização do trabalho, expulsando do processo produtivo inúmeros trabalhadores, e possibilitando a posterior precarização; por outro lado, trouxe o “benefício” da intelectualização do trabalho (entre aspas pois é algo bastante questionável, já que, como se verá adiante, levou consequências psicossomáticas bastante negativas ao trabalhador).

<sup>3</sup> ANTUNES (2018, p. 20). vale ressaltar que o autor cita, no capítulo 1, documentários como Behemoth, de Zhao Liang; Consumed, de Richard Seymour; Machines, de Rahul Jain; Brumaire, de Joseph Gordillo; Factory Complex, de Im Heung-soon; What We Have Made, de Fanny Tondre; que tratam a respeito destas questões de superexploração nos diversos países

Com a crise estrutural que o capitalismo vivenciou em 2008, o processo de precarização do trabalho, iniciado na década de 70, passou por uma significativa expansão no mundo todo (ANTUNES, 2018 p. 55), o que resultou em uma explosão de revoltas sociais. Na Grécia ocorreu, na virada da década, diversas manifestações contra o receituário do Fundo Monetário Internacional e do Banco Central Europeu; em Portugal, manifestantes jovens e desempregados foram às ruas em 2011; o mesmo ocorreu com a juventude Espanhola, com a geração Ni-Ni, ni estudia, ni trabaja; nos Estados Unidos, há o movimento *Occupy Wall Street*, um movimento de protesto contra a desigualdade socioeconômica, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas - sobretudo do setor financeiro - nos rumos da sociedade.

Nos casos em que a superexploração não pode ser feita assim de maneira tão evidente quanto na grande indústria, ela se adequa utilizando estas novas tecnologias. A nova forma de contratação sem determinação de horas, por exemplo, na qual os trabalhadores podem ser convocados a qualquer momento, devendo estar sempre disponíveis, e recebendo apenas pelo trabalho realizado, passa a englobar médicos, enfermeiros e advogados; o uso de *Hackatons* e outros concursos semelhantes são também exemplos de exploração do trabalho que remuneram apenas pelo resultado gerado, tudo isso atinge profissões já mais qualificadas. Essa flexibilização do mercado de trabalho proporcionada pelas tecnologias de comunicação e informação gera, praticamente, uma forma de escravidão digital na qual há uma ampliação do trabalho morto, com a “internet das coisas” dominando o trabalho, o que chegou a ser definido pelo seu caso emblemático: *uberização*, e se disfarça em termos como “empreendedor” ou “burguês-de-si-mesmo” (ANTUNES, 2018 p. 34-37).

Sendo assim, a intelectualização do trabalho logo foi seguida de novas formas de geração de trabalho excedente (ANTUNES, 2018), a subsunção do trabalho ao mundo maquínico continua, sendo que a máquina-ferramenta foi apenas substituída pela máquina informacional-digital, e o sobretrabalho se dá em contextos de informalidade, terceirização, “corporativismo”, “empreendedorismo”, regimes de trabalho intermitente, e outros, gerando um universo de trabalho invisibilizado, *uberizado*, no qual a remuneração é incerta e os trabalhadores que se tornam sobressalentes continuam formando bolsões de excluídos que aumentam o medo do desemprego e permitem maior retração salarial dos que estão empregados, além de viabilizar um discurso que prega o desmonte da legislação social protetora do trabalho.

Este trabalho intelectualizado gera uma processualidade de criação de máquinas cada vez mais “inteligentes”, passando a executar atividades que antes eram executáveis apenas pelo esforço humano, levando a enganos como o de Habermas de interpretar o trabalho vivo como algo cada vez mais residual na geração de valor. Essas novas modalidades de trabalho imaterial são, na verdade, expressões de trabalho vivo que participam do processo de geração de valor.

O trabalho é, segundo Marx (2004), uma exteriorização, pois o trabalhador não é dono do fruto do próprio trabalho, sendo assim, ele não vê no trabalho uma atividade vital e sim um meio para satisfação de carências, sendo assim, o trabalhador se vê livre apenas em suas funções animais, a alienação inerente ao modo de produção capitalista faz com que os indivíduos não se sintam conectados com a sua atividade laboral. Se na grande indústria o esforço físico do trabalhador lhe é estranhado e explorado ao ponto de causar lesões e deformações, no pós grande indústria o capital se apropria de seu intelecto, a alienação e o estranhamento impregnam o subjetivo do trabalhador, e como consequência as doenças torturarão não seu corpo, mas sua mente.

Em História e Consciência de Classe, no ensaio “A coisificação e a consciência do proletariado”, Lukács demonstrou como a fragmentação taylorista do trabalho penetrava até a “alma do trabalhador”, alicerçando os fundamentos da coisificação, numa complexa articulação entre materialidade e subjetividade operária. Gramsci, em seu ensaio “Americanismo e fordismo”, explorou a ideia do homem integral para o capital, em que até o controle da sexualidade era concebido, de modo a canalizar a virilidade masculina na produção maquinica. (ANTUNES, 2018, p. 102)

As doenças mentais ocupacionais têm ainda muito pouca visibilidade, ainda que sejam responsáveis pela morte de seis vezes mais pessoas do que os acidentes de trabalho (OIT, 2013, p. 4). Elas surgem de maneira sutil, afetam não só o bem estar do próprio indivíduo, mas também as suas relações sociais e familiares. Conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), 30% dos trabalhadores ocupados possuem Transtornos Mentais Menores<sup>4</sup>.

Muitos, no entanto, possuem problemas ainda mais graves, chegando a casos de depressão. A origem desse adoecimento está, sem dúvida, ligada a aspectos laborais, em especial à individualização do trabalho, que rompe com a solidariedade existente entre os trabalhadores<sup>5</sup>, criando competições que, junto da alienação, levam a um adoecimento psíquico, de maneira que essa ligação entre o trabalho e a ideia suicida chega à sua prova mais contundente: o suicídio no local de trabalho. (DEJOUR, BÈGUE, 2010)<sup>6</sup>

O desmonte das condições para a solidariedade entre os trabalhadores têm contribuído para o aumento da incidência de suicídio nos locais de trabalho, estando ligado aos sentimentos de isolamento e solidão. Esta perda da solidariedade começa a se observar, conforme Dejours e Bègue (2010), na década de 1980, antes da qual a incidência de tais suicídios era muito menor. Em uma pesquisa a respeito desses casos na França nos anos 2000, os autores citados afirmam que o suicídio é uma mensagem destinada à comunidade da qual o sujeito fazia parte.

Que um suicídio possa ocorrer no local de trabalho indica que todas essas condutas de ajuda mútua e solidariedade – que não eram nem mais nem menos que uma simples prevenção das descompensações, assumidas pelo coletivo de trabalho – foram banidas dos costumes e da rotina da vida de trabalho. Em seu lugar instalou-se a nova fórmula do cada um por si, e a solidão de todos tornou-se

<sup>4</sup> Transtornos mentais menores (TMM) representam quadros menos graves e mais frequentes de transtornos mentais. Os sintomas incluem alterações de memória, dificuldade de concentração e de tomada de decisões, insônia, irritabilidade e fadiga, assim como queixas somáticas (cefaleia, falta de apetite, tremores, sintomas gastrointestinais, entre outros) (FIOROTTI et al., 2010)

<sup>5</sup> “Ver, entre outros, os estudos desenvolvidos por Danièle Linhart, A desmedida do capital, cit.; Christophe Dejours, “A avaliação do trabalho submetida à prova do real”, em Laerte Idal Sznelwar e Fausto Leopoldo Mascia (orgs.), Cadernos TTO (São Paulo, Blucher, 2008); Christophe Dejours e Florence Bègue, Suicídio e trabalho: o que fazer? (Brasília, Paralelo 15, 2010); Vincent de Gaulejac, Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social (Aparecida, Ideias e Letras, 2007); Edith Seligmann-Silva, “Psicopatologia no trabalho: aspectos contemporâneos”, Anais do Congresso Internacional sobre Saúde Mental no Trabalho, Goiânia, CIR, 2007, e Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo (São Paulo, Cortez, 2011).”, nota de Antunes (2018)

<sup>6</sup> Segundo Durkheim (2011, p. 165) , “existe para cada grupo social uma tendência específica ao suicídio que não é explicada nem pela constituição orgânico-psíquica dos indivíduos nem pela natureza do meio físico”, ou seja, é uma intenção de acabar com a própria vida que é oriunda de aspectos da própria sociabilidade do grupo, sendo assim, pode-se interpretar que a massa trabalhadora possui aspectos sociais próprios que influenciem na sua opção pelo suicídio, em especial o que se dá no local de trabalho.

regra. Agora, um colega afoga-se e não se lhe estende mais a mão. Em outros termos, um único suicídio no local de trabalho – ou manifestamente em relação ao trabalho – revela a desestruturação profunda da ajuda mútua e da solidariedade. (DEJOURS, BÈGUE, 2010, p. 21)

O sofrimento no ambiente de trabalho dá de tal forma que causa constrangimento a todos, os que sofrem diretamente com ele dissimulam seus sentimentos, seja pela vergonha da própria condição, seja pelo medo de se tornar motivo de chacota. Quando enfim o indivíduo chega ao ponto de tirar a própria vida no local de trabalho, nada muda na rotina dos demais, a ação da polícia e alguma faxina que se torne necessária não vem seguida de uma reação coletiva, impera uma espiral de silêncio e sofrimento que agrava o sentimento de impotência de todos.

Além disso, o universo laboral contemporâneo gera uma exclusão social materializada no desemprego, como bem lembrado por Rocha e Bussinger (2016): “a exclusão de indivíduos do mercado de trabalho pode levá-los não só à privação material, mas também à restrição de direitos, de segurança socioeconômica e de autoestima”. Dessa forma, a organização do trabalho imposta pelo sistema capitalista coloca a todos aqueles que não possuem nada além da própria força de trabalho em constante ameaça de sofrimento, seja no emprego, seja no desemprego.

### 3 Considerações finais

O mundo do trabalho no modo de produção capitalista é marcado pela alienação em todas as suas formas, seja a da grande indústria, seja no trabalho “intelectualizado” do pós-grande indústria, esta alienação, somada à superexploração do trabalho e às flexibilizações do trabalho têm causado sofrimentos que vão desde a deformação e mutilação do corpo do trabalhador, até transtornos mentais que se interiorizam continuamente com o passar do tempo.

Indo ao encontro do que aqui foi dito, cabe ressaltar a interpretação de um importante economista estadunidense, Thorstein Veblen, segundo o qual não seria absurdo pensar que a natureza teria selecionado, em períodos mais remotos, aqueles humanos que fossem dotados de um ímpeto ao trabalho pois, neste período, produção seria igual a sobrevivência. A rejeição ao trabalho só poderia aparecer posteriormente, quando as condições materiais de existência já tivessem superado o nível das necessidades básicas. “O sentido de que o trabalho é algo ruim, fonte de inutilidade como queriam os neoclássicos, em Veblen, resultaria de uma convenção social, não sendo uma propriedade inata do homem” (CAVALIERI, 2009), isto porque o trabalho no modo de produção capitalista não parece ser um esforço útil (algo que claramente pode ser associado à alienação em Marx).

Faz-se necessário, portanto, uma nova concepção de nossas formas de lidar com o trabalho que não seja ligada ao benefício de um único indivíduo ou grupo, passando por cima da vida de milhões. Alternativas a isso não faltam, são apresentadas por teóricos marxistas, institucionalistas, estão presentes em discussões a respeito de economia solidária e cooperativismo, literaturas que não reproduzem os mitos perpetuadores da predação que estratos superiores da sociedade impõe sobre a população subjacente e que distorcem nossa racionalidade (DUGGER, 1987, 1988).

Nas sociedades capitalistas avançadas [a proeza] toma a forma da repetição ad nauseam das histórias de sucesso desse ou daquele empreendedor individual, acompanhadas de uma coleção de material literário de baixa qualidade, calcada no biografismo chão e na metafísica corporativa vendida sob o rótulo de desenvolvimento pessoal, coaching ou algum termo análogo inventado semestralmente por algum apologeta da subserviência do trabalho ao capital. (SIMIQUELI, 2016, p. 60-61)

Por fim, tendo em vista as condições do povo trabalhador expostas no presente trabalho, cabe refletir a respeito do repúdio de Keynes ao pessimismo dos revolucionários. Com o capitalismo tendo passado por suas mais diversas etapas sem criar novas estruturas produtoras de patologias sociais, haveria no fim das contas uma salvação que não passasse por uma mudança violenta?

## Referências bibliográficas

- ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil (1964/1984)*. Bauru: Edusc, 2005.
- ANTUNES, R. *Sindicalismo de classe versus sindicalismo negociador de Estado*. Instituto Humanitas Unisinos. 2011.
- ANTUNES, R. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.
- CAVALIERI, M. A. R. *O Surgimento do Institucionalismo Norte-Americano: Um Ensaio Sobre o Pensamento e o Tempo de Thorstein Veblen*. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Cedeplar, 2009.
- DEJOURS, C.; BÈGUE, F. *Suicídio e trabalho: o que fazer?*. Brasília: Paralelo 15, 2010.
- DIAS, E. C. (org.) *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.
- DUGGER, W. Corporate Hegemony and Market Mythology. *Challenge*, v. 29, n. 6, p. 55-58, 1987.
- DUGGER, W. *Radical Institutionalism: Basic Concepts*. Review of Radical Political Economics 1988.
- DURKHEIM, É. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2011.
- FIOROTTI, K.P.; ROSSONI, R.R.; BORGES, L.H.; MIRANDA, A.E. Transtornos mentais comuns entre os estudantes do curso de medicina: prevalência e fatores associados. *J Bras Psiquiatr*. v. 59, n. 1, p. 17-23, 2010.
- MARINI, M. *Dialética da Dependência*. Editora Expressão Popular, 2005
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2004
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *A prevenção das doenças profissionais*. Genebra: OIT, 2013. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms\\_221920.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms_221920.pdf)>. Acesso em: 10 de Abril de 2019

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Why stress at work matters*. Disponível em: <[http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/comment-analysis/WCMS\\_184786/lang\T1\textemdashen/index.htm](http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/comment-analysis/WCMS_184786/lang\T1\textemdashen/index.htm)>. Acesso em: 05 de Maio de 2019

PRAUN, L. *Não sois máquina!* Reestruturação produtiva e adoecimento na General Motors do Brasil. Tese (doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2014

NGAI, P.; CHAN, J.; SELDEN, M. The politics of global production: Apple, Foxconn and China's new working class. *New Technology, Work and Employment*, v. 28, n. 2, p. 100-115, 2013.

ROCHA, S. H.; BUSSINGUER, E. C. A. A invisibilidade das doenças mentais ocupacionais no mundo contemporâneo do trabalho. *Pensar*, v. 21, n. 3, p. 1104-1122, 2016.

STANDING, G. *The Precariat: the new dangerous class*. Nova York, Bloomsbury, 2011

SILVA, A. B. R. B. Brasil, o “campeão mundial de acidentes de trabalho”: controle social, exploração e prevencionismo durante a ditadura empresarial-militar brasileira. Dossiê - Trabalho, saúde e medicina na América Latina. *Mundos do Trabalho*, v. 7, n. 13, 2015.

# A homogeneidade de uma doutrina: uma breve análise do governo Eisenhower na Indonésia e no Líbano (1950-1958)

Renato Bilotta da Silva\*

## Resumo

O presente artigo propõe um estudo sobre a homogeneidade existente nas doutrinas de política externa adotadas pelos Estados Unidos da América. Para tal, serão analisadas as estratégias adotadas pelo governo de Dwight Eisenhower (1953-1961) em duas ocasiões: a tentativa de golpe de Estado na República da Indonésia e revoltas populares na República do Líbano, ambos ocorridos em 1958. A metodologia utilizada baseia-se em uma adaptação do conceito de “três imagens” desenvolvido por Kenneth Waltz em “O Homem, O Estado e a Guerra” (2004). A conclusão desenvolvida aponta para elementos de não homogeneidade no tratamento das duas situações, indicando que o comportamento em matéria de política externa adotado no período divergiu de uma diretriz geral, genérica e universal. **Palavras-chaves:** EUA, Líbano, Indonésia, Doutrina, Política Externa.

## Abstract

The following article proposes a study of the foreign policy doctrines of the United States of America and it aims to verify the existence of a homogeneity among them. Thus, it will be analyzed the strategies adopted by the Eisenhower's administration (1953-1961) in two situations: the attempted coup in the Republic of Indonesia and the popular revolts in the Republic of Lebanon, both in 1958. The methodology used was based on a adaption of the concept of "the three images" developed by Kenneth Waltz's book "Man, the State, and War" (2004). The conclusion pointed to a non-homogeneity on the treatment of the two cases, indicating that the foreign policy behavior adopted during the studied period differed from a general, generic and universal guideline.

**Keywords:** USA, Lebanon, Indonesia, Doctrine, Foreign Policy.

---

\*Bacharelado em Ciências e Humanidades na UFABC - contato: renatobilota@gmail.com

## Introdução

O conceito de doutrina é usado em grande parte dos estudos de Relações Internacionais para se referir a uma agenda de princípios a serem seguidos por determinado chefe de Estado no que tange à política externa e política de defesa (OXFORD LIVING DICTIONARIES, 2019). De maneira sucinta, pode-se dizer que doutrinas presidenciais são um conjunto de enunciados usados para encampar “declarações lúcidas, simples e concisas” (OVERHOLT, CHOU, 1974, p.185), criando uma estratégica retórica apelativa tanto ao público em geral quanto à esfera política. Isso nos leva então a duas origens possíveis para a definição do que seja uma doutrina: o próprio chefe de Estado e os internacionalistas que, ao analisar as políticas defendidas e aplicadas por um chefe de Estado, traçam uma agenda mínima de atuação do mesmo.

Tal prática descrita acima é particularmente forte nos Estados Unidos da América (EUA), cujos acadêmicos e líderes políticos costumeiramente definem aspectos gerais a fim de traçar um “perfil de atuação” durante o mandato<sup>1</sup>. Ainda que o uso de inferências e generalizações sejam utilizadas em análises nas Ciências Sociais desde a sua fundação, é possível afirmar que esses aspectos gerais que caracterizam uma doutrina presidencial seriam homogêneos ao se analisar relações específicas de um governo?

O presente artigo foca em analisar a presença, ou não, desses aspectos gerais de uma doutrina. O escopo se dará em uma análise sobre as estratégias adotadas pelo governo Eisenhower (1953-1961) para se relacionar com dois países ao longo da década de 1950 cujas diferenças ultrapassam qualquer semelhança possível: a República do Líbano e a República da Indonésia. A escolha da administração Eisenhower é justificada por dois motivos: essa é a primeira vez que uma doutrina é explicitamente anunciada com diretrizes para lidar com a influência da União Soviética que prevê o envio de forças armadas para defesa de governos aliados<sup>2</sup>, além da década de 1950 ficar marcada por conflitos velados com a União Soviética<sup>3</sup>.

A escolha do Líbano e da Indonésia se dá pela percepção da importância regional que esses países representavam para a manutenção da influência ocidental em suas respectivas regiões geográficas: o Líbano é um país próximo ao ocidente por se auto reconhecer tendo raízes ocidentais (devido à influência francesa durante o mandato colonial de 1920-1940) e árabes (por conta da ocupação de diversos grupos religiosos na região por milênios), o que se distanciava da visão pan-arabista<sup>4</sup> predominante na região (FAWAZ, 2009, p. 31). A conjuntura interna também era extremamente benéfica a favor de Washington: durante a maior parte do governo Eisenhower, a presidência do Líbano, ocupada por Camille Chamoun entre 1952 e 1958, via no alinhamento automático com o ocidente uma maneira de atrair recursos externos e diminuir resistências

<sup>1</sup> Um exemplo “clássico” de doutrina estadunidense versa sobre a Doutrina Monroe, conhecida pelo imperativo de defesa do continente americano contra investidas europeias após o processo de independências ocorridas no início do século XIX

<sup>2</sup> A Doutrina Truman (1947-1953), embora seja o primeiro conjunto de diretrizes que tratasse especificamente sobre a União Soviética, apenas previa a ajuda econômica a países considerados cruciais na época, como a Europa Ocidental, a Grécia e o Japão

<sup>3</sup> Excetuando-se a Guerra da Coreia (1950-1953) não houve nenhum confronto aberto com a União Soviética. Inclusive, a promessa do fim desta guerra foi o grande trunfo para a vitória de Eisenhower em 1952.

<sup>4</sup> Em termos gerais compreende-se o pan-arabismo como um movimento para a unificação de todos os países que tenham língua ou façam parte da civilização árabe, de forma a criar uma única nação que represente todos os interesses árabes no mundo.

internas ao seu governo (YAQUB, 2004, p. 235; LITTLE, 1996, p. 37).

Já a Indonésia tinha destaque por ser um país com recursos energéticos consideráveis e grande dimensão territorial que tinha acabado de se tornar independente, sendo liderado pelo militar e presidente Sukarno (1945-1967), caracterizado pela defesa de uma postura não alinhada frente a Guerra Fria (ROADNIGHT, 2002, p. ix). Neste cenário, o temor por parte de Washington era de que o avanço do comunismo no país gerasse a queda de outros governos asiáticos como o ocorrido na China<sup>5</sup>, além de ameaçar a segurança de países como a Austrália (ROADNIGHT, 2002, p. 121).

Embora se faça uma vista panorâmica sobre as relações dos EUA com a Indonésia e o Líbano ao longo dos anos 1950, o presente artigo ressalta a importância de um ano específico de atuação dos EUA para analisar a Doutrina Eisenhower: 1958. Naquele ano, dois eventos com participação direta ou indireta estadunidense ocorreram: um golpe de Estado frustrado contra Sukarno (em janeiro) e uma crise política seguida de revoltas populares por todo o Líbano (de maio a julho). Assim sendo, identificamos nesses dois eventos a chance de testar as semelhanças e diferenças das estratégias empregadas pelos EUA.

O referencial teórico-metodológico utilizado será a obra *O Homem, o Estado e a Guerra* de Kenneth Waltz por considerá-la uma metodologia de análise adequada. Para Waltz (2004) há três imagens que retratam as relações internacionais: o comportamento dos líderes dos estados, o relacionamento entre estados e o sistema internacional, de modo a observar em que medida os confrontos bélicos se originam em cada imagem. Porém, para atingir o nosso objetivo, será necessário fazer uma adaptação à metodologia de forma de que as imagens analisadas versem sobre as dinâmicas intra-estatais (I), a relação dos estados no contexto regional (II) e o papel do estado no contexto da guerra fria (III). Note que as 3 imagens se retroalimentam e se sobrepõem, proporcionando uma abordagem mais completa e complexa que retrata com maior fidelidade a realidade que se passava.

A partir de tudo que já foi exposto, inicialmente será relatado as dinâmicas internas da Indonésia e do Líbano, passando em seguida pela inserção dos mesmos na estratégia estadunidense para o Sudoeste Asiático e Oriente Médio (respectivamente) e, por fim, no envolvimento dos EUA nos eventos de 1958. Por fim, serão realizadas uma análise comparativa e uma síntese, de forma a traçar possíveis respostas sobre o tema.

## 1 Dinâmicas internas nas repúblicas da indonésia e do líbano (1950-1958)

Como já destacado, será utilizado uma adaptação das três imagens de Waltz como metodologia de pesquisa. Se para o autor a primeira imagem refletiria que “o local das causas importantes da guerra reside na natureza e no comportamento do homem” (WALTZ, 2004, p. 23), reassignificamos esta definição para analisar não a figura do chefe de Estado em sua forma mais individual, mas sim as relações deste com o cenário político interno de seus respectivos países. Os itens a seguir tratarão de

<sup>5</sup> A derrota das forças nacionalistas ante as comunistas no país levou a um temor de casos semelhantes ocorrerem. Essa justificativa seria usada para os esforços na defesa do Vietnã do Sul ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970 pelas sucessivas administrações estadunidenses

explanar as relações políticas internas libanesas e indonésias ao longo da década de 1950 e que contribuiriam para as ações ocorridas em 1958:

## 2 Contexto político da República da Indonésia (1950-1958)

Seguindo-se a guerra de independência entre 1945 e 1949 contra o domínio holandês, a Indonésia emerge no cenário internacional com problemas de natureza socioeconômicos (destruição de infraestrutura devido a ocupação japonesa, necessidade de importação de alimentos, forte êxodo urbano e dificuldade de exportar devido à baixa nos preços do petróleo e da borracha) e político-militares (marginalização das outras ilhas ante a de Java e disputas pela centralização ou não do exército) (RICKLEFS, 2008, p. 272-276).

Em 1950 o sistema político indonésio foi inspirado no modelo do sistema multipartidário parlamentarista da Holanda: um parlamento unicameral (*Dewan Pěrwakilan Rakyat*, Conselho Representativo do Povo) com 232 membros e distribuição de cadeiras refletindo a percepção da força dos partidos existentes na época: o Partido Socialista Indonésio (PSI, formado por intelectuais de Java), o *Masyumi* (*Partai Majelis Syuro Muslimin Indonesia*, Conselho dos Indonésios Muçulmanos Associados) e o *Nahdlatul Ulama* (Renascimento do Ulama<sup>6</sup>, NU) – ambos representando a população islâmica, o Partido Nacionalista Indonésio (PNI, representando os burocratas e profissionais liberais) e por último o Partido Comunista da Indonésia (PKI, apoiado pelas classes populares). O poder executivo era representado pelos militares Sukarno (presidente) e Mohammad Hatta (vice-presidente), propulsores da campanha independentista (RICKLEFS, 2008, p. 276-278).

Entre 1950 e 1955, a formação de gabinetes se dava por acordos informais com os partidos e maneira a excluir o PKI, visto na época como grande ameaça ao controle burocrático-militar do Estado e ao exercício da religião (RICKLEFS, 2008, p. 277-278). Todavia, esses arranjos eram extremamente fracos pela falta de apoio popular e parlamentar, levando ao longo a passagem de inúmeros primeiros-ministros (RICKLEFS, 2008, p. 278-288). Essa fragilidade parlamentar levou a duas consequências posteriores: o entendimento do PKI em construir uma base de apoio popular forte o suficiente para não ser ignorado na formação de governos<sup>7</sup> e no desencanto generalizado com a democracia parlamentarista, ressoando nas ações do presidente Sukarno e na sociedade após a eleição de setembro de 1955 (RICKLEFS, 2008, p. 279-287).

A decepção pós-eleições de 1955, cujo objetivo era criar uma assembleia nacional que criasse uma nova constituição nacional, levou, em 1956, Sukarno a começar a teorizar uma nova forma de sistema político para o país denominado “Democracia Guiada”. Esse sistema político teria como pedra fundamental uma “cooperação mutual” (*gotong royong*) de todos os partidos em um gabinete montado a partir de um Conselho Nacional (*Dewan Nasional*), onde todos os grupos funcionais da sociedade estariam representados (jovens, trabalhadores, militares, regiões, líderes religiosos etc.).

<sup>6</sup> Ulama é um cargo islâmico reservado aos teólogos ou sábios com conhecimento nas leis e religião islâmica.

<sup>7</sup> 8 Tal estratégia perpassava posteriormente na busca de proteção política por parte de Sukarno, intensificando as antipatias em torno do presidente e as suspeitas da colaboração do mesmo com os comunistas. Esta passagem é explicada de forma mais detalhada em RICKLEFS, 2008, pp. 277 e 280.

Ainda que a população tenha apoiado essa ideia, Sukarno enfrentou resistência por parte dos partidos políticos (que temiam sua extinção) e por líderes militares regionais (RICKLEFS, 2008, p. 290-291). Um grupo de generais começaram a derrubar conselhos regionais entre 1956 e 1957, justificando suas ações com objetivo de completar a revolução na Indonésia, além de realizarem o tráfico de matéria prima de regiões ricas do país afirmando que o governo central não estava investindo o suficiente nas outras ilhas (FEITH, LEV, 1963, p. 32-34). Esse movimento posteriormente seria conhecido como Permesta por conta da leitura de uma carta citando a luta universal em prol da Indonésia (*Pěrmesta: Piagam Pěrjuangan Sěmesta Alam*). Membros ligados à Permesta tiveram papel fundamental na tentativa de golpe de Estado em janeiro de 1958 (RICKLEFS, 2008, p. 291).

### 3 Contexto político da República do Líbano (1952-1958)

Semelhantemente à Indonésia, o Líbano (cuja independência ocorreu em 1943) também tentava superar a questão da representação política ao seu modo. A constituição oficial reconhecia a igualdade de todos os libaneses nas esferas jurídica, civil e política (*muwatinin*) apesar da institucionalização do sectarismo religioso nos cargos públicos e políticos (*ahlin*). Concedia também proeminência política ao presidente, que tinha plenos poderes para dissolver o parlamento e convocar novas eleições, vetar leis legislativas e ser julgado apenas em caso de violação da constituição ou de alta traição à pátria (TRABOULSI, 2007, p. 109-110). Junto à constituição vigorava concomitantemente o “pacto nacional” (*al Mithaq al Watani*), um acordo verbal entre Bechara El Khoury<sup>8</sup> e Riad Al Solh<sup>9</sup> para complementar a identidade cultural e política descrita na constituição e agindo como um “acordo de cavalheiros”: fora estabelecido a definição dos altos cargos com base no sectarismo religioso e a identidade cultural libanesa como um país árabe que absorveria da civilização ocidental o que lhe for interessante (TRABOULSI, 2007, p. 110).

Eleito em 1952, Camile Chamoun buscou ao longo de seu mandato intensificar os laços com o ocidente, em especial com os Estados Unidos, enquanto fazia uma política externa contra o pan-arabismo. Isso já era perceptível em 1956, quando nos ânimos da Guerra do Suez o Líbano foi o único país árabe a não romper relações diplomáticas com Reino Unido e França (LITTLE, 1996, p. 34; SORBY, 2000, p. 84). Se externamente Chamoun buscava uma relação íntima com os Estados Unidos a fim de conter a influência pan-arabista, internamente seu objetivo estava em reforçar seu poder presidencial ao ponto da autocracia, indicando ministros fracos que necessitavam de seu apoio para governar e subordinados diretamente à presidência, significando na prática uma hegemonia dos cristãos maronitas (TRABOULSI, 2007, p. 129).

Ao minar o poder dos parlamentares e políticos muçulmanos, Chamoun facilitou que a população se sentisse atraída pelo nacionalismo árabe propagado por Nasser<sup>10</sup>. As críticas se intensificaram após as eleições parlamentares de 1957, quando inúmeros candidatos pró-Nasser foram derrotados por candidatos pró-Chamoun

<sup>8</sup> Primeiro presidente do Líbano (1943 – 1952), cristão maronita.

<sup>9</sup> Primeiro primeiro-ministro do Líbano (1943-1945; 1946-1951), muçulmano sunita.

<sup>10</sup> Líder do golpe de Estado que derrubou a monarquia egípcia em 1952, o coronel Gamal Abdel Nasser foi o principal expoente do pan-arabismo durante as décadas de 1950 e 1960. Sua retórica inflamada pelo nacionalismo árabe aliado a acordos com a União Soviética despertavam preocupação tanto por parte dos Estados Unidos quanto pelos governos do Oriente Médio aliados ao ocidente.

ainda que gozassem de popularidade e prestígio eleitoral. Tal acontecimento alimentou o pensamento de manipulação eleitoral por parte da oposição e da população, que viam nesta vitória uma forma para que Chamoun tivesse maioria para fazer emendas no pacto nacional e permitir sua reeleição (SORBY, 2000, p. 85). Nesse quadro, a fundação da República Árabe Unida (RAU, união do Egito com a Síria sob comando de Nasser) em fevereiro de 1958 jogou mais dramaticidade ao panorama por ter contado com o apoio da população libanesa enquanto era temida pelo governo. Na prática o país se dividiu entre nassaristas (que contavam com o apoio da oposição à Chamoun e das minorias muçulmanas) e anti-nassaristas (que contavam com o apoio do governo central e das minorias cristãs) (SORBY, 2000, p. 90-92). Todos os elementos elencados se intensificaram ao longo dos meses posteriores, culminando em revoltas populares que serão detalhadas posteriormente.

#### 4 A política internacional dos Estados Unidos para o sudoeste asiático e oriente médio (1953-1958)

Após o detalhamento do que constituiria a primeira imagem empregada neste artigo, passamos então para uma breve discussão sobre a natureza da segunda imagem. Embora a segunda imagem afirme que “a organização interna dos Estados é a chave para a compreensão da guerra e da paz” (WALTZ, 2004, p. 102), é necessário um refinamento maior para o seu uso tendo em vista as adaptações feitas em relação à primeira imagem. Para todos os sentidos, a segunda imagem que adotaremos foca na relação entre Estados no plano regional, isto é, o papel e a percepção que cada país tem em sua respectiva delimitação geográfica-política; tal adaptação torna a análise do contexto regional mais precisa e relevante, ainda mais quando se trata sobre relações de uma superpotência (EUA) com países inseridos em uma lógica bipolar (Guerra Fria).

Isso é perceptível pela sinalização de Eisenhower em mudar a forma de como os Estados Unidos lidariam com a influência soviética em todo o mundo. O “novo olhar” dos Estados Unidos buscava aumentar sua influência global enquanto reduziria seus déficits fiscais, concentrando recursos militares e humanos em focos de atuação dos comunistas em todo o globo, além de buscar uma melhoria das economias do terceiro mundo através do comércio internacional (ROADNIGHT, 2002, p. 103-104). Com a ajuda de John Foster Dulles<sup>11</sup>, Eisenhower buscava reaquecer as relações estadunidenses na Ásia e no Oriente Médio que teriam sofrido abalos, no caso do apoio à Israel, ou distanciamentos, no caso da Indonésia, durante o Governo Truman.

#### 5 A estratégia estadunidense em relação à República da Indonésia

O temor pelo avanço dos comunistas marcou a relação entre os dois países durante a década de 1950: através de seus embaixadores os EUA buscaram criar laços de amizade com forças não comunistas, tais como os partidos PNI e NU e políticos como Sukarno. Dulles também não descartava o apoio à independência das ilhas se isso significasse mitigar o efeito de um governo comunista em Jakarta (ROADNIGHT, 2002, p. 103-108). As tensões entre os dois países figuravam na questão econômica e no apoio à cessão do território da Nova Guiné Ocidental (na época denominado

<sup>11</sup> Secretário de Estado dos EUA entre 1953 e 1959.

Nova Guiné Holandesa): no primeiro a postura dos EUA ficou marcado pelo estilo “*my deal or no deal*” sobre a compra de borracha natural e envio de investimento para projetos de modernização agrícola, irritando as autoridades indonésias; já no segundo a postura neutralista dos EUA afastou as chances do país de se aproximar da Indonésia (ROADNIGHT, 2002, p. 110-115; p. 118-120).

O receio do fortalecimento do PKI era compartilhado por todos (muito por conta da ambiguidade de Sukarno em relação aos comunistas), se intensificando devido a dificuldade inicial dos EUA em traçar o perfil de atuação da União Soviética pós-Stalin<sup>12</sup> e o estabelecimento de relações da Indonésia com os soviéticos em 1955 (ROADNIGHT, 2002, p. 117-118). A sensação, por parte dos secretários do governo, era de que a Indonésia se tornaria o próximo palco de confronto da guerra fria e entre adeptos da teoria do domínio<sup>13</sup>, tais como o presidente Eisenhower, a queda do país significaria a queda de todo o Sudoeste Asiático (ROADNIGHT, 2002, p. 120-121).

## 6 A estratégia estadunidense em relação à República do Líbano

O mesmo temor apresentado pelos estrategistas estadunidenses em relação à Indonésia não pode ser dito com relação ao Líbano: a ascensão de Camile Chamoun à presidência fez surgir naturalmente um aliado em meio ao pan-arabismo liderado por Nasser, visto com apreensão tanto entre os governos pró-ocidente e/ou conservadores no Oriente Médio (ASHTON, 1996, p. 21), quanto pelos secretários de defesa dos EUA, que viam um vácuo de poder na região após a Guerra de Suez ser ocupada pela União Soviética através do nacionalismo árabe (YAQUB, 2004, p. 1 e 58).

Para combater o que viam ser a influência soviética, foi lançado um plano envolvendo duas questões: primeiro (posto em prática por Dulles) foi uma “imparcialidade amigável” no que tangia à disputa Árabe-Israelense bem como um aumento nos repasses aos países árabes; paralelamente a isto Dulles também elencou uma política externa a ser adotada que consistia na cooperação econômica e militar com qualquer nação do Oriente Médio, bem como a possibilidade de envio de forças armadas para proteger a integridade territorial de qualquer país contra grupos armados comunistas<sup>14</sup> (YAQUB, 2004, p. 81). Fica registrado também o apoio da agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos (CIA) para ajudar a montar um parlamento “puro” e pró-ocidente durante as eleições de 1957 no Líbano, financiando candidatos chamounistas (TRABOULSI, 2007, p. 132; LITTLE, 1996, p. 35).

Podemos observar assim que o *modus operandi* estadunidense propositalmente se diversificou com base nos desafios apresentados regionalmente, ainda que seguissem um imperativo fixo de combater a influência soviética no Oriente Médio e no Sudoeste Asiático. Tal *Modus Operandi* perpassa, inclusive, sobre a terceira imagem analisada: o contexto macropolítico da época, a Guerra Fria, ou nos termos de Waltz “a política internacional anárquica” (2004, p. 220-221). Tal imagem será melhor exemplificada a seguir quando tratarmos dos acontecimentos de 1958.

<sup>12</sup> Stalin morre em março de 1953, abrindo espaço para a ascensão de Nikita Khrushchov de frente à URSS entre 1953 e 1964. A marca daquele período foi a defesa de uma “coexistência pacífica” com os EUA.

<sup>13</sup> A teoria do domínio marcou o raciocínio realista durante a década de 1950 e 1960. Advogada por Dulles, estabelecia que os EUA deveriam proteger países e regiões consideradas críticas para evitar levantes comunistas pelo mundo.

<sup>14</sup> Posteriormente esse conjunto de diretrizes se denominaria como “Doutrina Eisenhower”.

## 7 Tensões e radicalização: a tentativa de golpe do PRRI (1957-1958)

Como já dito, as tensões entre militares na Indonésia chegaram no seu momento crítico no final de 1957 e início de 1958. Em setembro e outubro de 1957 coronéis como Maludin Simbolon e Ventje Sumual<sup>15</sup> realizaram inúmeras reuniões em Sumatra com o objetivo de depor Sukarno, afastar o general Nasution (que buscava centralizar o poder militar em Jakarta) e banir o PKI. O final de 1957 ficou marcado por dois eventos de radicalização de posições: o fracasso nas negociações na Organização das Nações Unidas (ONU) em relação à Nova Guiné Holandesa levou Sukarno a incentivar a tomada de empresas estabelecidas na região em dezembro por parte da população; o mesmo Sukarno sofre um atentado no dia 30 de novembro após grupos religiosos jogarem granadas em sua direção enquanto visitava a escola de seu filho (RICKLEFS, 2008, p. 296-297).

O ponto crítico foi a recusa do gabinete, controlado pela coalizão PNI-NU, em dialogar com o *Masyumi* e o PSI. Aproveitando-se que Sukarno estava fora do país devido a encontros diplomáticos, os rebeldes anunciaram no dia 10 de fevereiro um ultimato de cinco dias, demandando que (I) o gabinete renunciasse e o parlamento formasse um gabinete tendo a frente o ex-vice-presidente Hatta (que havia renunciado após discordar dos pressupostos da “democracia guiada”) junto com o Sultão de Jogjacarta até que novas eleições fossem realizadas; (II) Sukarno voltasse ao seu papel constitucional de presidente e abandonasse a Democracia Guiada e (III) afastasse simpatizantes do PKI no governo (FEITH, LEV, 1963, p. 35; DOEPPERS, 1972, p. 187; RICKLEFS, 2008, p. 298). Com a recusa do gabinete em atender tais demandas, no dia 15 de fevereiro os rebeldes anunciam em Padang (Sumatra Ocidental) o *Pěměrintah Revolusioner Republik Indonesia* (Governo Revolucionário da República da Indonésia, PRRI), tendo apoio dos rebeldes da Permesta localizados no Sulawesi (FEITH, LEV, 1963, p. 35; DOEPPERS, 1972, p. 187; RICKLEFS, 2008, p. 298).

A participação dos EUA nesse momento se deu pelo comum interesse em anular a influência de Sukarno no país (visto aqui como colaborador do PKI). O apoio de Dulles aos rebeldes foi a chancela que a CIA precisava para poder atuar diretamente, ainda que tivesse poucas informações sobre os rebeldes (ROADNIGHT, 2002, p. 144). Aviões estadunidenses, através de bases localizadas em Singapura e Taiwan, enviaram armamentos e rádios de comunicação aos rebeldes, além de agentes para dar apoio logístico e tática as tropas rebeldes. Junto a isso, o governo americano fez declarações de simpatia ao PRRI logo após o anúncio do governo revolucionário (ROADNIGHT, 2002, p. 153-157; FEITH LEV, 1963, p. 35; DOEPPERS, 1972, p. 188-191). Todavia, nem o governo americano muito menos os rebeldes contavam com uma reação rápida por parte de Sukarno: ao retornar da viagem diplomática o presidente ordenou o bombardeio nas principais cidades rebeldes e o envio de paraquedistas para controlar as reservas petrolíferas nacionais. Depois de um mês de campanha o governo neutraliza todos os principais focos de resistência, restando apenas guerrilhas dispersas e isoladas no interior do país (RICKLEFS, 2008, p. 299-300; DOEPPERS, 1972, p. 192; FEITH LEV, 1963, p. 36).

<sup>15</sup> Militares dissidentes organizados pela Permesta.

## 8 A crise libanesa de 1958

A tensão entre governo e oposição chegou ao seu limite no final de abril e início do maio de 1958, com o assassinato do jornalista de oposição Nasib al-Matni, editor-chefe e dono de um jornal crítico das políticas de Chamoun, o *Al-Tallaghraf* (*The Telegraph*). A oposição conclamou no mesmo dia uma greve geral, enquanto nos dias subsequentes revoltas populares eclodiram por todo o país, chegando a até incendiarem a Biblioteca da Secretaria de Informações dos Estados Unidos em Trípoli. No final de maio o controle territorial dos rebeldes já havia se espalhado por todo o país, incluindo Beirute (YAQUB, 2004, p. 210). Acreditava-se que a pressão seria suficiente para fazer Chamoun renunciar, desistindo assim da reeleição.

No final de junho o secretário Dulles chegou a um acordo sem o uso de forças externas, solicitando que Chamoun deveria se focar em buscar um sucessor simpático ao ocidente, cuja eleição estava marcada para o dia 24 de julho na Câmara dos Deputados (YAQUB, 2004, p. 218). *Ceteris paribus*, a crise libanesa teria sido resolvida e se encerraria naturalmente.

Entretanto, o desenrolar de dois eventos na primeira quinzena de julho agravaram a questão libanesa: planos para o assassinato do Rei Hussein da Jordânia, arquitetado por oficiais dissidentes do exército descontentes com a promoção de beduínos aos postos militares e com a monarquia aliada ao ocidente, foram descobertos e em 14 de julho de 1958 um golpe de estado, liderado pelos jovens oficiais de Abd al-Karim Qasim, derrubam a monarquia hachemita (pró-ocidente) no Iraque, fuzilando todos os seus membros e o primeiro-ministro Nuri al-Said. Estes dois golpes, um fracassado e outro vitorioso, foram o que Chamoun necessitava para justificar definitivamente uma intervenção direta no país (LITTLE, 1996, p. 43).

Preparado, Chamoun mandou um telegrama aos EUA demandando o envio de tropas em 48 horas caso “o país [os Estados Unidos] não queira ver o segundo governo pró-ocidente caindo aos seus olhos” (TRABOULSI, 2007, p. 136, tradução minha). Após discussões sobre o apoio ou não a este pedido tanto Dulles quanto Eisenhower endossaram a intervenção, visto que não intervir poderia representar fraqueza ante a União Soviética (YAQUB, 2004, p. 223-224). A divulgação da operação ficaria apenas para quando as tropas desembarcassem nas praias de Khaldeh, no sul do Líbano, quando o presidente faria então uma declaração pública (YAQUB, 2004, p. 226). Na tarde do dia 15 de julho, as primeiras tropas estadunidenses desembarcaram, seguindo-se mais de 40 mil soldados em 70 navios de guerra da 6ª Frota Americana no que ficou conhecido como Operação Blue Bat. A última vez que uma operação dessas havia sido desempenhada no Oriente Médio fora na 2ª Guerra Mundial (TRABOULSI, 2007, p. 136).

## 9 Análise e considerações finais

Ao observar o comportamento adotado pelo governo estadunidense ante o contexto indonésio e libanês podemos atestar similaridades e oposições. Através da terceira imagem podemos observar que de fato haviam diretrizes gerais para combater a influência soviética através da cooperação internacional. Mas isso não significou que estas diretrizes gerais se comportassem de uma maneira semelhante em relação à segunda imagem: fica claro a contraposição entre a *deposição* e a *manutenção* de um governo. Se a percepção de queda era iminente caso os EUA não interferissem no

Líbano (ou no mínimo uma queda de prestígio internacional frente os soviéticos), na Indonésia a percepção de queda motivou os EUA a apoiarem os rebeldes da Permesta a fim de diminuir a influência soviética no país. Também é importante ressaltar que essas impressões foram ocasionadas tanto pela falta de compreensão do contexto interno dos países quanto por inferências erradas (como a associação do nacionalismo árabe com os soviéticos ou que os rebeldes teriam força o suficiente para derrubarem o governo de Sukarno). Enfim, fica cristalino a ausência da primeira imagem no pensamento dos estrategistas estadunidenses.

A hipótese de que uma doutrina possa ser descrita como homogênea poderia se confirmar caso observássemos apenas e unicamente a resposta dos EUA à terceira imagem: o combate a influência soviética e ao comunismo de uma forma abrangente. Contudo, ao se olhar a segunda imagem, é possível ver que não é este o caso, já que o comportamento dispensado aos dois países diferiu consideravelmente: enquanto o governo investia consideráveis quantias no Líbano em infraestrutura, os projetos para a Indonésia ficavam restritos a questões de melhoria de agricultura condicionadas a uma retórica anticomunista a ser empregada; se de um lado o governo temia ser trágado para assuntos internos do Líbano por outro tentava arrastar a Indonésia para o embate da guerra fria

Essas “inconsistências” podem ser explicadas por uma não uniformidade nas ações empregadas justamente pela necessidade de se analisar tanto o cenário internacional quanto o regional. Alternativamente, a criação de doutrinas “rígidas” na forma seria indesejável por aplicar estratégias universais em contextos políticos díspares, gerando resultados políticos negativos e opostos ao objetivo inicial (aqui representado pelo desejo em conter a influência soviética).

Embora a robustez necessária para se afirmar categoricamente que as doutrinas dos EUA agem de uma forma não rígida, o artigo se preocupou em fornecer evidências acerca do comportamento da política externa durante o governo Eisenhower. Tal pesquisa mostrou indícios que ainda que o objetivo geral de uma doutrina se mantenha, o meio para se atingir isso não é uniforme. Pode-se argumentar também que a natureza retórica de uma doutrina elencada cumpriria a função de “mascarar” eventuais disparidades da mesma de forma a criar uma ilusão de homogeneidade, sendo necessário estudos futuros em relação a esta possibilidade a fim de determinar sua validade.

## Referências bibliográficas

ASHTON, N. J. *Eisenhower, Macmillan and the Problem of Nasser: Anglo-American Relations and Arab Nationalism, 1955–59*. 1ª ed. Londres: Macmillan, 1996.

DOEPPERS, D. F. An Incident in the PRRI/Permesta Rebellion of 1958. *Indonesia*, Nova Iorque, v. 7, n. 14, p. 183-195, 1972.

FARHA, M. Demographic Dilemmas. In: RUBIN, B. (ed.). *Lebanon: Liberation, Conflict, and Crisis*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009. 1ª ed. cap. 5, p. 83-97.

FAWAZ, E. What Makes Lebanon a Distinctive Country?. In: RUBIN, Barry (ed.). *Lebanon: Liberation, Conflict, and Crisis*. 1ª ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009. cap. 2, p. 25-33.

FEITH, H.; LEV, D. S. The End of Indonesian Rebellion. *Pacific Affairs*, Vancouver, v. 36,

n. 1, p. 32-46, mar/jun. 1963.

LITTLE, D. His Finest Hour? Eisenhower, Lebanon, and the 1958 Middle East Crisis. *Diplomatic History*, Oxford, v. 20, n. 1, p. 27-54, jan. 1996.

OVERHOLT, W. H.; CHOU, M. Foreign Policy Doctrines. *Policy Studies Journal*. [S. l.], v. 3, n. 2, p. 185-188, dez. 1974.

OXFORD LIVING DICTIONARIES. Doctrine. [S. l.], 2019. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/doctrine>>. Acesso em: 28 de Abril de 2019.

RICKLEFS, M. C. *A History of Modern Indonesia since c. 1200*. 4ª. ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.

ROADNIGHT, A. *United States Policy towards Indonesia in the Truman and Eisenhower Years*. 1ª ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2002.

SORBY, K. R. Lebanon: The Crisis of 1958. *Asian and African Studies*, v. 9, n. 1, p. 76-109, jan. 2000.

TRABOULSI, F. *A History of Modern Lebanon*. 1ª. ed. Londres: Pluto Press, 2007. cap. 7, p. 109-127.

WALTZ, K. *O Homem, o Estado e a Guerra*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

YAQUB, S.. *Containing Arab nationalism: the Eisenhower Doctrine and the Middle East*. 1ª. ed. Chapel Hill: The University Of North Carolina Press, 2004.